



## Reportagem Sustentabilidade: um assunto da Contabilidade



Artigos abordam importantes temas para a profissão

## SUMÁRIO

Palavra do Presidente 1



Reportagem  
Sustentabilidade: um assunto da Contabilidade

Lorena Molter

3



Artigo  
Relato Integrado: uma análise do nível de aderência dos capitais não financeiros da Magazine Luiza

Ricardo da Silva Garcia, Mariana Pereira Bonfim, Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia e Ticiane Lima dos Santos

9



Artigo  
A nova “revolução” da divulgação das informações sobre sustentabilidade empresarial e as normas do ISSB

Fernando Dal-Ri Murcia

25



Artigo  
Práticas ASG influenciam a remuneração executiva?  
Uma análise das empresas do Ibovespa no período de 10 anos

Alexandre Sanches Garcia, Verônica de Fátima Santana, Rodrigo Lopes da Luz e Natália Fontenele Tibério

43



Artigo  
A evidenciação ambiental como instrumento de legitimação social das empresas do setor de papel e celulose listadas na B3

Nathalia Ferreira de Oliveira, Samuel de Oliveira Durso, Leonardo Augusto Silva Oliveira e Ana Clara Fonseca Amaral

59



Artigo  
A percepção do custo-benefício ambiental é influenciada pelas práticas de sustentabilidade da A3P?

Jonatas Dutra Sallaberry, Silvana Dalmutt Kruger e Edicreia Andrade dos Santos

75



Artigo  
Iniciativas ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa) na Contabilidade e Relato Integrado: um estudo da comparabilidade no setor elétrico brasileiro

Eduardo Gomes de Souza e Simone Alves da Costa

93

## PALAVRA DO PRESIDENTE

A sustentabilidade é aliada do crescimento das empresas e do desenvolvimento da economia. Por outro lado, é elemento fundamental para o bem-estar e a sobrevivência do planeta. A temática vai além da Contabilidade e impacta todas as áreas profissionais. Atualmente, a pauta está no topo das discussões globais, e é assunto de uma série de acordos internacionais.

O tema não é novo e tem ganhado cada vez mais espaço e força. Outro ponto que foi amadurecido e evidenciado nas últimas décadas é o fato de que a sustentabilidade não trata apenas dos conteúdos que envolvem o meio ambiente. Esse pensamento foi bem estabelecido no meio empresarial a partir da definição e popularização dos pilares que constituem a Agenda ESG, formada pelos aspectos ambientais, sociais e de governança.

Portanto, adotar posturas sustentáveis não é meramente militância ambiental. Na realidade, é uma estratégia de negócio, em que a empresa e a sociedade são beneficiadas. É possível afirmar, inclusive, que essas condutas trazem resultados positivos, como vantagens competitivas, e, simultaneamente, colaboram para salvar o planeta.

Nesse contexto, existe a figura do profissional da contabilidade. Em sua natureza, a Ciência Contábil evidencia dados e fornece informações de qualidade para a tomada de decisão. Possuímos uma tarefa com efeitos além-fronteiras: o desenvolvimento dos relatórios não financeiros. Essa é mais uma grande responsabilidade da Contabilidade, que exige maturidade, embasamento e conhecimentos técnicos.

A classe contábil tem papel estratégico e consultivo e, sob o enfoque da sustentabilidade, será uma das orientadoras da implantação de práticas sustentáveis nos governos e nas empresas, atuando como uma incentivadora-chave das mudanças de culturas organizacionais. Pensando nisso, o Conselho Federal de Con-

Samuel Figueira/acervo CFC



**Aécio Prado Dantas Júnior**  
*Presidente do CFC*

tabilidade (CFC) tem trabalhado, com afinco, no desenvolvimento de normas que orientem os profissionais acerca do tema. Por meio desses esforços, sentimos verdadeiro orgulho de termos posicionado o Brasil como pioneiro nessas discussões e na construção de normativos. Outra iniciativa de sucesso foi a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), fundamental para avançarmos com qualidade técnica e integração de múltiplas visões nesses debates. Simultaneamente, a entidade tem oferecido uma série de treinamentos que abordaram a temática.

A relevância desse tema, contudo, exige empenho contínuo de todos, principalmente em função de sua urgência. Nesse sentido, a relevância da academia ganha destaque mais uma vez. A relação entre academia e mercado é essencial para o avanço da Ciência Contábil. Considerando esses fatos, lançamos esta edição especial da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), que aborda o tema "Sustentabilidade Corporativa para 2024". Os seis artigos publicados neste exemplar e a reportagem que compõe o material demonstram os próximos passos a serem dados e como o conteúdo tem influenciado a profissão contábil e o mercado.

Desejo uma excelente leitura a todos e o nascimento de novas perspectivas!

## EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE  
Edição Especial n.º 269, setembro/outubro de 2024 –  
periódico bimestral - ISSN 0104/8341

### > Editor

Conselho Federal de Contabilidade  
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília/DF – CEP 70070-920  
site: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br); e-mail: [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)

### > Conselho Diretor

#### Presidente

Contador Aécio Prado Dantas Júnior

#### Vice-Presidentes

Contadora Ana Luíza Pereira Lima  
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues  
Contador Carlos Henrique do Nascimento  
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho  
Contador José Donizete Valentina  
Contador Maria Dorgivânia Arraes Barbará  
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos  
Contador Sebastião Célio Costa Castro

### > Conselheiros Efetivos

Contador Adriano de Andrade Marrocos  
Técnico em Contabilidade Aginaldo Mocelin  
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias  
Contador Bruno Sitônio Fialho de Oliveira  
Contador Carlos Rubens de Oliveira  
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende  
Contador Haroldo Santos Filho  
Contador Heraldo de Jesus Campelo  
Contador Ian Blois Pinheiro  
Contador Itajay Maria Soares  
Contador José Domingos Filho  
Contadora Katiúya Julião de Moura Manfredini  
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa  
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior  
Contadora Maria do Rosário de Oliveira  
Contador Rangel Francisco Pinto  
Contador Sérgio Faraco  
Contador Wellington do Carmo Cruz

### > Conselheiros Suplentes

Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça  
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior  
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha  
Contador Edneu da Silva Calderari  
Contador Elias Dib Caddah Neto  
Contador Erivan Ferreira Borges  
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel  
Contador Glaydson Trajano Farias  
Contador Helcimara Araújo Belem Filho  
Contador José Alberto Viana Gaia  
Contador Jose Luiz Marques Barreto  
Contador José Gonçalves Campos Filho  
Contadora Liliana Farias Lacerda  
Contadora Lucilene Florêncio Viana  
Contador Marcelo Augusto Jorge  
Contadora Maria Leny Adânia de Sylos  
Contadora Marlise Alves Silva Teixeira  
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido  
Contadora Mônica Foerster  
Contador Newton Thomazi  
Contadora Palmira Leão de Souza  
Contador Roberto Schulze  
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes  
Contadora Vitória Maria da Silva  
Contador Valmir Leônico da Silva  
Contador Weberth Fernandes

### > Coordenadora do Conselho Editorial da RBC

Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

### > Conselho Editorial da RBC

Doutor Alison Martins Meurer  
Doutor Antonio Ralha da Silva  
Doutor Emanuel Marcos Lima  
Doutor Ermani Ott  
Doutor Fernando de Almeida Santos  
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo  
Doutor Romualdo Douglas Colaudo  
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga  
Doutor Wenner Glaucio Lopes Lucena  
Doutor Vanderlei dos Santos

### > Comitê Editorial Convidado

Doutor Ermani Ott  
Doutor Aldo Leonardo Cunha Callado  
Doutora Daiane Pias Machado  
Doutora Maisa de Souza Ribeiro  
Doutora Nayane Thais Krespi Musial  
Doutor Sady Mazzioni

### > Jornalista Responsável

Daniel Guerra – 8298-DF

### > Redação

Lorena Molter

### > Projeto Gráfico

Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

### > Diagramação

Guilherme Paiva, Jailson Belfort e Thiago Luis Gomes

### > Revisão

Maria do Carmo Nóbrega e Juliana Almeida

### > Ilustrações

Guilherme Paiva, Jailson Belfort, Sabrina Mourão e Thiago Luis Gomes

### > Colaboradora

Maria do Carmo Nóbrega

### > Artigos

Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: [rbcartigos@cfc.org.br](mailto:rbcartigos@cfc.org.br)

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



## REPORTAGEM

# Sustentabilidade: um assunto da Contabilidade

Por Lorena Molter / Comunicação CFC

Orientada pelos valores ESG – que englobam os aspectos ambientais, sociais e de governança –, a sustentabilidade tem sido elemento estratégico e diferencial competitivo nos mercados. O tema ganhou tamanha relevância por influenciar a tomada de decisão de investidores de todo o planeta. Nesse cenário, estão os profissionais da contabilidade, que assumem a responsabilidade e o protagonismo no desenvolvimento dos relatórios não financeiros.

“Nenhuma empresa está em conformidade com as regras e com a legislação, se ela não tiver o olhar para a sustentabilidade.” A afirmação é da vice-presidente Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Ana Tércia Lopes Rodrigues. O desenvolvimento sustentável não é uma temática nova. Contudo, durante algumas décadas, havia uma limitação errônea do uso do termo apenas na seara ambiental. Com o passar dos anos, as discussões sobre o assunto avançaram em diversos setores sociais. No campo empresarial, tais debates ga-

nharam força e impulso, principalmente a partir da sedimentação da Agenda ESG – sigla em inglês que engloba os aspectos ambientais, sociais e de governança. Nesse cenário, a questão tornou-se elemento estratégico no ambiente dos negócios e uma preocupação crescente do mercado financeiro.

Esses três elementos indicam as práticas sustentáveis adotadas nas empresas e os seus impactos na gestão. De acordo com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que envolve empresas e outras partes interessadas da sociedade civil, trabalhis-

ta e governamental localizadas em mais 160 países com foco nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, a adoção dos padrões ESG influencia o resultado e o posicionamento das empresas. “Atuar de acordo com padrões ESG amplia a competitividade do setor empresarial, seja no mercado interno ou no exterior. No mundo atual, no qual as empresas são acompanhadas de perto pelos seus diversos *stakeholders*, ESG é a indicação de solidez, custos mais baixos, melhor reputação e maior resiliência em meio às incertezas e vulnerabilidades”, define o Pacto.

A sustentabilidade, nesse sentido, é um tema de negócio, sendo uma pauta profunda que reflete na tomada de decisão de investidores e nos rumos da empresa. “Não existem mais temas isolados. Não dá para tratar a sustentabilidade como um tema de ambientalistas, fanáticos, que querem uma economia verde. Não é sobre isso. É sobre uma cadeia de valor que é afetada das mais diferentes formas por questões que estão dentro da pauta ESG”, esclarece Ana Tércia.

### Contabilidade e sustentabilidade

O incentivo à adoção de práticas sustentáveis pelas empresas e, principalmente, a evidência dessas condutas passaram a fazer parte da realidade dos profissionais da contabilidade. Ainda que reportes não sejam obrigatórios, uma série de empresas já inseriram essas práticas em suas rotinas. Os novos padrões trazem benefícios não apenas sociais, éticos e ambientais, como também funcionam como um diferencial competitivo. O mercado tem mantido atenção em relação ao assunto e as condutas sustentáveis das empresas passaram a orientar investimentos. Outro exemplo que pode ser mencionado dentro desse cenário são os índices de Sustentabilidade da B3, que, segundo a empresa, possuem uma dupla função: instrumento de atração de investidores comprometidos com o tema e incentivo para as companhias incorporarem os valores ESG em suas estratégias de negócio.

A vice-presidente Técnica do CFC ressalta que a classe contábil possui atuação fundamental na implantação da sustentabilidade nas empresas. Segundo a contadora, a primeira responsabilidade é de cunho estratégico e diz respeito a provocar a temática no



Foto: Acervo CFC

Ana Tércia Lopes Rodrigues – Vice-Presidente e Técnica do CFC

ambiente corporativo, mesmo que os reportes ainda não sejam obrigatórios. “O profissional da contabilidade pode começar a inserir [a questão] no ambiente de gestão das empresas, sinalizando a importância de começarem a reunir essas informações e organizarem-se para divulgá-las de uma forma consistente”, orienta.

Ana Tércia destaca, ainda, qual deve ser o foco dos profissionais relacionados ao conteúdo. “O papel principal é realmente ter uma metodologia e sistematizar a organização dessas informações para que os relatórios também sejam preparados de forma adequada. Hoje nós

temos diferentes modelos de relatórios de sustentabilidade que podem ser utilizados pelas empresas – muitas já utilizam, inclusive, e fazem relato de sustentabilidade”, afirma.

A geração de informações precisas e com qualidade tem múltiplas finalidades. Esses dados contribuem para inibir práticas como o *greenwashing* e o *socialwashing*, por exemplo. O resultado é a ampliação da transparência, a proteção social e do planeta, o fortalecimento da ética e o respaldo para a tomada de decisão mais segura e assertiva. Esses fatos são considerados atualmente e influenciam as movimentações nos mercados.

“No mundo atual, no qual as empresas são acompanhadas de perto pelos seus diversos stakeholders, ESG é a indicação de solidez, custos mais baixos, melhor reputação e maior resiliência em meio às incertezas e vulnerabilidades”, define o Pacto.”

“Há investidores que só querem investir em empresas, ações e títulos que tenham a característica de serem sustentáveis, porque o risco de uma empresa que não é sustentável e que não assimila esses conceitos são punições, assim como de ela infringir algum normativo, seja de ordem ambiental e, até mesmo, de ordem social, que é o ‘S’, do ESG”, pondera.

A contadora ainda explica que a falta de respaldo e de materialidade nos dados apresentados também pode gerar multas, outros tipos de punições e, inclusive, crises reputacionais. Todos esses fatores trazem prejuízos para acionistas e para investidores e têm sido considerados nos mercados de todas as partes do planeta. “São consequências indiretas que acabam afetando o faturamento, o posicionamento da empresa em *rankings*, o valor de ações e de títulos no mercado”, alerta.

### CFC e sustentabilidade

Ciente da sua responsabilidade como representante de uma classe composta de mais de 520 mil profissionais da contabilidade, o CFC trabalha a temática há mais de duas décadas. Essas abordagens têm sido conduzidas por meio do



desenvolvimento e da edição de normativos, assim como a partir da organização de palestras, lives, painéis e treinamentos sobre o conteúdo. Grande parte desses materiais é gratuita e disponibilizada na modalidade virtual, o que amplia o alcance para todo o território nacional e além-fronteiras.

Outra iniciativa que marcou a história da entidade foi a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em 2022. De acordo com a Resolução CFC n.º 1.670, de 9 de junho de 2022, o Comitê “tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade e a divulgação de informa-

ções dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, levando sempre em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo *International Sustainability Standard Board (ISSB)*”.

O CBPS reúne dois representantes de cada uma das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Brasil); B3 Brasil Bolsa Balcão; CFC; Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon); e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Em adição, também fazem parte entidades representativas de investidores do mercado de capitais. Atualmente, os representantes do Conselho no grupo são os contadores Zulmir Ivânio Breda, que desempenha a função de coordenador de Operações; e Vania Maria da Costa Borgerth, que atua como vice-coordenadora de Relações Internacionais.

As atividades do CBPS têm rendido frutos, como a organização do I Fórum CBPS de Sustentabilidade, que aconteceu em 2024 e reuniu autoridades no tema do Brasil e do exterior, inclusive com a participação especial da IFRS Foundation.

A convergência das IFRS S1 e S2, por meio das atividades do CBPS, é mais uma ação que alinha o CFC às demandas que englobam a sustentabilidade. Em 2024, as minutas do Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e do Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima estiveram em audiência pública e devem ser aprovadas ainda neste ano. Os documentos foram disponibilizados para a reunião de sugestões e comentários, de forma conjunta, pelo Conselho, pelo Comitê e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A iniciativa posicionou o país como pioneiro nas discussões a respeito desses normativos. Costa Rica e Japão também efetuaram movimentos nesse sentido, entretanto, o Brasil largou na frente.

Essas normas são voltadas para a divulgação de informações de

sustentabilidade que auxiliem na tomada de decisão. No entanto, são uma metodologia de relato. De modo geral, o CBPS 01 envolve as divulgações de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Já o CBPS 02 refere-se à divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A vice-presidente Técnica do CFC destaca que essa iniciativa é “extremamente importante, porque estamos em um momento em que as principais economias globais estão discutindo hoje o cumprimento de metas que foram estabelecidas

em acordos internacionais”. A contadora ainda lembra que esse também é um ano estratégico para o Brasil, porque o país sediará o G20 em 2024. “Nós tivemos a oportunidade de nos inserir dentro de uma *task force* do G20 – a de integridade e *compliance*. Eu a integro, juntamente com a vice-presidente [de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC] Sandra Campos. Hoje não há como se falar em integridade e *compliance* sem abarcar a questão da sustentabilidade”, conclui.

O CFC já desenvolveu diferentes normas que contemplam a sustentabilidade. Veja a seguir:

Norma	Descrição
Resolução CFC n.º 1.003, de 2004	Informações de natureza ambiental e social nas organizações.
Resolução CFC n.º 1.710, de 2023	Preparação e assegurar de relatórios de sustentabilidade.
Comunicado Técnico Geral (CTG) 09	Relato Integrado.
CBPS 01	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (em processo de consolidação).
CBPS 02	Divulgações Relacionadas ao Clima (em processo de consolidação).

Fonte:CFC





“Não existem mais temas isolados. Não dá para tratar a sustentabilidade como um tema de ambientalistas, fanáticos, que querem uma economia verde. Não é sobre isso. É sobre uma cadeia de valor que é afetada das mais diferentes formas por questões que estão dentro da pauta ESG.”

### Próximos passos

A sustentabilidade é um tema complexo, com várias faces e que conecta diferentes demandas globais e da sociedade. O assunto vai além da classe contábil e, embora tenha alcançado avanços nas últimas décadas, ainda carece de mais ações para o seu fortalecimento e a sua consolidação. Para Ana Tércia Rodrigues, a capacitação e o treinamento são os desafios a serem superados no momento. Antes disso, a vice-presidente disse acreditar que é importante despertar a “consciência das pessoas sobre a importância das normas para não as negligenciarem”. Em seguida, viria, justamente, a parte da preparação. “Nós precisamos fazer com que as competências sejam desenvolvidas para que a Contabilidade realmente possa atender a essa expectativa. Além disso, acho que nós precisamos também de um movimento junto às lideranças políticas do nosso país, para que a legislação recepcione todo esse movimento que nós estamos fazendo na Contabilidade”, ressalta.

A contadora diz que os novos padrões vão mudar a forma como as empresas são geridas e, principalmente, o modo como esses negócios enxergam os investimentos

sustentáveis e os esforços necessários que precisam ser implementados, incluindo questões técnicas, nos seus sistemas produtivos.

Nessa conjuntura, empresas, governos e sociedade devem estar integrados em busca de mudanças de comportamento e de procedimentos que contribuam para frear o aquecimento global e as consequências desse fenômeno. Para a vice-presidente, a atitude é algo basilar. “Todos precisam estar na mesma página. E a mesma página significa o seguinte: passaremos a ter um modelo-padrão de informações e de como deverão ser emitidas essas informações de sustentabilidade. Deveremos ter consistência nas informações. Não são informações levianas, escritas em um parágrafo sem fundamento, sem que esses dados estejam alicerçados em números vindos dos demonstrativos contábeis”. E completa: “Vejo a Contabilidade protagonizar muito esse momento, por termos competências e habilidades que já foram testadas ao longo dos anos e que nos dão a condição de liderar esse movimento do bem”.





# Relato Integrado: uma análise do nível de aderência dos capitais não financeiros da Magazine Luiza

O Relato Integrado (RI) busca atender a uma nova e crescente demanda de divulgações de informações financeiras associadas às não financeiras, de forma a fornecer mais informações aos stakeholders. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa foi analisar o nível de aderência da empresa Magazine Luiza aos indicadores-chave (KPIs) de desempenho dos capitais não financeiros. Para isso, coletaram-se os RIs dos anos de 2018 a 2022, e analisou-se a evidenciação dos indicadores não financeiros (natural, humano, social e de relacionamento e intelectual), por meio de um *checklist*, totalizando 34 indicadores-chaves. Os resultados da pesquisa mostram que a companhia possui um nível de evidenciação considerado “bom” e de nível 1. A companhia também apresentou um índice geral de 82% de evidenciação em seus KPIs nos relatórios apresentados, demonstrando que, ao longo dos anos, foi melhorando seu nível de *disclosure* desses KPIs.

## Ricardo da Silva Garcia

Contador pela Universidade do Grande Rio, é especialista em Planejamento Empresarial e Finanças pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante. É mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do curso Ciências Contábeis na Instituição Anhanguera. Atua como empresário contábil e pesquisador acadêmico.

*E-mail:* ricardogarcia@unigranrio.br

## Mariana Pereira Bonfim

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), é mestre em Ciências Contábeis pela UERJ, graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da UFF (Volta Redonda).

*E-mail:* marianabonfim@id.uff.br

## Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia

Doutora em Administração pela Ebape/FGV, é mestre em Administração pelo Ibmec e pós-graduada em Marketing e em Pesquisa de Mercado e de Opinião Pública. Graduada em Letras e em Comunicação Social – Jornalismo, atua como pesquisadora na área de Metodologia Qualitativa e Estudos de Consumo. É professora adjunta da Faculdade de Administração e Finanças da UERJ e da ESPM Rio.

*E-mail:* tania.almeida@ctgouveia.com.br

## Ticiane Lima dos Santos

Professora adjunta da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), é doutora em Administração pela Universidade da Amazônia (Unama) e mestra em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Possui especialização em Metodologia do Ensino Superior pela UEPA e em Ecoauditoria pela UFPA.

*E-mail:* ticiane.ufra@gmail.com

## 1 Introdução

As questões ambientais e sociais estão cada vez mais relacionadas ao cotidiano das empresas: as companhias devem divulgar não somente questões financeiras, mas também as não financeiras (Teixeira *et al.*, 2021). Preocupar-se com a imagem perante a sociedade e os *stakeholders*, adotar práticas sustentáveis, atentar-se ao mau uso dos recursos naturais e promover a igualdade social são práticas integrantes de uma realidade em que as empresas já estão se enquadrando (Ribeiro, 2010; Tinoco; Kraemer, 2011; Dias, 2011). Essa “nova consciência” por parte da população e dos investidores impacta profundamente a vida financeira das companhias e, em virtude dessa nova demanda, estas buscam se adaptar e aderir a práticas corretas e justas em âmbito socioambiental e que possuam viabilidade econômica (Alencar *et al.*, 2015).

Para atender a essa nova demanda, demonstrar essa preocupação com o meio ambiente, incentivar as boas práticas e de transparência na gestão, e alinhar as dimensões financeiras

e não financeiras para criação de valor de uma organização, foi criado o conceito de Relato Integrado – RI (VRF, 2021). A sua concretização se deu a partir da parceria entre o *Global Reporting Initiative* (GRI) e o *The Prince’s Accounting for Sustainability Project* (A4S), que se uniram com o objetivo de propor uma integração entre todas as dimensões relacionadas à operação da empresa (IIRC, 2010). Assim, foi criado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com o objetivo de criar uma estrutura de relatório que associasse informações de cunho financeiro, ambiental e social em um formato consistente (IIRC, 2010).

Para Perez Junior, Olivieri Neto e Silva (2014), a ideia de Relato Integrado não significa “apenas mais um relatório”, e, sim, a integração de informações financeiras e não financeiras resultantes do efeito da utilização dos recursos pelas organizações. Além disso, Cheng *et al.* (2014) destacam que os Relatos Integrados apresentam novas oportunidades de pesquisas, considerando que esse modelo de relatório ainda está em fase de desenvolvimento.

O Relato Integrado divide seus conceitos fundamentais em três perspectivas: i) capitais (financeiros, manufaturados, intelectuais, humanos, sociais e de relacionamentos e naturais); ii) modelo de negócios da organização; e iii) criação de valor no decorrer do tempo (VRF, 2021). Esses conceitos utilizam Indicadores-Chave de Desempenho Específico (KPIs, na tradução de *Key Performance Indicators*) para realizar sua mensuração.

Para Gomes *et al.* (2014), indicador de desempenho é um ins-

trumento de avaliação e serve para mensurar e analisar os resultados obtidos em determinados períodos, e sua utilização é parte do processo decisório. Os indicadores podem ser classificados em financeiros – apresentados por meio de índices econômico-financeiros – e não financeiros – que podem ser expressos de diversas formas, seja quantitativa ou qualitativamente. Neely (2002) afirma que existe uma unanimidade no fato de que as avaliações não financeiras devem equilibrar as financeiras.

Os quocientes socioambientais, em especial, têm revelado sua importância ao longo do tempo. Para acompanhar o progresso, tais índices tornaram-se ferramentas de apoio aos tomadores de decisões e aos responsáveis pela elaboração de políticas, além de serem direcionadores para o alcance do desenvolvimento sustentável (Garcia; Guerrero, 2006). Ademais, como as empresas têm um compromisso com a sociedade e o meio ambiente, é necessário que exista um relacionamento de respeito na perspectiva social e também o interesse na preservação do meio ambiente, minimizando seus impactos. Assim, a companhia pode continuar a ser vista como um dos pilares fundamentais no desenvolvimento econômico e social de determinado país (Castro; Siqueira; Macedo, 2010).

Atualmente, as companhias brasileiras de capital aberto têm obrigatoriedade de divulgar somente suas informações financeiras; as não financeiras são divulgadas ao mercado somente de forma voluntária, seja por meio de Relatórios de Sustentabilidade ou por meio do Relato Integrado. Assim, o RI surge como um relatório que busca realizar a comunicação empresarial de maneira conjunta, a fim de promover o desenvolvimento do mercado de capitais e um maior *disclosure* aos usuários da informação (Frias-Aceituno; Rodriguez-Ariza; García-Sánchez, 2013).



“Os quocientes socioambientais, em especial, têm revelado sua importância ao longo do tempo. Para acompanhar o progresso, tais índices tornaram-se ferramentas de apoio aos tomadores de decisões e aos responsáveis pela elaboração de políticas, além de serem direcionadores para o alcance do desenvolvimento sustentável.”

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de aderência da Magazine Luiza aos indicadores-chave (KPIs) de desempenho dos capitais não financeiros?** O objetivo da pesquisa consiste em analisar o nível de aderência da empresa Magazine Luiza aos indicadores-chave (KPIs) de desempenho dos capitais não financeiros.

Como escolha metodológica e para o alcance do objetivo proposto, optou-se pela análise dos Relatos Integrados de uma empresa listada na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que tenha regularidade no envio desse relatório para os investidores e que busque uma presença mais social e sustentável. A Magazine Luiza é uma companhia varejista, fundada em 1957; a prática de comunicação e a demonstração da transparência nas informações dessa empresa foram os critérios considerados para a sua escolha. A constância em evidenciar seus resultados, tanto financeiros quanto o seu organismo interno; as suas prospecções futuras, social e ambiental, de forma transparente; e a utilização de indicadores não financeiros para sua mensuração são aspectos que fazem parte de um sistema efetivo de comunicação com seu público consumidor, seja ele

cliente final ou seus investidores, de uma maneira mais abrangente, a todos os seus *stakeholders*.

Além de uma forte representatividade no meio social, a Magazine Luiza possui projetos de cunho social estruturados e elogiados perante a sociedade, inclusive com premiações como a de melhor empresa para se trabalhar, em estratégias de *marketing*, presença em redes sociais, serviços ao cliente, inovações no e-commerce, entre outros. Outrossim, a companhia também realiza a divulgação do Relato Integrado desde 2012.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Relato Integrado – surgimento, definições e estrutura

Em 2004 foi criado o *The Prince's Accounting for Sustainability Project (A4S)*, grupo capitaneado pelo então príncipe Charles da Inglaterra, com o intuito de conectar as informações financeiras com as não financeiras, presentes nos relatórios corporativos (Rodrigues; Moraes; Cunha, 2016). Desse movimento, em dezembro de 2009, surgiu o *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, coalizão global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissio-

nais do setor contábil e ONGs, para emitir padrões gerais do RI, dar suporte aos usuários e sistematizar as experiências (programa-piloto) com empresas de vários segmentos e países, inclusive o Brasil (Alves et al., 2017).

Diante disso, por meio da elaboração de uma estrutura conceitual (*framework*), o IIRC propôs um relatório que contribuiria com o alcance de seus objetivos, comumente chamado de Relato Integrado. De acordo com essa estrutura, as empresas deveriam expandir suas divulgações, de forma a incluir todos os recursos utilizados na sua atividade principal, bem como o seu modelo de negócios e as estratégias subjacentes, integradas aos diversos capitais abrangidos pelo relatório, quais sejam: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural (IIRC, 2013; Cheng et al., 2014).

Nessa perspectiva, o Relato Integrado é um relatório organizacional de divulgação pública, o qual contém informações financeiras e não financeiras. Assim, no RI, espera-se que as organizações divulguem, em intervalos regulares de tempo, estratégias, operações, resultados e impactos naturais, integrados aos seus aspectos sociais, ambientais e financeiros (Soyka, 2013).

Para implementação de RI nas companhias, o IIRC desenvolveu um programa-piloto, em que os membros aderentes tiveram a oportunidade de discutir, desenvolver, testar e compartilhar experiências na elaboração dos Relatos Integrados. E mais: por meio do programa, essas entidades se juntaram, buscando o desenvolvimento e o compartilhamento de suas atividades para a elaboração de melhores relatórios integrados de acordo com a Estrutura Conceitual do IIRC (Villiers; Unerman, 2014). No contexto mundial, mais de 100 organizações fizeram parte do programa-piloto e, no Brasil, o programa teve a aderência de 12 empresas: AES Brasil, BNDES, BRF S.A, CCR S.A, CPFL Energia, Fibria Celulose S.A, Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE, Itaú Unibanco, Natura, Petrobras S.A., Via Gutenberg e Votorantim (Castanha *et al.*, 2021).

Em maio de 2021, o IIRC se fundiu ao *Sustainability Accounting Standards Board* (Sasb), organização responsável por estabelecer padrões de divulgação de informações de sustentabilidade para fins financeiros, dando origem, assim, à *Value Reporting Foundation* – VRF (IFRS, 2021a). Em novembro de 2021, foi anunciada a criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (Fundação IFRS), com o objetivo de definir padrões da temática ambiental, social e de governança nos relatórios corporativos, mediante o fornecimento de informações completas aos investidores (IFRS, 2021b).

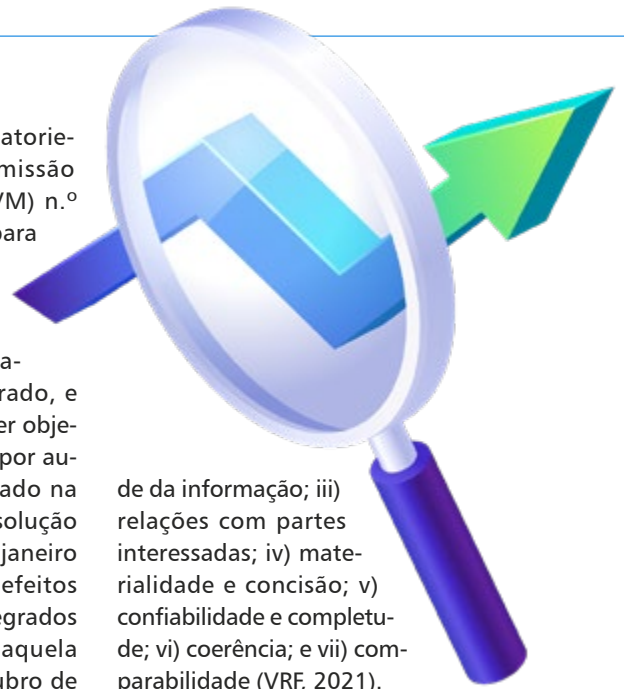
Em relação à sua obrigatoriedade, a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 14/20 tornou obrigatória, para as companhias abertas, quando da decisão de elaboração e divulgação do Relato Integrado, a Orientação CPC 09 – Relato Integrado, e determinou que o RI deve ser objeto de assecuração limitada por auditor independente registrado na CVM. Ressalte-se que a Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021; assim sendo, os efeitos em relação aos Relatos Integrados foram iniciados a partir daquela data (CVM, 2020). Em outubro de 2023, o Brasil se tornou o primeiro país no mundo a adotar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitidas pelo ISSB. A mudança ocorreu por meio da Resolução CVM n.º 193, que permite às companhias abertas divulgar suas informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional IFRS S1 e S2.

Para viabilizá-lo em distintos países e empresas, o RI é baseado em princípios gerais, e não em normas específicas. Esses princípios básicos – interligados, não excludentes – visam à harmonização dos diferentes requisitos de informação (Higgins *et al.*, 2019) e orientam o conteúdo e a forma de apresentação e evidenciam as informações presentes no RI (Cheng *et al.*, 2014). Assim, no *framework* para sua elaboração, estão presentes sete princípios de orientação: i) foco estratégico e orientação para o futuro; ii) conectividade

de da informação; iii) relações com partes interessadas; iv) materialidade e concisão; v) confiabilidade e completude; vi) coerência; e vii) comparabilidade (VRF, 2021).

Além dos princípios, os elementos de conteúdo fornecem as orientações necessárias para a elaboração do RI. No entanto, cabe às organizações determinar quais informações divulgar em consonância com as suas especificidades e os seus princípios básicos (IIRC, 2013; VRF, 2021). No *framework*, são apresentados oito elementos de conteúdo: i) visão organizacional e ambiente externo; ii) governança; iii) perspectivas futuras; iv) modelo de negócios; v) estratégia e alocação de recursos; vi) desempenho; vii) riscos e oportunidades; viii) bases para apresentação.

Desse modo, o RI aborda a importância do pensamento integrado, considerando que o envolvimento com os *stakeholders* ocorre regularmente nas atividades da organização e no curso de seus negócios; assim, a incorporação do pensamento integrado propicia a consideração completa das necessidades e demandas das partes interessadas (Lai; Melloni; Stacchezini, 2018; Naynar; Ram; Maroun, 2018). Tal fato ocorre pela conectividade das informações, que flui eficazmente e auxilia na tomada de decisão a partir da incorporação do pensamento integrado (IIRC, 2013; VRF, 2021).



Por meio de uma comunicação concisa sobre a forma como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização levam à criação de valor, o RI é estruturado sob a ótica dos seis capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural (VRF, 2021). Ou seja, a criação de valor resulta da maneira como a organização usa os diversos capitais e apura seus efeitos no decorrer do tempo, ao integrar com o ambiente externo (VRF, 2021). Tais capitais são repositórios de valor: aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização.

## 2.2. Capitais financeiros e não financeiros: indicadores-chave

Neely, Gregory e Platts (2005) afirmam que um sistema de mensuração de performance pode ser definido como o jogo de métricas usado para quantificar a eficiência e a eficácia das ações das empresas. Determinar quais medidas devem ser realizadas depende da complexidade do processo que se deseja avaliar, da sua importância em relação às metas estabelecidas pela empresa e da expectativa de uso gerencial posterior desses dados (Chaves; Alcântara; Assumpção, 2008). Para Ribeiro, Macedo e Marques (2012), a etapa mais crítica é a determinação dos indicadores de desempenho a

serem utilizados, pois esta define a eficiência do processo de medição.

Em sua pesquisa, Garrison, Norren e Brewer (2013) verificaram que os relatórios elaborados pela contabilidade financeira enfatizam as atividades passadas, a objetividade, a verificabilidade, a precisão e o desempenho em toda a empresa. Já os relatórios produzidos pela contabilidade gerencial enfatizam as decisões que afetam o futuro, a relevância, a gestão do tempo e o desempenho no nível do segmento. Assim, os autores verificaram que os documentos da contabilidade financeira utilizam indicadores de capital financeiro, e os da contabilidade gerencial, os de capital não financeiro. Contudo, Eccles e Spiesshofer (2015) constataram limitações nos relatórios não financeiros produzidos pelas empresas, especialmente em relação à divulgação de informações sobre a responsabilidade social e ambiental, dificultando o entendimento dos usuários pela falta de conexão entre os diferentes impactos.

Diante disso, é importante compreender que o texto dos relatórios contábeis deve funcionar como um todo, de forma que não pode se sobrepor ao conteúdo, e o conteúdo não pode se sobrepor à forma, para evitar o ruído na comunicação com a presença de elementos que dificultem a leitura (Perrotta, 2004). Partindo disso, os relatórios financeiros e

não financeiros devem complementar um ao outro, gerando, assim, mais valor aos *stakeholders*, mediante o fornecimento de informações precisas para a tomada de decisão.

Apesar de importantes e essenciais para avaliar a saúde da empresa, os indicadores financeiros não são suficientes, pois também são necessárias outras medidas de desempenho que consigam fornecer ao gestor maior segurança ao tomar suas decisões, tanto interna, quanto externamente à empresa (Macedo; Corrar, 2010). Desse modo, a proposta do *framework* do RI é integrar não só as informações financeiras da empresa, como também as não financeiras, buscando evidenciar o valor que a empresa gerou ao longo do tempo (VRF, 2021). Para isso, o Relato Integrado correlaciona os seis capitais em sua estrutura, e sua classificação está apresentada no Quadro 1.

O *framework* não exige a divulgação de todos os capitais e também permite que ela possa ocorrer de maneira diferente; contudo, a Estrutura Conceitual fornece uma orientação a fim de direcionar as companhias na sua divulgação (VRF, 2021). Esse *disclosure* deve ocorrer com base em seus efeitos sobre a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo, e não pelo fato de serem, ou não, propriedade da organização (VRF, 2021).



Quadro 1 – Classificação dos capitais presentes no Relato Integrado

Capital	Definição
Financeiro	Recursos utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços, gerados por financiamentos ou investimentos.
Manufaturado	É composto por objetos físicos manufaturados (diferente de objetos físicos naturais) disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, como, por exemplo, os equipamentos.
Intelectual	Representado pelos intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, como patentes.
Humano	Diz respeito às competências, habilidades e experiências das pessoas e suas motivações para inovar.
Social e de Relacionamento	São as relações com usuários internos e externos e a reputação da empresa.
Natural	São todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis de posse da organização.

Fonte: IIRC (2013) e VRF (2021).

Além disso, a divulgação dos capitais inclui fatores que afetam sua disponibilidade, qualidade e acessibilidade, e as expectativas da organização quanto à sua capacidade de produzir fluxos a partir do atendimento às demandas futuras. Isso se torna particularmente relevante no que diz respeito a capitais com pouca disponibilidade, ou seja, que não são renováveis, e que podem impactar a viabilidade, em longo prazo, do modelo de negócios da organização. Quando não for viável quantificar movimentos significativos nos capitais, divulgações qualitativas são feitas para explicar as mudanças na disponibilidade, qualidade ou acessibilidade de capitais como insumos empresariais, e como uma organização os aumenta, diminui ou transforma (VRF, 2021).

Conforme Rodrigues, Moraes e Cunha (2016), há desafios para integrar a informação não financeira aos relatórios tradicionais, presos, essencialmente, às informações financeiras. A meta é reduzir a complexidade da informação divulgada para proporcionar aos investidores e outros usuários a informação necessária para conhecer a empresa, avaliar seu desempenho e tomar decisões.

### 2.3 Teoria da Divulgação e *disclosure* voluntário

Os termos “divulgação” e “evidenciação” reportam-se ao termo *disclosure*; assim, essas palavras são tidas como sinônimos (Mota; Coelho; Queiroz, 2014). O conjunto total do *disclosure* de uma empresa é composto não só por informações exigidas por lei, mas também por informações voluntárias que são úteis aos *stakeholders* no processo de tomada de decisões. Assim, o *disclosure* pode ser compulsório, ou seja, quando as informações são requeridas pela legislação ou por órgãos reguladores, e voluntário,

quando não existe a obrigatoriedade de evidenciar determinadas informações (Avelino, 2013).

Para Dye (2001), a divulgação voluntária é um caso especial da teoria dos jogos com a seguinte premissa central: qualquer entidade que considere a possibilidade de uma divulgação publicará informações que lhe sejam favoráveis, e não divulgará informações desfavoráveis para a companhia. O raciocínio é que o *disclosure* voluntário só ocorre se os benefícios gerados pela divulgação das informações voluntárias (redução do custo de capital, aumento da liquidez das ações) sejam superiores aos seus custos (custo de elaboração e publicação das demonstrações, custos de propriedade).

Nesse sentido, tem-se, na Teoria da Divulgação, o foco na assimetria informacional entre controladores e usuários externos, à medida que essa assimetria cria demanda para o *disclosure* corporativo (Francis; Nanda; Olson, 2008). Este, por sua vez, pode ser

entendido como o canal de transmissão da empresa para o mercado (Zhang; Fan; Wang, 2008).

Tradicionalmente, as informações não financeiras são disponibilizadas de forma voluntária por meio dos *websites* ou relatórios de sustentabilidade das organizações. No entanto, com o aumento regulatório e com o desenvolvimento do mercado de capitais, há sinais sobre a necessidade de transparência e precisão nos relatórios de sustentabilidade (Tibério *et al.*, 2022).

O RI atua como um desses relatórios, que visam reduzir a assimetria informacional mediante a divulgação de informações com uma visão holística da empresa,





concorrendo para uma comunicação sobre visão estratégica e de governança (Tibério *et al.*, 2022). Dessa maneira, o processo de comunicação integrado colabora com o desenvolvimento do mercado de capitais em países que almejam sua implementação ou apoiem a adesão voluntária, visto que incentiva a evidenciação de informações que não são divulgadas nos modelos tradicionais de relatórios anuais, promovendo maior *disclosure* aos usuários da informação (Frias-Aceituno; Rodriguez-Ariza; García-Sanchez, 2013).

### 3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa, descritiva, documental e com o uso da análise de conteúdo como sistemática para o levantamento de evidências para quantificação dos documentos analisados (Given, 2008). O percurso metodológico da análise de conteúdo foi realizado de acordo com o estabelecido por Bardin (2016): a) análise dos documentos com leitura flutuante; b) identificação e aplicação dos indicadores; c) exploração dos documentos; e d) tratamento das evidências.

Para o alcance do objetivo proposto, foram coletados os RIs publicados pela companhia Magazine Luiza S.A., extraídos do próprio site da companhia, relativos ao período entre 2018 e 2022, totalizando cinco Relatos Integrados. Para a análise dos indicadores-chave, utilizou-se o instrumento metodológico de Nascimento *et al.* (2015), que estabeleceu uma abordagem por meio de um *checklist* que possui variáveis para identificar o nível de aderência dos capitais não financeiros mediante citações de palavras-chave.

O *checklist* e os KPIs utilizados estão presentes no Quadro 2.

Quadro 2 – Capitais não financeiros e KPIs

Capital	Categoria	Palavras Relacionadas
Capital Natural	1. Emissão de CO <sub>2</sub>	Emissão, emissões, gás, gases, carbono, CO <sub>2</sub>
	2. Consumo de energia por fonte de energia	Energia, fonte
	3. Quantidade de resíduos	Resíduo
	4. Acidentes ambientais	Acidente, multa, indenização, indenizações, processo, derramamento, explosão, incêndio, vazamento, mortandade de peixes, lançamento de sólidos, rompimento, desastre, químicos, embalagem abandonada
	5. Resíduos reciclados	Recicla, reciclado, reciclagem, recicláveis
	6. Investimentos em proteção ambiental	Investimento, proteção, proteções, ambiental, ambientais, ambiente
	7. Animais adquiridos para testes	Animais, animal, teste
Capital Humano	1. Número de funcionários	Funcionário, empregado, colaborador
	2. Diversidade	Diversidade, sexo, gênero, faixa, etária, grau de instrução, etnia, religião, origem, raça
	3. Total investido em treinamento	Treinamento, capacitação
	4. Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa	Aprendizagem, eletrônica, corporativa, virtual, EAD, on-line, online, e-learning, learning
	5. Média de idade	Idade, etária
	6. Média de dias de treinamento por funcionário	Treinamento, capacitação.
	7. Resultado da pesquisa com funcionários	Pesquisa, clima, organizacional
	8. Acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas	Acidente, lesão, lesões
	9. Taxa de absenteísmo	Absenteísmo, frequência, gravidade, ausência, dias perdidos
	10. Taxa de demissão	Demissão, desligamento, demitido, deixaram, turnover, turn over, rotatividade
	11. Relação de salário mínimo	Salário, remuneração
Capital Social e de Relacionamento	1. Ranking de “Excelente lugar para trabalhar”	Ranking, excelente, melhor, lugar, excelência
	2. Número de voluntários	Voluntário
	3. Reclamações trabalhistas / Processos	Reclamações, trabalhista, reclamação, processo
	4. Envolvimento em ações sociais	Ações, sociais, ação, social, projeto
	5. Envolvimento em projetos culturais	Projeto, cultura, culturais, cultural;
	6. Índice de satisfação do cliente	Satisfação, pesquisa, índice
	7. Provisão para projetos sociais	Projeto, social, sociais
	8. “Investimento social” (dinheiro gasto em filantropia)	Investimento, social, filantropia, gasto
Capital Intelectual	1. Número de patentes requeridas	Patente
	2. Dinheiro gasto em P&D	P&D, pesquisa, desenvolvimento, gasto
	3. Número de testes com nova tecnologia	Teste, tecnologia, nova
	4. Reconhecimento da marca	Marca, reconhecimento
	5. Número de novos produtos desenvolvidos	Produto, novo, desenvolvido
	6. Despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização	Mudança, processo, despesa
	7. Despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos	Software, sistema, interno, despesa, venda, produto, próprio, original
	8. Vendas geradas por produtos originados de P&D	Originais, pesquisa, desenvolvimento

Fonte: adaptado de Nascimento *et al.* (2015).

Em seguida, foi estimado o Índice de Divulgação (ID) da companhia, de acordo com o nível de aderência de cada KPI. O ID pode ser obtido por meio da seguinte equação (Lemos; Rodrigues; Ariza, 2009):

$$ID_i = \sum_{j=1}^n \frac{e_j}{e}$$

Em que:

ID<sub>i</sub> – índice de divulgação da empresa i;

e<sub>j</sub> – variável dicotômica, que assume valor 0 se o indicador j for ausente, e o valor 1 se o indicador j for divulgado; e

e – número máximo de elementos analisados.

O resultado do Índice de Divulgação varia entre 0 e 1. A classificação dos níveis de divulgação é apresentada no Quadro 3.

#### 4 Análise e Discussão dos Resultados

Nascimento *et al.* (2015) informam que os KPIs do Capital Natural são uma forma de medir a utilização dos recursos ambientais, renováveis e não renováveis, bem como os seus impactos no meio ambiente.

O Quadro 4 mostra que a aderência da Magazine Luiza, nos cinco anos analisados, foi de 83%, pois o item “animais adquiridos para testes” foi de 0%, já que não houve qualquer menção sobre o ocorrido. O item relacionado a resíduos reciclados foi mencionado

de forma constante, entre os anos de 2019 e 2022, já que os relatórios discriminaram projetos que visam à reciclagem.

Diante disso, o ID de capital natural da empresa foi de 0,83 de aderência, nível que se caracteriza como “bom”, classificado como nível 1. A análise do capital natural permite uma visão abrangente de um consumo mais consciente dos recursos do meio ambiente, levando os *stakeholders* a compreender quais os tipos de energia utilizados pela companhia e a consequente poluição gerada ao meio ambiente.

Com relação ao capital humano, esses indicadores são a representação do relacionamento entre a organização e os seus colabora-

dores, no que concerne ao desenvolvimento de competências e habilidades que geram valor à entidade (Nascimento *et al.*, 2015).



Quadro 3 – Classificação dos níveis de divulgação considerada no resultado do ID

Níveis	ID	Classificação
1	0,75 a 1,0	Bom
2	0,50 a 0,74	Satisfatório
3	0,25 a 0,49	Insatisfatório
4	0,00 a 0,24	Ruim

Fonte: Nascimento *et al.* (2015).

Quadro 4 – Índices de Capital Natural

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Emissão de CO <sub>2</sub>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%	83%	17%
2. Consumo de energia por fonte de energia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
3. Quantidade de resíduos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
4. Acidentes ambientais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Resíduos reciclados	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	80%	20%		
6. Investimentos em proteção ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Animais adquiridos para testes	Não	Não	Não	Não	Não	0%	100%		

Fonte: dados da pesquisa.

No Quadro 5, é possível perceber que a companhia se destaca em quase todos os pontos da evidência do capital humano, visto que apresenta um nível de aderência alto, à exceção do item “acidentes de trabalho”. Ainda sobre o capital humano, ressalta-se que a companhia apresenta grande quantidade de informações relacionadas aos colaboradores, o que demonstra a forma como é vista internamente e em sua diversidade, bem como evidencia os projetos de retenção, desenvolvimento e capacitação dos funcionários, sua diversidade e inclusão. A companhia apresentou o ID de Capital Humano de 0,84 de aderência, caracterizado como “bom” e classificado como nível 1.

Esse capital revela ao *stakeholder* uma visão de como é a rotatividade da empresa, o seu *turnover*, como é a taxa de retenção de seus colaboradores, quantas pessoas entraram na empresa, quantas saíram. Tal índice demonstra crescimento não apenas empresarial, mas também demográfico, com a informação sobre a abertura de novas unidades.

A divulgação de indicadores referentes ao capital social e de relacionamento decorre do envolvimento da empresa com instituições que contribuem para o desempenho de suas atividades e geração de valor, tais como fornecedores de capital financeiro ou manufaturado, clientes, concorrentes, parceiros comerciais e outros (Perez Junior; Olivieri Neto; Silva, 2014).

Um ponto de destaque nessa categoria diz respeito ao envolvimento social da empresa, que pode ser importante para os *stakeholders* com cunho mais filantrópico, pois possibilita visualizar os impactos que a companhia causa na sociedade. Com relação ao capital social e de relacionamento, a Magazine Luiza apresentou um índice de aderência de 85%, considerado “bom” e classificado como nível 1, conforme pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 5 – Índices de Capital Humano

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Número de funcionários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%	84%	16%
2. Diversidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
3. Total investido em treinamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
4. Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Média de idade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
6. Média de dias de treinamento por funcionário	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Resultado da pesquisa com funcionários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
8. Acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas	Não	Não	Não	Não	Sim	20%	80%		
9. Taxa de absenteísmo	Não	Não	Não	Não	Não	0%	100%		
10. Taxa de demissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
11. Relação de salário mínimo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		

Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 6 – Índices de Capital Social e de Relacionamento

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Ranking de “Excelente lugar para trabalhar”	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%	85%	15%
2. Número de voluntários	Sim	Sim	Não	Não	Sim	60%	40%		
3. Reclamações trabalhistas / Processos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	80%	20%		
4. Envolvimento em ações sociais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Envolvimento em projetos culturais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
6. Índice de satisfação do cliente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Provisão para projetos sociais	Não	Não	Não	Sim	Sim	40%	60%		
8. “Investimento social” (dinheiro gasto em filantropia)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		

Fonte: dados da pesquisa.



O capital intelectual expõe como a empresa pensa no longo prazo e em seu desenvolvimento, tanto tecnológico, quanto na infraestrutura interna e externa e no comportamento da marca ao longo do tempo. Os índices de capital intelectual são apresentados no Quadro 7.

Nesse índice, conforme exposto no Quadro 7, a companhia apresenta uma aderência mais mista, visto que não produz itens que requeiram patentes; por isso, não houve menção nos relatórios. Nas outras categorias, a companhia demonstra que busca inovar, por meio da aquisição, da pesquisa e do desenvolvimento de novas tecnologias e experiências para seus usuários. A companhia também evidencia aos investidores que não se mantém estática, ao se modernizar e se atualizar para ter uma marca forte e competitiva no mercado. Desse modo, o ID da companhia apresentou 0,75 de aderência, considerado “bom” e classificado como nível 1, apesar de estar bem próximo ao limite de aderência definido como satisfatório.

Ao analisar os KPIs não financeiros nos Relatos Integrados da Magazine Luiza, percebe-se que a companhia busca apresentar o máximo de informações em seus relatórios. A média total de aderência é de 82% de divulgações em todos os campos, como apresentado no Quadro 8, e 18% das categorias não são mencionadas, o que caracteriza um ID de 0,82 de aderência geral; o nível se caracteriza como “bom”.

Desse modo, é possível perceber que a Magazine Luiza está alinhada com o propósito do RI e mantém uma consistência na emissão das informações em seus relatórios. De modo geral, todos os capitais não financeiros alcançaram um índice de divulgação acima de 75%, o que a caracteriza como nível 1, segundo Nascimento *et al.* (2015), e constitui uma boa classificação em todos os capitais.

Quadro 7 – Índices de Capital Intelectual

Categoria	Anos de Emissão					Emissão %		Média %	
	2018	2019	2020	2021	2022	Sim	Não	Sim	Não
1. Número de patentes requeridas	Não	Não	Não	Não	Não	0%	100%	75%	25%
2. Dinheiro gasto em P&D	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	80%	20%		
3. Número de testes com nova tecnologia	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	80%	20%		
4. Reconhecimento da marca	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
5. Número de novos produtos desenvolvidos	Não	Sim	Não	Sim	Sim	60%	40%		
6. Despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		
7. Despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	80%	20%		
8. Vendas geradas por produtos originados de P&D	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	0%		

Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 8 – Resumo da aderência dos KPIs da Magazine Luiza

Capital	Média Geral %		Média de Aderência Final	
	Sim	Não	Sim	Não
Capital Natural	83%	17%	82%	18%
Capital Humano	84%	16%		
Capital Social e de Relacionamento	85%	15%		
Capital Intelectual	75%	25%		

Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 9 – Quantidade de páginas dos relatórios

Páginas					
2018	2019	2020	2021	2022	Média
66	43	51	71	80	62,2

Fonte: dados da pesquisa.

De maneira complementar, realizou-se uma análise a respeito da quantidade de páginas contidas nos relatórios, conforme apresentado no Quadro 9.

Com o passar dos anos, observou-se um aumento na quantidade de páginas, até o ano de 2022, quando o relatório contabilizou 80 páginas. Devido à natureza dos RIs, o excesso de páginas nem sempre é benéfico, pois se trata de um relatório mais visual, de forma que uma grande quantidade de páginas gera um relatório extenso e exaustivo para quem o analisa. Então, quanto menos páginas e maior coesão dos da-

dos – evidenciados graficamente ou em breves textos –, maior qualidade terá o RI. Além disso, o *framework* destaca a necessidade de um relatório conciso (VRF, 2021).

Ao comparar os resultados com pesquisas anteriores (Nascimento *et al.*, 2015; Paredes; Besen; Almeida, 2022; Teixeira *et al.*, 2021), é possível identificar uma evolução na qualidade dos RIs, visto que, a cada ano, os relatórios se tornam mais completos e adequados ao *framework*. Contudo, destaca-se a limitação desta pesquisa ao realizar a análise em apenas uma única companhia, o que não permite generalizar os dados obtidos.

“O fato de a Magazine Luiza divulgar o RI de forma voluntária gera vantagem competitiva à companhia. Desse modo, o disclosure fornece uma abordagem mais crítica da situação e, devido ao fato de ela ser voluntária, a divulgação tende a ser mais confiável e fornece mais informações para a tomada de decisão dos investidores.”

Stubbs e Higgins (2018) concluíram que a divulgação voluntária do RI o torna mais legítimo e, portanto, é mais requisitada pelos *stakeholders*. Do mesmo modo, Barros *et al.* (2018) corroboram que o RI vem se tornando uma prática do mercado, e esse tipo de divulgação abrange os aspectos sociais e ambientais relacionados às organizações e ao seu papel fundamental para o desenvolvimento sustentável da sociedade; assim, as companhias que adotam esse tipo de divulgação aumentam seu nível de *value relevance*.

O fato de a Magazine Luiza divulgar o RI de forma voluntária gera vantagem competitiva à companhia. Desse modo, o *disclosure* fornece uma abordagem mais crítica da situação e, devido ao fato de ela ser voluntária, a divulgação tende a ser mais confiável e fornece mais informações para a tomada de decisão dos investidores.

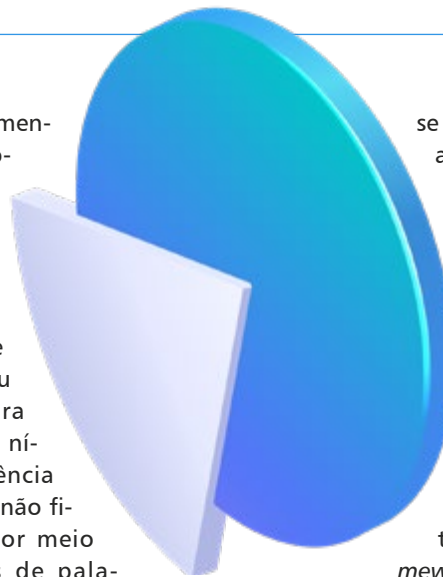
## 5 Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi descrever o nível de aderência da Magazine Luiza aos indicadores-chave (KPIs) de desempenho dos capitais não financeiros. Para isso, foram coletados os RIs emitidos referentes aos anos de 2018 a 2022 e utilizada

como instrumento metodológico a abordagem de *checklist* de Nascimento *et al.* (2015), que estabeleceu variáveis para identificar o nível de aderência dos capitais não financeiros por meio de citações de palavras-chave. O estudo teve como objeto a Magazine Luiza, devido à sua importância no mercado e ao fato de ela aderir à divulgação dos RIs de forma voluntária por mais de cinco anos consecutivos.

A pesquisa permitiu observar que a aderência da Magazine Luiza S.A. foi boa – e de nível 1, o mais alto índice da tabela. Embora nenhum indicador não financeiro tenha alcançado 100% de divulgação, os resultados da pesquisa revelam que, ao longo dos anos, a companhia melhorou o nível de *disclosure* desses KPIs.

Nesse sentido, esta pesquisa avança em comparação com as anteriores (i. e., Nascimento *et al.*, 2015; Paredes; Besen; Almeida, 2022; Teixeira *et al.*, 2021), pois, ao



se realizar uma análise ao longo dos anos, foi possível perceber o avanço na divulgação dessa companhia, ainda que o RI não seja de natureza mandatória. Ou seja, foi possível perceber um nível de amadurecimento e entendimento do *framework* do RI ao longo do tempo. No âmbito acadêmico, o estudo reúne formas de análise que são possíveis de serem realizadas conjuntamente, de forma a se obter um panorama das demais empresas. Além disso, também amplia e adequa as palavras buscadas à realidade atual.

Ademais, o estudo se encontra em um contexto de adesão voluntária das empresas brasileiras às normas de sustentabilidade, S1 e S2, emitidas pelo ISSB, por meio da Resolução CVM nº 193. Considerando que, a partir do exercício de 2026, esse tipo de divulgação se tornará obrigatória, faz-se relevante analisar como as empresas brasileiras de capital aberto vêm divulgando suas informações não financeiras ao mercado.

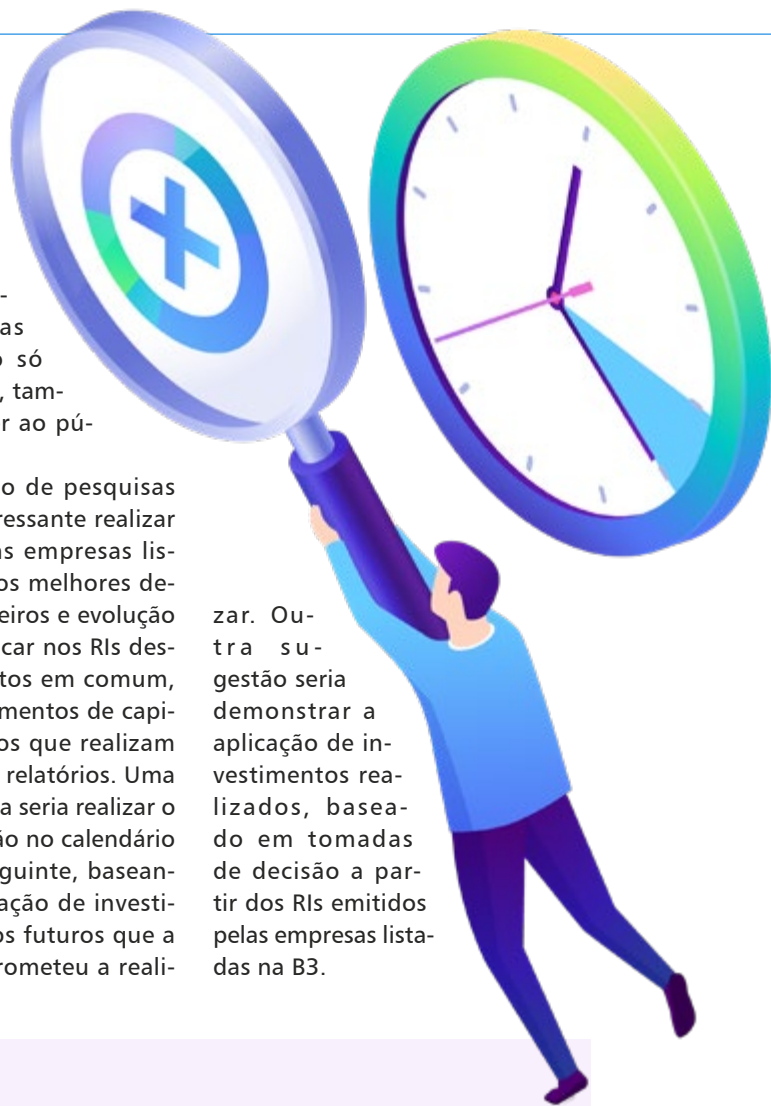
De maneira complementar, observou-se que, por meio dos RI, é possível identificar a política interna da companhia e entender os seus próximos passos. Complementando Paredes, Besen e Almeida (2022), o Relato Integrado deve ser incentivado para que as empresas passem a adotar um processo de relatar os fatores financeiros e não financeiros, para demonstrar como geram valor ao longo do tempo. Portanto, a empresa não deve se limitar à divulgação de um documento específico, mas, sim, adequar de todo o processo de produção da informação, que deve refletir como a gestão a enxerga (IIRC, 2013).

Por meio da análise dos Relatos Integrados, nota-se que o relatório auxilia na tomada de decisão e proporciona uma visão geral da companhia, além de complementar os relatórios financeiros publicados. Assim, o RI ajuda a entender como são realizados os gastos

e investimentos da companhia e as projeções futuras, como investimentos em novas políticas internas e em novas tecnologias, não só para a gestão mas, também, para atender ao público externo.

Como sugestão de pesquisas futuras, seria interessante realizar um estudo com as empresas listadas na B3 com os melhores desempenhos financeiros e evolução patrimonial, e buscar nos RIs dessas empresas pontos em comum, os tipos de investimentos de capitais não financeiros que realizam e revelam em seus relatórios. Uma segunda alternativa seria realizar o *link* de sua evolução no calendário anterior com o seguinte, baseando-se na evidenciação de investimentos de projetos futuros que a empresa se comprometeu a reali-

zar. Outra sugestão seria demonstrar a aplicação de investimentos realizados, baseado em tomadas de decisão a partir dos RIs emitidos pelas empresas listadas na B3.



## Referências

ALENCAR, J. L. S.; SIMONI, J. H.; FIORELLI, M. N.; ANGELIS NETO, G. D. Sistema de Gestão Ambiental e ISO 14000 na Indústria Têxtil—A Sustentabilidade como tendência. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, p. 575-586, 2015.

ALVES, N. J. F.; KASSAI, J. R.; LUCAS, E. C.; FERREIRA, H. M. G. Relato Integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do programa piloto. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 5, n. 3, p. 99-122, 2017.

AVELINO, B. C. *Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação*. 2013. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BARDIN L. *Análise de conteúdo*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BARROS, A.; FRAZÃO, D.; ANJOS, L.; AQUINO, J. O impacto do Relato Integrado no value relevance das empresas participantes do programa piloto no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 12, n. 3, p. 43-64, 2018.

CASTANHA, E. T.; RENGEL, R.; KOCH, A. M.; GASPARETTO, V. Relato Integrado: Evidenciação de riscos relacionais pelas empresas participantes do Projeto Piloto no Brasil. *Read*, v. 27, n. 3, p. 806-834, set-dez, 2021.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul Americano. *Revista de Informação Contábil*, v. 4, n. 4, p. 83-102, 2010.

---

CHAVES, G. L. D.; ALCÂNTARA, R. L. C.; ASSUMPÇÃO, M. R. P. Medidas de desempenho na logística reversa: o caso de uma empresa do setor de bebidas. *Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção*, v. 8, n. 2, p. 1-23, 2008.

---

CHENG, M.; GREEN, W.; CONRADIE, P.; KONISHI, N.; ROMI, A. The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management & Accounting*. v.25, n.1, p. 90-119, 2014.

---

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Resolução CVM nº 14, de 09 de dezembro de 2020*. Aprova a Orientação Técnica CPC 09 – Relato Integrado. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol014.html>. Acesso em: 29 fev. 2024.

---

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023*. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>. Acesso em: 29 fev. 2024.

---

DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2011.

---

DYE, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001.

---

ECCLES, R. G.; SPIESSHOFER, B. Integrated reporting for a re-imagined capitalism. *Harvard Business School General Management Unit Working Paper*, n. 16-032, 2015.

---

FRANCIS, J.; NANDA, D.; OLSON, P. Voluntarily disclosure, information quality, and costs of capital. *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 1, p. 53-99, 2008.

---

FRIAS-ACEITUNO, J. V.; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. Is integrated reporting determined by a country’s legal system? An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, v. 44, p. 45-55, 2013.

---

GARCIA, S.; GUERRERO, M. Indicadores de sustentabilidad ambiental em La gestión de espacios verdes: Parque urbano Monte Calvário, Tandil, Argentina. *Rev. Geogr. Norte Gd.*, n.35, p.45-57, 2006.

---

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. *Contabilidade Gerencial*. 14ª. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

---

GIVEN, L. *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*. SAGE Publications, Inc, 2008.

---

GOMES, E. R. P.; KROTH, M. L.; MULLER, I.; RANKEL, V. H.; CRISTIANO, C. C. S.; SOUZA, E. C.; DUARTE, N. L.; COZZATTI, A. J.; SILVA, J. R.; SANTOS, J. C.; SOUZA, J. D.; GLONEK, K. F. J. Estudo sobre o grau de utilização de indicadores-padrão de desempenho empresarial: uma análise multicaso na região do Vale do Itapocu. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, v. 4, n. 1, p. 89-100, 2014.

---

HIGGINS, C.; STUBBS, W.; TWEEDIE, D.; MCCALLUM, G. Journey or toolbox? Integrated reporting and processes of organisational change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 32, n. 6, 1662–1689, 2019.

---

IFRS – INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS BOARD. *IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, consolidation with CDSB and VRF, and publication of prototype disclosure requirements*. 2021a. Disponível em: <https://www.ifrs.org/about-us/consolidated-organisations/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

---

IFRS – INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS BOARD. *IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, International Council on Sustainability Standards*. 2021b. Disponível em: <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

---

IIRC – INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. *Press Release*. 2010. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2011/03/Press-Release1.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

IIRC – INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. *The International <IR> Framework*. 2013. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

LAI, A.; MELLONI, G.; STACCHEZZINI, R. Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 31, n. 5, 1381–1405, 2018.

LEMOS, K. M.; RODRIGUES, L. L.; ARIZA, L. R. Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. *Revista de Estudos Politécnicos*, v. 7, n. 12, p. 145-175, 2009.

MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Análise do Desempenho Contábil-Financeiro de Seguradoras no Brasil no ano de 2007: um estudo apoiado em Análise Hierárquica (AHP). *Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n. 3, p. 135-165, 2010.

MOTA, A. F.; COELHO, A. C. D.; QUEIROZ, L. L. Teorias da Informação e Teoria da Contabilidade: contribuição para tratamento da informação contábil. In: *In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014, São Paulo. Anais [...]*. São Paulo: USP, 2014.

NASCIMENTO, M. C.; RODRIGUES, R. N.; ARAÚJO, J. G.; PRAZERES, R. V. Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. In: *In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., 2015, São Paulo. Anais [...]*. São Paulo: USP, 2015.

NAYNAR, N. R.; RAM, A. J.; MAROUN, W. Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*, v. 26, n. 2, p. 241-262, 2018.

NEELY, A. *Avaliação do desempenho das empresas*. Porquê, o quê e como. Lisboa: Caminho, 2002.

NEELY, A.; GREGORY, M.; PLATTS, K. Performance measurement system design – A literature review and research agenda. *Internacional Journal of operations & Production Management*, v. 25, n. 12, p. 1226-1263, 2005.

PAREDES, A. G.; BESEN, F. G.; ALMEIDA, R. S. Relato Integrado: nível de aderência dos indicadores-chave dos capitais não financeiros das empresas do setor financeiro. *ConTexto-Contabilidade em Texto*, v. 22, n. 50, p. 80-96, 2022.

PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVIERI NETO, R.; SILVA, C. A. S. *Relatório Integrado – Integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos*. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2014.

PERROTTA, C. *Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre produção de texto acadêmico*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, M. G. C.; MACEDO, M. Á. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 15, p. 60-79, 2012.





RIBEIRO, M. S. *Contabilidade Ambiental*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

---

RODRIGUES, M. A.; MORAIS, A. I.; CUNHA, J. V. Integrated Reporting < IR >: O novo paradigma em Corporate Reporting. *Rev. da Ordem dos Revisores Of. Contas*, n. 35, p. 34-41, 2016.

---

SOYKA, P. A. The International Integrated Reporting Council (IIRC) Integrated Reporting Framework: Toward Better Sustainability Reporting and (Way) Beyond. *Environmental Quality Management*, v. 23, n. 2, p. 1-14, 2013.

---

STUBBS, W; HIGGINS, C. *Stakeholders' perspectives on the role of regulatory reform in integrated reporting*. *Journal of Business Ethics*, v. 147, n.3, p. 489-508, 2018.

---

TEIXEIRA, A. C.; RECH, I. J.; ZANOLLA, E.; COUTO, M. H. A. Nível da divulgação das informações não financeiras das empresas brasileiras participantes do projeto piloto de relato integrado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 18, n. 46, p. 16-31, 2021.

---

TIBÉRIO, N. F.; CIASCA, D. N.; GARCIA, A. S.; LIMA, W. R. S. Evolução do disclosure dos capitais pelo framework do Relato Integrado das empresas antes da Resolução 14/2020 da CVM. *In: ENCONTRO DA ENANPAD*, 46., 2022, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2022.

---

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2011.

---

VILLIERS, C.; UNERMAN, L. Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 27, n. 7, p. 1042-1067, 2014.

---

VRF – VALUE REPORTING FOUNDATION. INTERNATIONAL. <IR> Framework. 2021. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/resource/international-ir-framework/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

---

ZHANG, J.; FAN, Z.; WANG, L. Corporate competitive strategy voluntary disclosure and company characters. *Social Science Research Network*, 2008.

---





# A nova “revolução” da divulgação das informações sobre sustentabilidade empresarial e as normas do ISSB

A criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), acompanhada da emissão de suas duas primeiras normas – a IFRS S1, que estabelece requisitos gerais relacionados ao conteúdo e à forma de apresentação das divulgações, com enfoque em riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, e a IFRS S2, que apresenta exigências suplementares e específicas sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima –, traz relevantes desafios e oportunidades para a Ciência Contábil. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo discutir a importância da divulgação de informações sobre sustentabilidade empresarial, bem como apresentar a normatização do ISSB sobre o assunto. O estudo desse tema demanda atenção especial, uma vez que o Brasil foi o primeiro país do mundo a se comprometer com a adoção das normas internacionais IFRS S1 e IFRS S2, por meio da Resolução CVM n.º 193, de 2023, e da Resolução CFC n.º 1.710, de 2023.

## Fernando Dal-Ri Murcia

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela USP, mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduado em Business Management (Administração) pela Webber International University (EUA) e em Contabilidade pela Universidade do Vale do Itajaí. Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de São Paulo. Professor convidado da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (FDUSP). Diretor de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). Consultor e Membro de Comitês de Auditoria e Conselhos Fiscais das companhias abertas.  
*E-mail:* murcia@usp.br

## 1 Introdução

Embora não seja um tema novo, a sustentabilidade empresarial – também conhecida pelos indicadores da sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*) ou ASG (Ambiental, Social e Governança) na tradução para a língua portuguesa – tem ganhado maior atenção dos agentes do mercado financeiro recentemente.

Segundo Chua *et al.* (2022), os investidores passaram a exigir informações úteis sobre como as atividades das empresas afetam e são afetadas pelo meio ambiente e pelas mudanças climáticas, bem como por outros riscos relacionados à sustentabilidade. De acordo com Sheehan *et al.* (2023), com a crescente relevância do assunto, fundos de investimentos, analistas e credores em geral passaram a demandar relatórios e informações sobre o tema ESG. Assim, as companhias são encorajadas pelo mercado a divulgar informações relacionadas a aspectos sociais e ambientais, além daquelas de natureza financeira (García-Sánchez; Noguera-Gámes, 2017).

Nesse ambiente, o papel da divulgação de informações pelas empresas, chamado de *disclosure* corporativo, ganha especial relevância. Afinal, a informação é o “combustível” que alimenta o mercado de capitais. Isso porque a prestação de informações sobre sustentabilidade, quando rigorosa, confiável e comparável, tende a permitir que os provedores de capital tomem decisões informadas e refletidas. Como resultado, o *disclosure* promove a eficiência e o bom funcionamento do mercado de capitais.

O caráter voluntário das informações sobre sustentabilidade tem sido alvo de questionamentos por parte de determinados usuários, em especial pelo fato de algumas companhias divulgarem apenas as informações positivas e “ma-

quiarem” as negativas, por meio de prática conhecida como *greenwashing*. Segundo Fisch (2019), em muitos casos, tais informações são preparadas pela área de marketing e, como resultado, não atendem às demandas informacionais do mercado de capitais.

Do mesmo modo, a falta de obrigatoriedade e sistematização nas divulgações sobre sustentabilidade gera um cenário fragmentado, que dificulta a comparabilidade entre as companhias. Note-se que os provedores de capital buscam comparar as diferentes empresas, com vistas a escolher os melhores investimentos, considerando os riscos e retornos esperados.

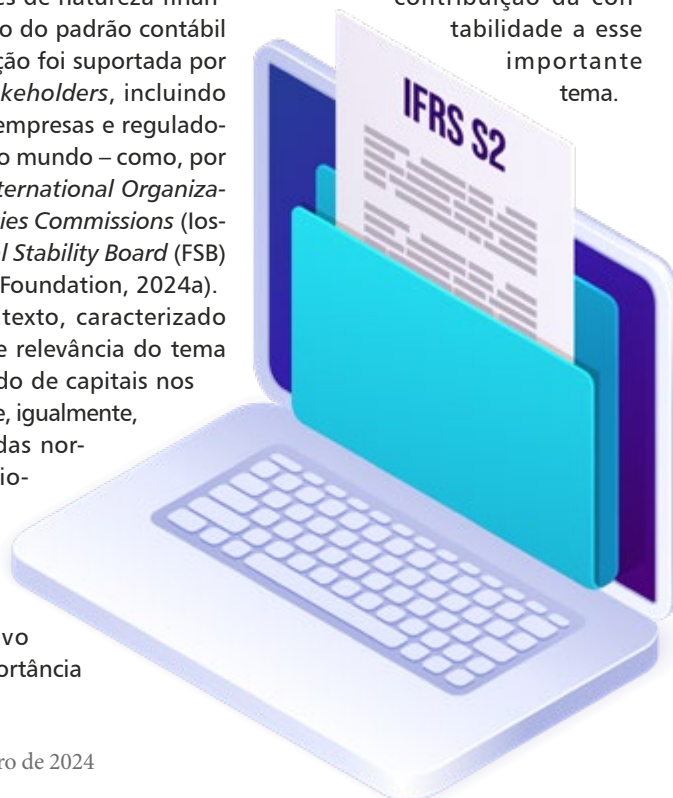
Com o objetivo de atender às necessidades informacionais do mercado financeiro sobre o tema da sustentabilidade, a Fundação IFRS criou, no ano de 2021, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Tal órgão foi constituído justamente com o intuito de desenvolver normas globais de divulgação sobre sustentabilidade (*sustainability disclosures*), de forma similar ao que já acontece com as informações de natureza financeira, por meio do padrão contábil IFRS. Sua criação foi suportada por diferentes *stakeholders*, incluindo investidores, empresas e reguladores ao redor do mundo – como, por exemplo, a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), o *Financial Stability Board* (FSB) e o G20 (IFRS Foundation, 2024a).

Nesse contexto, caracterizado pela crescente relevância do tema para o mercado de capitais nos anos recentes e, igualmente, pela adoção das normas internacionais no Brasil e no mundo, o presente estudo teve como objetivo discutir a importância

da divulgação de informações sobre sustentabilidade empresarial, bem como apresentar a normatização do ISSB relacionada ao tema.

Registre-se a importância do tema para a academia, para o mercado de capitais e para o país como um todo. De fato, o Brasil possui o maior ativo ambiental do mundo – a Floresta Amazônica – e já desenvolve diversas iniciativas sobre o tema, por meio das chamadas finanças sustentáveis. Nesse sentido, o país tem condições para ser um dos líderes globais do movimento da sustentabilidade empresarial.

Salienta-se, ainda, que a Ciência Contábil tem especial importância no combate ao *greenwashing*, a chamada “maquiagem verde”. Isso porque a adequada divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade passa pela necessária quantificação e mensuração, em termos monetários, de riscos e oportunidades relacionados ao tema. Como diz o jargão, “o que não é medido, não é gerenciado”, tampouco poderá ser devidamente divulgado ao mercado. Assim, justifica-se a realização desta pesquisa como forma de contribuição da contabilidade a esse importante tema.



“Nesse ambiente, o papel da divulgação de informações pelas empresas, chamado de disclosure corporativo, ganha especial relevância. Afinal, a informação é o “combustível” que alimenta o mercado de capitais.”

O restante do artigo estrutura-se da seguinte forma: a seção 2 ressalta a importância da divulgação de informações sobre sustentabilidade empresarial; a seção 3 apresenta o ISSB, órgão criado com o intuito de normatizar a divulgação sobre sustentabilidade; a seção 4 detalha as normas IFRS S1 e IFRS S2; e a seção 5 evidencia as considerações finais do estudo.

## 2 A importância da divulgação de informações sobre sustentabilidade empresarial

A palavra sustentabilidade é, por vezes, utilizada de forma intercambiável com desenvolvimento sustentável. A definição clássica deste último termo decorre do documento *Report of the World Commission on Environment and Development: our common future*, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1987: significa satisfazer as necessidades das sociedades presentes, sem comprometer a capacidade das sociedades futuras em satisfazer as suas próprias necessidades (Vellani; Ribeiro, 2009).

Especificamente no âmbito das sociedades empresárias, a sustentabilidade corporativa implica a toma-

da de decisões que incorpora preocupações sociais, políticas e éticas, além do desempenho financeiro tradicional (Fisch, 2019). Registre-se que a sustentabilidade corporativa também é conhecida, no mundo empresarial, pelos indicadores da sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*) ou ainda ASG (Ambiental, Social e Governança), na tradução para a língua portuguesa. Para fins deste estudo, tais conceitos são tratados como sinônimos.

No âmbito do mercado de capitais, o tema da sustentabilidade corporativa tem ganhado maior relevância nos anos recentes. Em janeiro de 2018, o CEO da BlackRock, Larry Fink, trouxe especial atenção ao tema, na carta intitulada “Um Senso de Propósito” (*A Sense of Purpose*), direcionada aos presidentes das empresas investidas. À época, o valor total de recursos geridos pela BlackRock era de US\$ 1,7 trilhão. A referida carta abordava diversos assuntos relacionados à sustentabilidade empresarial; dentre eles, destaca-se o trecho: “*Company’s ability to manage environmental, social, and governance matters demonstrates the leadership and good governance that is so essential to sustainable growth, which is why we are increasingly integrating these issues into our investment process*” (Fink, 2019).

Segundo Fisch (2019), tal carta representa a preocupação de um líder e investidor institucional com a sustentabilidade corporativa e o seu impacto na criação de valor. Especificamente sobre a criação de valor, é preciso pontuar, conforme ensina a Teoria Clássica de Finanças, que as atividades geram valor se elas melhoram ou preservam o valor presente líquido do caixa futuro da companhia. Por outro lado, as atividades corroem ou destroem valor se reduzirem o valor presente dos fluxos de caixa futuros da companhia.

No que tange à relação entre sustentabilidade e geração de valor, os riscos ESG – como, por exemplo, aqueles associados às alterações climáticas, à escassez de água, às preocupações com a diversidade e à inclusão – crescem em importância e representam riscos financeiros significativos para as companhias (Sheehan et al., 2023).

Assim, segundo Dumay e Hosain (2019), as organizações sentem a necessidade crescente de conduzir os seus negócios de forma sustentável para garantir sua sobrevivência no futuro, e os investidores estão cada vez mais cientes dos riscos financeiros associados às empresas que não gerenciam proativamente sua exposição à sustentabilidade.

De acordo com Williams (2018), como resultado da crescente conscientização sobre os riscos financeiros relacionados à sustentabilidade, os acionistas exigem cada vez mais respostas estratégicas de suas empresas investidas. Os investidores institucionais, por exemplo, aumentaram significativamente os seus envolvimento – impulsionados, em parte, por suas próprias exposições financeiras e fiduciárias.

Nesse cenário, os investidores que consideram os aspectos relacionados à sustentabilidade como relevantes para o desempenho futuro das sociedades necessitam de informação de qualidade para a tomada de decisão econômica (Fisch, 2019). Segundo Sheehan *et al.* (2023), com a crescente percepção de relevância das informações ESG, entidades de investimento, credores e fundos de pensão passaram a demandar informações sobre sustentabilidade. De acordo com Moolman, Oberholzer e Steyn (2016), tal demanda parece natural, haja vista que, em um mundo de incerteza, há uma necessidade cada vez maior de informação, transparência e responsabilidade. De maneira geral, os provedores de recursos querem entender como a empresa criará valor no curto, médio e longo prazo.

De certa forma, existem duas

visões potencialmente contrastantes sobre a extensão da divulgação de informações sobre sustentabilidade que devem ser exigidas das empresas. Como regra geral, a discussão centra-se em avaliar se uma empresa deveria divulgar apenas as informações que possam ter impacto na sua própria situação econômico-financeira ou se, além dessas informações, deveriam evidenciar o impacto que possuem no próprio meio em que operam. Essas duas abordagens podem ser definidas como estreitas ou amplas, de materialidade única ou dupla.

Segundo Christensen, Hail e Leuz (2021), a abordagem estreita visa “dar aos investidores o que eles querem” e concentra-se nas necessidades de informação desses *stakeholders*. O critério aqui, como acontece nos relatórios financeiros tradicionais, é a relevância da informação para investidores durante a tomada de decisões econômicas referentes à alocação dos recursos.

A materialidade dupla, por outro lado, possui um público mais amplo: em princípio, todas as partes interessadas, pois visa “impulsionar a mudança”. Segundo essa abordagem, portanto, uma empresa não deve divulgar apenas como ela é afetada pelas questões ESG, mas também os referidos impactos

no meio ambiente e na sociedade, incluindo as externalidades por ela geradas. A ideia subjacente à materialidade ampla é que os relatórios e a transparência resultante da aplicação dessa materialidade são agentes de mudança, à medida que incentivam comportamentos desejáveis e desencorajam os indesejáveis (Christensen; Hail; Leuz, 2021).

Note-se que ambas as abordagens não são necessariamente excludentes. O investidor pode, sim, ter interesse na divulgação de informações sobre o impacto da empresa no meio ambiente, até porque ele suportará esse custo.

Importante salientar que as iniciativas sobre a normatização e regulação das informações financeiras relacionadas à sustentabilidade não são novidade. De acordo com Edge (2022), o debate acerca da inclusão de informações não financeiras nos relatórios corporativos ultrapassa duas décadas. Por meio dessa discussão, diversas organizações e arcabouços conceituais são elaborados ao longo do tempo; entre eles, constam:

- *Global Reporting Initiative* (GRI), criado em 1997;
- Carbon Disclosure Project (CDP), iniciado em 2000;
- Climate Disclosure Standards Board (CDSB), fundado em 2007;

“A materialidade dupla, por outro lado, possui um público mais amplo: em princípio, todas as partes interessadas, pois visa “impulsionar a mudança”. Segundo essa abordagem, portanto, uma empresa não deve divulgar apenas como ela é afetada pelas questões ESG, mas também os referidos impactos no meio ambiente e na sociedade”

- International Integrated Reporting Council (IIRC), formado em 2010;
- Sustainability Accounting Standards Board (Sasb), fundado em 2011; e
- Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), criado em 2015.

Contudo, como nenhum regulador ou autoridade centralizada era responsável pelo estabelecimento de padrões de divulgação. Mesmo dentro de uma única jurisdição, a divulgação de sustentabilidade era fragmentada, em vez de padronizada (Fisch, 2019). De fato, as divulgações variavam (e ainda variam) de forma substancial, o que dificulta a comparabilidade entre as empresas.

De certa forma, esse cenário fragmentado de normas e requisitos voluntários acrescentam custos, complexidade e risco tanto para as empresas como para os investidores. Do mesmo modo, segundo Fisch (2019), os relatórios de sustentabilidade são por vezes preparados pelas áreas de relações públicas ou marketing e, como resultado, contêm divulgações que não cumprem as normas aplicadas aos registros de valores mobiliários. Tal situação acaba gerando, em certos casos, o famoso *greenwashing*, espécie de “maquiagem”, uma vez que as informações são de baixa qualidade e não confiáveis.

Esse contexto de *disclosure* sobre sustentabilidade, caracterizado por múltiplos padrões e críticas à utilidade das informações divulgadas pelas companhias, foi um dos motivadores para a criação de um órgão normatizador global, o ISSB.



### 3 ISSB: criação de um normatizador global para a divulgação sobre sustentabilidade

O *International Sustainability Standards Board (ISSB)* foi criado pela Fundação IFRS (*IFRS Foundation*), em 3 de novembro de 2021, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP26), realizada em Glasgow, no Reino Unido. O órgão foi constituído com o objetivo de desenvolver normas globais de divulgação sobre sustentabilidade (*sustainability disclosures*) destinadas a atender às necessidades informacionais dos investidores e do mercado de capitais.

A decisão da Fundação IFRS de criar o ISSB foi motivada por consultas públicas que corroboraram a demanda crescente por normas de divulgação sobre sustentabilidade e, igualmente, pelo seu papel como órgão normatizador global, uma vez que a referida entidade já emitia normas de contabilidade para mais de 140 países.

Segundo Ferreira (2022), visando atender à demanda do mercado,

constituiu-se uma força-tarefa, conduzida pelos curadores da Fundação IFRS, com o objetivo de avaliar o seu ingresso na normatização sobre sustentabilidade. Para tanto, foi realizada uma consulta pública por meio do documento intitulado *Consultation Paper on Sustainability Reporting*, divulgado em setembro de 2020, em que a Fundação IFRS solicitou comentários para a criação de um conselho internacional de padrões de sustentabilidade. A referida consulta resultou no recebimento de 577 cartas-comentários, oriundas de 46 países, apoiando, de maneira geral, a entrada da referida fundação na normatização das divulgações sobre sustentabilidade.

Assim, a partir da constituição do ISSB, a Fundação IFRS passou a ter dois órgãos destinados a emitir normas globais: (i) o *International Accounting Standards Board (IASB)*, que aborda as normas contábeis denominadas de *IFRS Accounting Standards*; e (ii) o *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, cujo foco são as normas de divulgação sobre sustentabilidade, denominadas de *IFRS Sustainability Disclosure Standards*.

Registre-se que a Fundação IFRS é uma organização sem fins lucrativos que foi estabelecida em 2001. Até a constituição do ISSB, ela se dedicava exclusivamente à emissão de normas contábeis por meio do IASB. Como dito, à medida que investidores e credores em geral passaram a incorporar informações sobre sustentabilidade na tomada de decisão econômica, a referida Fundação passou a se debruçar sobre esse tema, o que culminou com a criação do ISSB em 2021.

De acordo com Giner e Lucque-Vílchez (2022), essa parece ter sido uma decisão natural, uma vez que o objetivo da Fundação IFRS é produzir normas que versem sobre informações utilizadas por investidores e credores. Nesse contexto, seu ingresso no campo da sustentabilidade tem como objetivo justamente atender às necessidades informacionais dos usuários. Segundo Giner e Lucque-Vílchez (2022), a harmonização dos padrões de relatórios de sustentabilidade imita o processo que começou há mais de 40 anos no campo dos relatórios financeiros, e hoje ocorre mais rapidamente.

De certa forma, existe uma sinergia entre os órgãos, lasb e ISSB, na medida em que ambos visam emitir normas globais para o mercado financeiro. Nesse contexto, embora o lasb e o ISSB sejam independentes, existe um plano de coordenação para garantir a conectividade entre os conjuntos normativos: contábeis (*IFRS Accounting Standards*) e relacionados à divulgação sobre sustentabilidade (*IFRS Sustainability Disclosure Standards*).

De fato, a conexão entre as informações econômico-financeiras e as informações sobre sustentabilidade é um ponto crucial e demandado pelos participantes do mercado. Nesse sentido, o fato de a normatização de ambas as espécies de informação estar sob os mesmos parâmetros seguramente é positivo.

Segundo Indyk (2022), a ideia subjacente à normatização realizada pelo ISSB é criar uma combinação entre as divulgações financeiras e aquelas relacionadas à sustentabilidade, contribuindo para os chamados relatórios financeiros para propósitos gerais. Corroborando tal entendimento, Avi (2023) salienta que a normatização visa superar a visão fragmentada e desconectada entre as

duas espécies de informação, uma vez que a ideia é que exista unidade na divulgação corporativa.

Para Eccles *et al.* (2012), um dos maiores desafios é estabelecer padrões para informações de sustentabilidade que se aproximem do rigor daqueles das informações financeiras. Segundo referidos autores, a inexistência de padrões dificulta que a empresa saiba exatamente como medir e relatar algumas dimensões da sustentabilidade, visto que os investidores não conseguem “comparar maçãs com laranjas”.

Segundo Christensen, Hail e Leuz (2021), a obrigatoriedade e a consequente padronização dos relatórios de sustentabilidade em substância, formato e apresentação devem facilitar para todas as partes interessadas encontrar, processar e comparar as divulgações de ESG. Nessa mesma linha, Tóth, Suta e Szauter (2022) registram que a padronização é necessária para que se possa atingir maior efetividade.

Note-se que, ao longo dos anos, o desejo de compreender as práticas de sustentabilidade das companhias e as suas relações com os desempenhos econômicos resultou em uma proliferação de regimes e padrões de divulgação de sustentabilidade (Fisch, 2019). Segundo Gavoria *et al.* (2023), a distinção de *frameworks* e métricas para reportar informações ESG prejudica a comparabilidade. Nesse contexto, um fundamento relevante para a constituição do ISSB foi justamente a necessidade de centralização das normas de divulgação sobre sustentabilidade em um único órgão, o que tenderá a permitir maior comparabilidade entre as companhias.

Assim, de forma concomitante à criação do referido órgão internacional, também foi anunciado um compromisso de união do *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) e da *Value Reporting Foundation* (VRF), que abrigava o Relato Integrado (*Integrated Reporting Framework*) e as normas do *Sustainability Accounting Standards Board* (Sasb), com o ISSB. A união com o CDSB ocorreu de forma definitiva em 31 de janeiro de 2022. Já a consolidação do VRF com o ISSB ocorreu em agosto do mesmo ano. Percebe-se, portanto, que os trabalhos já desenvolvidos por outros órgãos subsidiarão a elaboração das normas do ISSB. Assim, as diretrizes serão criadas com base em conteúdo prévio, já consolidado.

O CDSB e o Relato Integrado, por exemplo, são iniciativas destinadas a prover uma estrutura conceitual (*framework*) para a divulgação de informações sobre sustentabilidade. A estrutura proposta pelo CDSB é destinada à divulgação de informações ambientais e sociais. Já o Relato Integrado





“Registre-se que tanto o Iasb quanto o ISSB se comprometeram a trabalhar juntos, de modo a incorporar os conceitos presentes no Relato Integrado aos seus projetos de emissão de normas. Adicionalmente, ambos os comitês encorajam as empresas a utilizar os princípios do IIRC na elaboração de seus relatórios corporativos.”

possui um conceito mais amplo, que engloba temas relacionados a aspectos financeiros, modelo de negócios, estratégia, objetivos e forma como a organização gera valor aos seus *stakeholders*.

Registre-se que tanto o Iasb quanto o ISSB se comprometeram a trabalhar juntos, de modo a incorporar os conceitos presentes no Relato Integrado aos seus projetos de emissão de normas. Adicionalmente, ambos os comitês encorajam as empresas a utilizar os princípios do IIRC na elaboração de seus relatórios corporativos. Segundo Wyk e Els (2023), o Relato Integrado e os seus conceitos terão um papel muito importante nas normas a serem emitidas pelo ISSB, em especial o de pensamento integrado. De certa forma, os princípios e conceitos presentes na Estrutura Conceitual do Relato Integrado já vêm sendo incorporados nas normas do ISSB. De acordo com Villiers e Dimes (2023), o ISSB faz referência à estratégia, ao modelo de negócio, à criação de valor e à conectividade – todos os conceitos presentes no Relato Integrado.

Já no caso do Sasb, que também fazia parte da VRF e foi igualmente unido ao ISSB, a lógica de aproveitamento das normas que possuem natureza setorial e específica é a mesma. Atualmente o Sasb possui

77 normas destinadas aos mais diferentes setores, classificados conforme o *Sustainable Industry Classification System®* (SICS®). Tais normas apresentam uma lista de divulgações e métricas que possibilitam à entidade identificar os principais riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, conforme o seu setor de atuação. Naturalmente, as empresas devem avaliar a aplicabilidade das referidas exigências, uma vez que o julgamento acerca da materialidade das divulgações é específico de cada entidade. Note-se que o ISSB já ressaltou que suas normas deverão exigir divulgações específicas para os diferentes setores. Nesse contexto, é esperado que grande parte do trabalho já realizado pelo Sasb seja aproveitado pelo ISSB.

De fato, isso já aconteceu nas duas primeiras normas emitidas. Na IFRS S2, os requerimentos do Sasb são a base das exigências relativas às divulgações setoriais. Já a IFRS S1 prevê que, na ausência de uma regra específica do ISSB sobre determinado tema, a entidade considere as normas do Sasb para identificar os riscos e benefícios relacionados à sustentabilidade para elaborar as divulgações apropriadas. Do mesmo modo, o ISSB também recomenda que as companhias con-

tinuem aplicando as normas do Sasb até que elas sejam substituídas pelas novas *IFRS Sustainability Disclosure Standards*.

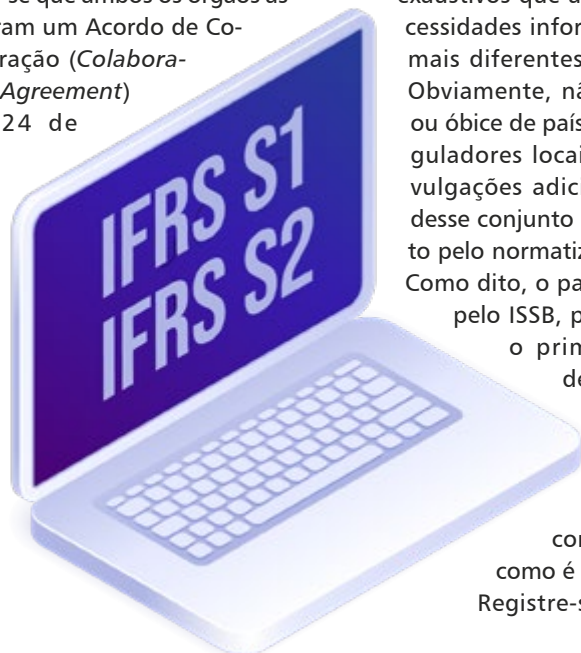
Merece destaque igualmente a incorporação pelo ISSB das recomendações do trabalho desenvolvido pela Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima, o *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), do Comitê de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board – FSB*). O trabalho da força-tarefa já foi finalizado; suas considerações e seus conceitos foram adotados tanto na IFRS S1 quanto na IFRS S2.



Assim, a estratégia normativa adotada pelo ISSB – qual seja, a de utilizar os trabalhos desenvolvidos por outros órgãos normatizadores – já pode ser visualizada pelas duas primeiras normas emitidas. A IFRS S1 e a IFRS S2 foram devidamente suportadas e incluíram conceitos e recomendações do CDSB, Sasb, TCFD e Relato Integrado. Nesse contexto, o processo de harmonização e convergência das normas de divulgação sobre sustentabilidade destinadas ao mercado de capitais já é uma realidade.

Saliente-se que o objeto normativo do ISSB é o chamado *disclosure* de base (*baseline*), destinado às necessidades informacionais dos usuários do mercado financeiro, principalmente investidores. Segundo Ali, Fukofuka e Narayan (2023), o foco do ISSB é a dimensão econômica da sustentabilidade, com ênfase nas informações que beneficiam os investidores e participantes do mercado.

De qualquer forma, o ISSB também trabalha em conjunto com o *Global Reporting Initiative* (GRI), cujas normas destinam-se a uma gama maior de *stakeholders*, incluindo a sociedade como um todo. Note-se que ambos os órgãos assinaram um Acordo de Colaboração (*Collaboration Agreement*) em 24 de



março de 2022, por meio do qual se comprometeram a buscar coordenação nas suas respectivas atividades de emissão de normas (GRI, 2022).

Importante mencionar que a colaboração conjunta entre o ISSB e o GRI representa um modelo de normatização da divulgação de sustentabilidade que possui dois pilares, os chamados *building blocks*. O primeiro bloco centra-se na divulgação relacionada à criação de valor empresarial e é direcionado a investidores e credores do mercado financeiro – justamente o foco do ISSB. Já o segundo bloco vai além da criação de valor e trata de um conjunto mais amplo de impactos econômicos, ambientais e sociais causados pela organização. Este segundo bloco é direcionado a um conjunto diversificado de partes interessadas, incluindo o governo e a sociedade civil (Elkins; Entwistle, 2023). Um exemplo de normas do segundo bloco são os padrões do GRI, destinados às demandas informacionais deste conjunto amplo de interessados.

Perceba-se, portanto, que as normas do ISSB objetivam ser a fundação, a base da divulgação sobre sustentabilidade, e não padrões exaustivos que atendam às necessidades informacionais dos mais diferentes interessados. Obviamente, não há prejuízo ou óbice de países e órgãos reguladores locais exigirem divulgações adicionais a partir desse conjunto básico proposto pelo normatizador mundial. Como dito, o padrão proposto pelo ISSB, por representar o primeiro “bloco” de informações, é totalmente compatível com divulgações complementares, como é o caso do GRI. Registre-se, ainda, que



a losco – considerada o órgão normatizador global em matéria de mercado de capitais, justamente por congregar as autoridades reguladoras dos mercados de valores e derivativos de mais de 130 países – decidiu endossar, em decisão datada de 25 de julho de 2023, as normas do ISSB (losco, 2023). Nesse sentido, o órgão passou a recomendar e incentivar os seus membros (os reguladores locais, como, por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários no Brasil) a incorporar as referidas normas em seus respectivos arcabouços regulatórios. No caso específico do Brasil, foi aprovada pela autarquia, em novembro de 2023, a Resolução CVM n.º 193, a qual determinou a adoção das normas IFRS S1 e IFRS S2 para as companhias abertas no Brasil. Tais normas serão obrigatórias para as referidas sociedades a partir do exercício social de 2026, com a possibilidade de adoção voluntária nos anos de 2024 e 2025.

A tendência de centralização do processo de emissão de uma norma de sustentabilidade também foi seguida no âmbito brasileiro, com a instituição do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). Tal criação originou-se da proposta da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade (FACPCS), formalizada mediante

## “A tendência de centralização do processo de emissão de uma norma de sustentabilidade também foi seguida no âmbito brasileiro, com a instituição do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS)”

a Resolução n.º 1.670, de 9 de junho de 2022, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O objetivo do CBPS, conforme consta no art. 3º da Resolução CFC n.º 1.670, de 2022, é:

O estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, levando sempre em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo International Sustainability Standard Board – ISSB.

Registre-se que a composição e o *modus operandi* do CBPS é bastante similar ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Note-se, por exemplo, que as entidades- membro são as mesmas, quais sejam: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec), Brasil Bolsa Balcão (B3), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e entidades representativas de in-

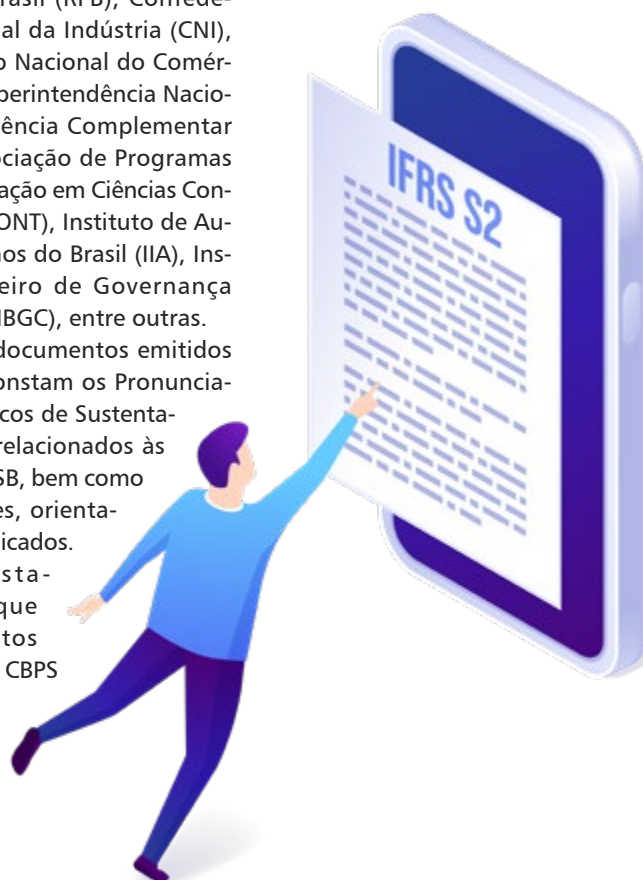
vestidores do Mercado de Capitais (CBPS, 2024).

Além dessas entidades, participam como convidados representantes das seguintes entidades: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência dos Seguros Privados (Susep), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Associação de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre outras.

Entre os documentos emitidos pelo CBPS, constam os Pronunciamentos Técnicos de Sustentabilidade, correlacionados às normas do ISSB, bem como interpretações, orientações e comunicados.

Vale destacar, ainda, que os documentos emitidos pelo CBPS

serão constantemente revisados e atualizados, justamente para incorporar as alterações realizadas pelo ISSB e garantir que as normas brasileiras estejam convergentes ao padrão global. Como ressaltado, seu trabalho será bastante similar ao já realizado pelo CPC no tocante às normas contábeis.



#### 4 Normas ISSB: IFRS S1 e IFRS S2

Em junho de 2023, o ISSB emitiu suas duas primeiras normas, a IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (*General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) e a IFRS S2 – Divulgação de Informações relacionadas com o Clima (*Climate-related Disclosures*). Assim, deu-se início ao processo de normatização da divulgação relacionada à sustentabilidade. Ambas as normas se tornaram vigentes a partir do ano de 2024.

Segundo Avi (2023), a IFRS S1 e a IFRS S2 são estruturadas de modo que a companhia apresente divulgações compreensivas e consistentes sobre sustentabilidade em geral e sobre temas relacionados ao clima. Elas são baseadas nas noções de riscos e oportunidades, a fim de que a organização avalie os impactos da sustentabilidade no seu modelo de negócios, na sua estratégia e resultados financeiros de curto, médio e longo prazo (Indyk, 2022).

A IFRS S1 tem como objetivo, conforme o seu item 1: “Exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam relevantes aos principais usuários de relatórios financeiros de propósito geral ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade”.

A emissão dessa norma foi motivada, sobretudo, pela demanda dos participantes do mercado por informações que fossem consistentes, completas e comparáveis e que permitissem a avaliação dos riscos e das oportunidades relacionados à sustentabilidade em uma

sociedade. Na perspectiva de acionistas e credores, tais informações são complementares àquelas já divulgadas pelas companhias em suas demonstrações financeiras.

Como as normas do ISSB são destinadas ao mercado de capitais, há a exigência de que sejam divulgadas apenas as informações que são consideradas materiais, isto é, aquelas que têm o potencial de afetar as decisões dos participantes do mercado de capitais. Assim, informações sobre sustentabilidade que não impactam os fluxos de caixa da sociedade, em uma perspectiva de curto, médio e longo prazos, não precisam ser obrigatoriamente divulgadas pelas companhias. Conforme ressaltado anteriormente, elas estão fora do escopo das normas do ISSB e, por consequência, da IFRS S1.

De fato, conforme ressaltado por Abhayawansa (2022), o ISSB introduziu o termo “informações financeiras relacionadas à sustentabilidade” justamente para delimitar o escopo das divulgações, em relação a outras informações relacionadas à sustentabilidade. Para fins da IFRS S1, tais informações se restringem às que impactam a posição financeira-

ra, o desempenho econômico e os fluxos de caixa da companhia – que, por consequência, afetam o valor da empresa.

Sobre esse aspecto, merece destaque a definição de informações materiais constante no item 18 da IFRS S1:

No contexto das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, as informações são materiais se a omissão, distorção ou obscurcimento dessas informações puder razoavelmente influenciar as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros de propósito geral tomam com base nesses relatórios, que incluem demonstrações contábeis e divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e que fornecem informações sobre a entidade específica que reporta.

Perceba-se que a definição de quem são os usuários e o tipo de informação a ser divulgada pelas companhias é fundamental, uma vez que o termo sustentabilidade, como já ressaltado anteriormente, é bastante amplo e multidisciplinar. No caso específico das normas ISSB, e mais precisamente da IFRS S1, o escopo são “as divulgações financeiras” que influenciam os “fluxos de caixa futuros” da sociedade e, por isso, são consideradas “relevantes” no processo decisório de “acionistas e credores”.

Note-se, portanto, que o ISSB fez uma escolha normativa, qual seja, atender à demanda do mercado financeiro no que tange à necessidade de informações sobre sustentabilidade empresarial. O escopo é claro e restrito, e naturalmente não contempla vários outros tipos de informação que podem ser consideradas importantes pelos mais diversos usuários, como governos, colaboradores, organizações da sociedade civil, etc. Segundo Elkins e Entwistle



“Nas discussões sobre o tema com o mercado, a Fundação IFRS justificou sua opção pela materialidade simples por entender que, neste momento, a materialidade dupla aumentaria demasiadamente a complexidade para as empresas, o que poderia atrasar a adoção das novas normas.”

(2023), o objetivo foi justamente concentrar os padrões de relatórios nas questões de sustentabilidade que têm impactos financeiros diretos sobre a empresa.

A IFRS S1, portanto, utiliza o conceito de materialidade única, ou da “perspectiva de fora para dentro” (*outside-in perspective*), segundo a qual a companhia deve divulgar informações sobre sustentabilidade que afetam o seu desempenho e o seu fluxo de caixa futuro (Giner; Lucque-Vílchez, 2022).

Nesse contexto, as normas do ISSB não utilizam – pelo menos até o presente momento – o conceito da dupla materialidade (*double materiality*), o qual contempla a divulgação de informações sobre como a sociedade afeta as pessoas e o meio ambiente no qual está inserida, chamada de “perspectiva de dentro para fora” (*inside-out*). Caso tal perspectiva de materialidade fosse adotada, as sociedades teriam que divulgar (i) como os riscos e as oportunidades relativos à sustentabilidade afetam a sua performance; e (ii) como ela afeta o meio ambiente e as pessoas.

Nas discussões sobre o tema com o mercado, a Fundação IFRS justificou sua opção pela materialidade simples por entender que, neste momento, a materialidade

dupla aumentaria demasiadamente a complexidade para as empresas, o que poderia atrasar a adoção das novas normas.

Registre-se que as duas espécies de materialidade podem ser menos distintas, na prática e nas suas consequências, do que parecem ao nível conceitual. Segundo Christensen, Hail e Leuz (2021), elas se misturam, se reconhecemos que os investidores podem ter preferências, além da maximização do valor para o acionista, e ao consideramos que “dar aos investidores o que eles querem” pode implicar a divulgação de informações sobre os impactos ambientais ou sociais da companhia. Ademais, as informações sobre ESG fornecidas aos investidores sob a abordagem restrita também podem ser usadas por outras partes interessadas para avaliar os impactos corporativos no meio ambiente e na sociedade (Christensen; Hail; Leuz, 2021).

Vale ressaltar, ainda, que as externalidades geradas pelas sociedades podem ter relação direta com os seus fluxos de caixa futuros. Como exemplo, pode-se citar casos recentes de escândalos corporativos no cenário brasileiro – de natureza ambiental (rompimento de barragens), social (discriminação) e de governança (fraudes) – que im-

pactaram de maneira relevante no valor das companhias envolvidas.

A IFRS S1, para cumprir seu objetivo proposto, estabelece requisitos gerais relacionados ao conteúdo e à forma de apresentação das divulgações, com enfoque sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Tais riscos e oportunidades decorrem da relação da sociedade com os mais diversos *stakeholders*, como, por exemplo, colaboradores, comunidade, provedores de capital e meio ambiente.

O item 2 do IFRS S1 dispõe que:

Informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade são relevantes aos principais usuários porque a capacidade da entidade de gerar fluxos de caixa no curto, médio e longo prazo está intrinsecamente ligada às interações entre a entidade e seus stakeholders, a sociedade, a economia e o ambiente natural em toda a cadeia de valor da entidade. Juntos, a entidade e os recursos e relacionamentos em toda sua cadeia de valor formam um sistema interdependente no qual a entidade opera. As dependências da entidade desses recursos e relacionamentos e seus impactos nesses recursos e relacionamentos, dão origem a riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade para a entidade.

Naturalmente, os riscos e as oportunidades são diferentes, dependendo do segmento de atuação da empresa. Por exemplo, uma petroleira tem riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade distintos de uma empresa de tecnologia.

Nesse contexto, os conceitos presentes na IFRS S1 são propositalmente abertos, para contemplar as mais diferentes empresas e setores presentes ao redor do globo. Sobre esse aspecto, a própria norma prevê que sejam aplicados, além das próprias normas do ISSB, outros conjuntos normativos como fonte de orientação, em especial as normas do Sasb. Veja-se o que dispõem os itens 54 e 55 da IFRS S1:

54. Ao identificar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam razoavelmente afetar as perspectivas da entidade, a entidade deverá aplicar as Normas IFRS de Divulgação de Sustentabilidade.

55. Além das Normas IFRS de Divulgação de Sustentabilidade:  
(a) a entidade deverá consultar e considerar a aplicabilidade dos tópicos de divulgação nas Normas Sasb. A entidade pode concluir que os tópicos de divulgação nas Normas Sasb *não são aplicáveis nas circunstâncias da entidade.*

As informações (core content) a serem divulgadas pela empresa, conforme estabelece o item 25 da IFRS S1, abrangem quatro grandes temas centrais, quais sejam:

- I. Governança: inclui processos, controles e procedimentos de governança utilizados para monitorar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade;

- II. Estratégia: utilizada para gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade;
- III. Gestão de riscos: inclui políticas, práticas e processos referentes à identificação, à avaliação e ao monitoramento de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; e
- IV. Métricas e metas: usados para avaliar o desempenho da entidade sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.

Esses quatro temas centrais, que compõem o conteúdo principal de informações a serem divulgadas pelas sociedades, são justamente aqueles recomendados pelo TCFD. Assim, em linha com o seu objetivo de se basear em arcabouços normativos já existentes, o ISSB adotou a referida recomendação na elaboração da IFRS S1.

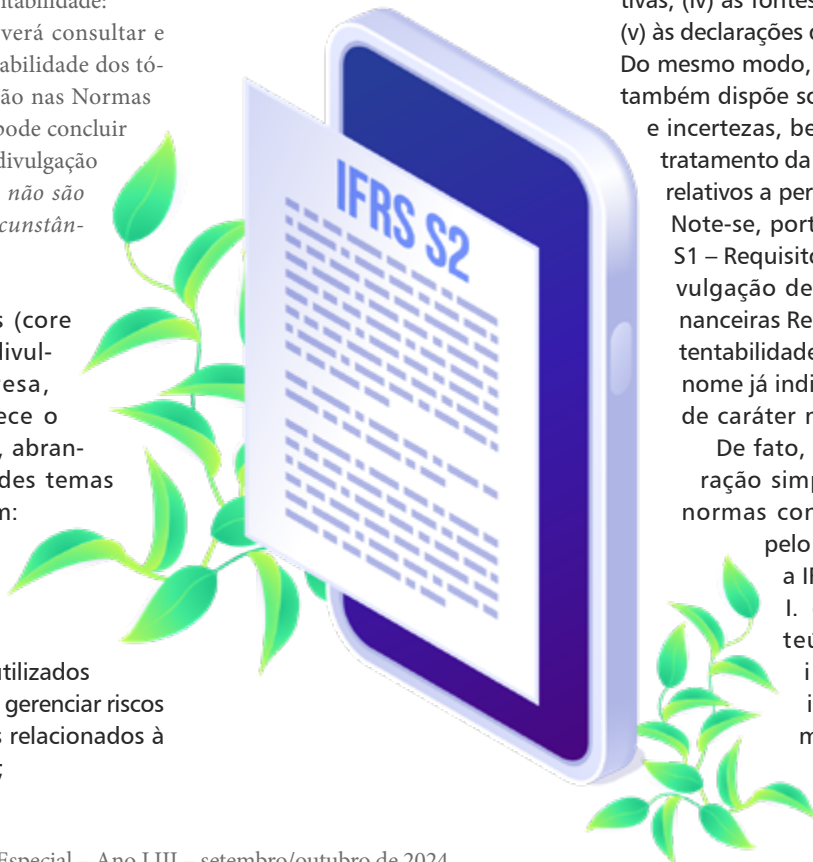
Perceba-se também que este conteúdo principal se baseia deliberadamente nos conceitos presentes

no framework do Relato Integrado, especialmente no que diz respeito à forma como a entidade agrega e gerencia valor ao longo do tempo. A ideia é que a divulgação de informações sobre a governança, estratégia, gestão de riscos e metas e métricas permita aos provedores de capital avaliar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e identificar como isso impacta o valor da companhia.

Outro requerimento presente na IFRS S1, que estava igualmente contido no Relato Integrado, é a conexão entre as informações sobre sustentabilidade e as de cunho financeiro, que já são divulgadas pelas empresas em seus balanços. A conectividade entre as informações é necessária para que não haja inconsistências entre as divulgações.

Além do conteúdo a ser disponibilizado, a IFRS S1 apresenta requisitos gerais sobre a divulgação, que se relacionam, por exemplo: (i) ao local das divulgações; (ii) ao momento do reporte; (iii) a informações comparativas; (iv) às fontes de orientação; e (v) às declarações de conformidade. Do mesmo modo, a referida norma também dispõe sobre julgamentos e incertezas, bem como sobre o tratamento da correção de erros relativos a períodos anteriores. Note-se, portanto, que a IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, como o próprio nome já indica, é uma norma de caráter mais generalista. De fato, em uma comparação simplificada com as normas contábeis emitidas pelo IASB, tem-se que a IFRS S1:

- I. disciplina o conteúdo mínimo de informações e igualmente o formato, assim como faz o CPC 26 –



“Nesse contexto, os conceitos presentes na IFRS S1 são propositalmente abertos, para contemplar as mais diferentes empresas e setores presentes ao redor do globo. Sobre esse aspecto, a própria norma prevê que sejam aplicados, além das próprias normas do ISSB, outros conjuntos normativos como fonte de orientação, em especial as normas do Sasb.”

Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionado à norma internacional IAS 1;

- II. estabelece o objetivo da divulgação e as características qualitativas da informação, assim como disposto no CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, correlacionado ao *Conceptual Framework* do lasb; e
- III. aborda o tratamento de erros e as fontes de orientação para elaboração de uma política contábil, da mesma forma que o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, correlacionado à IAS 8.

Verificam-se, portanto, certa similaridade e consistência entre as normas do ISSB e as do lasb. De fato, isso é esperado e natural, haja vista que ambos conjuntos normativos globais são oriundos da Fundação IFRS.

Importante salientar, contudo, que a adoção das normas do ISSB não é incompatível com a divulgação de informações financeiras em outros padrões (*Generally Accepted Accounting Principles – Gaap*) diferentes das normas do lasb – como, por exemplo, o US GAAP. Em outras palavras, a adesão às normas do lasb não é obrigatória para que se possa aplicar as normas do ISSB.

Sobre esse aspecto, veja-se o que dispõe o item 8:

A entidade pode aplicar as Normas IFRS de Divulgação de Sustentabilidade independentemente de as demonstrações contábeis de propósito geral da entidade (referidas como “demonstrações contábeis”) serem preparadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS ou outros princípios ou práticas contábeis geralmente aceitas (Gaap).

Registre-se, por fim, que a regra do custo-benefício de elaboração e divulgação de informações presente nas normas contábeis também se aplica às de sustentabilidade. A IFRS S1 prevê, no seu item B6, que sejam divulgadas informações “sem custo ou esforço excessivo”. A medida visa não impor ônus excessivo para cumprimento da norma sem a contrapartida esperada. Nesse contexto, a empresa não precisa realizar pesquisa exaustiva sobre as informações de riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade. Ao contrário, a norma assume que as informações a serem divulgadas estão disponíveis sem um custo demasiadamente alto à sociedade. Do mesmo modo, a referida norma prevê a isenção de não divulgação

de informações quando estas forem consideradas comercialmente sensíveis e quando tal divulgação possa prejudicar a empresa.

A IFRS S2 – Divulgações de Informações relacionadas ao Clima (*Climate-related Disclosures*) tem como objetivo, conforme preceitua o seu item 1:

Exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os utilizadores primários de relatórios financeiros de finalidade geral na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.

Tais riscos e oportunidades decorrem do impacto da entidade, bem como da sua dependência dos recursos naturais e igualmente das relações que ela possui com os seus mais diferentes *stakeholders*, incluindo a sociedade como um todo. Os riscos a serem divulgados englobam tanto os físicos quanto os de transição relacionados ao clima, e se referem a potenciais efeitos negativos das alterações climáticas na entidade. Já as oportunidades derivam dos potenciais efeitos positivos dessas alterações, em decorrência dos esforços para mitigar e se adaptar à nova realidade.

Assim como acontece com a IFRS S1, as divulgações relacionadas ao clima que não afetam os fluxos de caixa futuros da entidade estão fora do escopo da norma e não precisam ser, obrigatoriamente, divulgadas. Percebe-se, ainda, que a IFRS S1 exige divulgações sobre “riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade”, enquanto a IFRS S2 requer divulgações sobre “riscos e oportunidades relacionados ao clima”. Nesse contexto, a IFRS S2 apresenta exigências suplementares e específicas sobre o clima.

Adicionalmente, ambas as normas são bastante semelhantes no que diz respeito ao conteúdo principal de informações (*core content*) que devem ser divulgadas, na medida em que a IFRS 2 utiliza a estrutura da IFRS 1 e possui quatro grandes temas centrais: Governança, Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas e Metas. Esse conteúdo principal de divulgação, conforme já ressaltado, está totalmente alinhado

com a estrutura e as recomendações do TCFD, e visa refletir como a entidade enxerga e gerencia riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

Especificamente no que tange às recomendações do TCFD, é importante salientar que a IFRS S2 incorporou tanto os quatro temas principais relativos ao conteúdo principal quanto as 11 recomendações de divulgação (IFRS Foundation, 2024b). De fato, conforme estabelece o documento *Comparison IFRS S2 Climate-related Disclosures with the TCFD Recommendations*, as divulgações exigidas são bastante similares; as diferenças são de três espécies:

- (i) nomenclaturas distintas, mas que refletem basicamente os mesmos conceitos;
- (ii) a IFRS S2 exige um maior detalhamento de informações; e
- (iii) a IFRS S2 possui um guia de aplicação distinto, apesar de os requerimentos de divulgação serem basicamente os mesmos.

Uma divulgação relevante a ser realizada diz respeito à chamada resiliência climática da entidade, que, conforme o Apêndice A, define-se como:

A capacidade de uma entidade para se ajustar a alterações, desenvolvimentos ou incertezas relacionados com o clima. A resiliência climática envolve a capacidade de gerir os riscos relacionados com o clima e de se beneficiar das oportunidades relacionadas com o clima, incluindo a capacidade de responder e de se adaptar aos riscos de transição relacionados com o clima e às alterações climáticas. Riscos físicos relacionados à resiliência climática de uma entidade inclui tanto a sua resiliência estratégica como a sua resiliência operacional às alterações, desenvolvimentos e incertezas relacionados com o clima.

Nesse contexto, a entidade deve divulgar informações que permitam aos acionistas e credores avaliar a resiliência climática da entidade, bem como sua capacidade de ajustar a estratégia e o modelo de negócios no curto, médio e longo prazo. A IFRS S2 recomenda a utilização da análise de cenários que considere a exposição da entidade às mudanças climáticas. A norma exige que a entidade divulgue os efeitos financeiros, correntes e esperados, resultantes de riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Outras divulgações específicas sobre o clima referem-se às métricas sobre emissões de gases de efeito estufa (GEE), que, conforme estabelece o Protocolo de Kioto, são: dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>); metano (CH<sub>4</sub>); óxido nitroso (N<sub>2</sub>O); hidrofluorcarbonetos (HFC); trifluoreto de azoto; trifluoreto de azoto (NF<sub>3</sub>); perfluorcarbonetos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>). Especificamente sobre tal requerimento, a IFRS 2 exige que a entidade realize diversas divulgações sobre suas emissões de GEE geradas durante o período de reporte, expressas em toneladas de equivalentes de CO<sub>2</sub> que devem ser classificadas em três grandes escopos:

- Emissões de gases com efeito de estufa do escopo 1: ocorrem a partir de fontes cuja propriedade ou controle seja da entidade.
- Emissões de gases com efeito de estufa do escopo 2: provenientes da eletricidade adquirida e consumida pela entidade. No escopo 2, a emissão de GEE ocorre na instalação onde a eletricidade é gerada. No caso, ela é comprada para ser consumida pela entidade.
- Emissões de gases com efeito de estufa do escopo 3: são emissões indiretas, haja vista que ocorrem na cadeia de valor de uma entidade, seja decorrente de fornecedores (*downstream*)





ou de clientes (*upstream*). Tais emissões são classificadas em 15 categorias, conforme descrito no *Greenhouse Gas Protocol Corporate Value Chain (Scope 3) Accounting and Reporting Standard* (2011).

Além dessas métricas, a referida norma também prevê a divulgação de outras categorias oriundas do guia do TCFD, quais sejam: riscos de transição relacionados com o clima, riscos físicos relacionados com o clima, oportunidades relacionadas com o clima, mobilização de capital, preços internos do carbono e remuneração.

Registre-se que a IFRS S2 também prevê a divulgação de metas relacionadas ao clima, incluindo, entre outras: (i) objetivos; (ii) métrica utilizada para acompanhar; (iii) prazos; (iv) marcos intermediários; e (v) revisões.

## 5 Considerações Finais

Como discutido neste artigo, a Ciência Contábil tem especial importância no combate ao *greenwashing*. Isso porque a adequada divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade passa pela necessária quantificação e mensuração em termos monetários de riscos e oportunidades relativos ao tema. Note-se que, sem informações confiáveis e de qualidade, os usuários não conseguem discriminar as companhias verdadeiramente sustentáveis daquelas engajadas em *greenwashing*.

Conforme discutido ao longo do artigo, a criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), acompanhada da emissão de suas duas primeiras normas – a IFRS S1, que estabelece requisitos gerais relacionados ao conteúdo e à forma de apresentação das divulgações, com enfoque a riscos

e oportunidades relacionados à sustentabilidade, e a IFRS S2, que apresenta exigências suplementares e específicas sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima –, traz relevantes desafios e oportunidades para a Ciência Contábil.

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais relacionados ao conteúdo e à forma de apresentação das divulgações, com enfoque a riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, os quais decorrem da relação da sociedade com os mais diversos *stakeholders*. O conteúdo principal de informações (*core content*) que devem ser divulgadas é composto por quatro grandes temas centrais: governança, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas.

Já a IFRS S2 apresenta exigências suplementares e específicas sobre o clima, na medida em que requer as divulgações sobre “riscos e oportunidades relacionados ao clima”. Tais riscos e oportunidades decorrem do impacto da entidade, bem como da sua dependência dos recursos naturais e, igualmente, das relações que ela possui com os seus mais diferentes *stakeholders*, incluindo a sociedade como um todo. Os riscos a serem divulgados englobam tanto os riscos físicos quanto os de transição relacionados ao clima, e se refere a potenciais efeitos negativos das alterações climáticas na entidade. As oportunidades, por sua vez, decorrem dos potenciais efeitos positivos dessas alterações, em consequência dos esforços em mitigar e se adaptar à nova realidade.

Acredita-se que o processo que culminou com a criação do ISSB –



e do CBPS no Brasil – representa um “novo paradigma” para a profissão contábil. O estudo desse tema demanda atenção especial, uma vez que o Brasil foi o primeiro país do mundo a se comprometer com a adoção das normas internacionais IFRS S1 e IFRS S2, por meio da Resolução CVM n.º 193, de 2023, e da Resolução CFC n.º 1.710, de 2023. Tais normas deverão ser adotadas de forma obrigatória a partir do exercício social de 2026 e podem ser aplicadas de forma voluntária em 2024 e 2025.

Nesse sentido, existem diversas oportunidades para estudos futuros, a partir da adoção nas normas internacionais do ISSB no Brasil, incluindo pesquisas empíricas embasadas nas informações a serem divulgadas pelas empresas. De fato, a academia tem um papel relevante no aprimoramento do regime informacional da sustentabilidade no âmbito das companhias abertas no Brasil. Este artigo objetivou trazer a sua contribuição sobre esse importante tema.

## Referências

ABHAYAWANSA, Subhash. Swimming against the tide: back to single materiality for sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 13, n. 6, pp. 1361-1385, 2022.

ALI, Irshad; FUKOFUKA, Peni; NARAYAN, Anil. Critical reflections on sustainability reporting standard setting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 14, n. 4, pp. 776-791, 2023.

AVI, Maria. Climate Impact and Corporate Communication: The European and Italian Situation and the ISSB Proposal Outlined in Exposure Drafts S2 Climate-Related Disclosure. *Journal of Economics, Finance and Management Studies*, v. 5, n. 4, pp. 1173-1196, 2023.

CBPS – Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade. Conheça o CBPS. 2024. Disponível em: <https://www.facpcs.org.br/CBPS/CBPS/Conheca-o-CBPS#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20CBPS%20resultou,do%20Conselho%20Federal%20de%20Contabilidade>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CHRISTENSEN, Hans; HAIL, Luiz; LEUZ, Christian. Mandatory CSR and sustainability reporting: economic analysis and literature review. *Review of Accounting Studies*, v. 26, pp. 1176-1248, 2021.

CHUA, Wai; JAMES, Ramana; KING, Adrian; LEE, Eric; SODERSTROM, Naomi. Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) Implementation: An Overview and Insights from the Australian Accounting Standards Board Dialogue Series. *Australian Accounting Review*, v. 32, n. 102, pp. 396-405, 2022.

DUMAY, John; HOSSAIN, Amir. Sustainability Risk Disclosure Practices of Listed Companies in Australia. *Australian Accounting Review*, v. 29, n. 89, pp. 343-359, 2019.

ECCLES, Robert; KRZUS, Mike; ROGERS, Jean; SERAFEIM, George. The Need for Sector-Specific Materiality and Sustainability Reporting Standards. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 24, n. 2, pp. 65-71, 2012.

EDGE, Bill. Recent developments in sustainability reporting. *Australian Accounting Review*, v. 32, n. 101, pp. 151-155, 2022.

ELKINS, Hamilton; ENTWISTLE, Gary. A Canadian Response to the Pursuit of Global Sustainability Reporting Standards. *Accounting Perspectives*, v. 22, n. 1, pp. 7-54, 2023.

FERREIRA, Priscila. Influência do lobbying no Processo de constituição do International Sustainability Standards Board (ISSB). 2022. 92 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

FINK, Larry. A Sense of Purpose. Larry Fink’s 2018 Letter to CEOs. BlackRock, 2019. Disponível em: <https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/2018-larry-fink-ceo-letter>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FISCH, Jill. Making Sustainability Disclosure Sustainable. All Faculty Scholarship. University of Pennsylvania Carey Law School, 2019. Disponível em: [https://scholarship.law.upenn.edu/faculty\\_scholarship/1998](https://scholarship.law.upenn.edu/faculty_scholarship/1998). Acesso em: 9 jul. 2024.

GARCÍA-SANCHEZ, Isabel; NOGUERA GÁMES, Ligia. Integrated Information and the cost of capital. *International Business Review*, v. 26, pp. 959-975, 2017.

GAVORIA, Daniel; MARTÍNEZ, Eliana; POLO, Orlando; ARCILA, Jorge. Accounting Mechanism to Measure the Environmental Impact of Industries in the Aburrá Valley and its Application of the General Disclosure Requirements related to Financial Information on Sustainability (IFRS S1) and Climate-Related Disclosures (IFRS S2). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 17, n. 5, pp. 1-16, 2023.

GINER, Begoña; LUQUE-VÍLCHEZ, Mercedes. A commentary on the “new” institutional actors in sustainability reporting standard-setting: a European perspective. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 13, n. 6, pp. 1284-1309, 2022.

GRI – Global Reporting Initiative. GRI and ISSB provide update on ongoing collaboration. 2022. Disponível em: <https://www.gri.org/>

[globalreporting.org/news/news-center/gri-and-issb-provide-update-on-ongoing-collaboration/](https://globalreporting.org/news/news-center/gri-and-issb-provide-update-on-ongoing-collaboration/). Acesso em: 9 jul. 2024.

IFRS Foundation. About the International Sustainability Standards Board. 2024a. Disponível em: <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

IFRS Foundation. ISSB and TCFD. 2024b. Disponível em: <https://www.ifrs.org/sustainability/tcfd/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

INDYK, Magdalena. Are the Companies Prepared for Sustainability Reporting under the ED IFRS S1 and S2? Evidence from Poland. *AuditFinanciar*, v. 20, n. 4, pp. 641-654, 2022.

IOSCO – International Organization of Securities Commissions. IOSCO endorses the ISSB’s Sustainability-related Financial Disclosures Standards. 2023. Disponível em: <https://www.iosco.org/news/pdf/IOSCONEWS703.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

MOOLMAN, Jaco; OBERHOLZER, Merwe; STEYN, Melissa. The effect of integrated reporting on integrated thinking between risk, opportunity and strategy and the disclosure of risks and opportunities. *Southern African Business Review*, v. 20, pp. 600-627, 2016.

SHEEHAN, Norman; PARK, Han-up; POWERS, Richard; KEYES, Sarah. Overseeing the dynamic materiality of ESG risks: The board’s role. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 35, pp. 52-57, 2023.

TÓTH, Árpád; SUTA, Alex; SZAUTER, Ferenc. Interrelation between the climate-related sustainability and the financial reporting disclosures of the European automotive industry. *Clean Technologies and Environmental Policy*, v. 24, pp. 437-445, 2022.

VELLANI, Cassio; RIBEIRO, Maisa. Sustentabilidade e contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 6, n. 11, pp. 187-206, 2009.

VILLIERS, Charl; DIMES, Ruth. Will the formation of the International Sustainability Standards Board result in the death of integrated reporting? *Journal of Accounting & Organizational Change*, v. 19, n. 2, pp. 279-295, 2023.

WILLIAMS, Cynthia. Disclosure of Information Concerning Climate Change: Liability Risks and Opportunities. Commissioned Reports, Studies and Public Policy Documents. Paper 206. Osgoode Hall Law School of York University, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/reports/206>. Acesso em: 9 jul. 2024.

WYK, Van; ELS, Gideon. The relevance of integrated reporting in future standard setting of the International Sustainability Standards Board. *Frontiers in Sustainability*, v. 4, pp.1-12, 2023.





# Práticas ASG influenciam a remuneração executiva?

## Uma análise das empresas do Ibovespa no período de 10 anos

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre as práticas ambientais, sociais e de governança (ASG), o desempenho econômico das empresas e a remuneração aos seus executivos. A amostra foi composta de dados de 2010 a 2019 das empresas que compunham o Ibovespa, em maio de 2022. Os resultados apontam um distanciamento entre a remuneração paga aos executivos e aos funcionários. Apenas no último ano da amostra, identificou-se que dezesseis empresas (18% da amostra) remuneraram acima de 100 vezes mais os seus executivos (diretoria) em relação à média de todos os funcionários. No que concerne ao desempenho ASG e ao desempenho econômico, medido pelo indicador retorno sobre o ativo (ROA), observou-se uma distribuição homogênea no escore ASG entre os quartis de ROA. O escore ASG médio das empresas, considerando os três últimos anos da análise, foi de 55,86 (em uma escala de 0 a 100). Finalmente, por meio de uma regressão com dados em painel, utilizando como variável dependente a remuneração executiva e, entre as variáveis explicativas, o escore ASG e o indicador ROA, não foi encontrada significância estatística no modelo econométrico proposto. Diferentemente das pesquisas internacionais, este estudo mostra evidências de que as empresas brasileiras não parecem incorporar o desempenho ASG.

### Alexandre Sanches Garcia

Bacharel em Ciências Contábeis (Mackenzie/SP), é mestre em Ciências Contábeis (PUC/SP) e doutor em Administração (FGV/SP), tem experiência nas áreas de Contabilidade e Auditoria de Empresas como PwC, Klabin e General Motors, foi conselheiro do CRCSP (2016-2023) e, atualmente, é pró-reitor de Pós-Graduação da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e presidente da Academia Paulista de Contabilidade (APC).

*E-mail:* [garcia@fecap.br](mailto:garcia@fecap.br)

### Verônica de Fátima Santana

Bacharel em Ciências Contábeis (UFV/MG), é mestra e doutora em Ciências Contábeis (USP/SP). Atua como professora na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, Administração, Economia e Relações Internacionais, nos programas de mestrado acadêmico em Ciências Contábeis e no programa de mestrado profissional em Administração.

*E-mail:* [veronica.santana@fecap.br](mailto:veronica.santana@fecap.br)

### Rodrigo Lopes da Luz

Bacharel em Ciências Contábeis (Fecap/SP), é mestre em Administração (Fecap/SP). Tem experiência na área financeira, com carreira em Companhia de Capital Aberto, dirigindo as áreas financeira e de relações com investidores, e com atuação em diversos segmentos, como indústrias, construção civil, materiais de construção e mineração. É conselheiro fiscal da empresa Natura.

*E-mail:* [rodrigo.luz01@gmail.com](mailto:rodrigo.luz01@gmail.com)

### Natália Fontenele Tibério

Bacharel em Ciências Contábeis (UFRN), é mestranda em Ciências Contábeis (Fecap/SP). Tem experiência como auditora independente, é professora na Fecap, onde atua no curso de graduação em Ciências Contábeis, em disciplinas relacionadas a Desempenho Financeiro e Responsabilidade Social Corporativa.

*E-mail:* [nfontenele@outlook.com](mailto:nfontenele@outlook.com)

## 1 Introdução

Em 2 de janeiro de 2023, entrou em vigor a Resolução n.º 59, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A norma estabelece que as empresas, na entrega do documento Formulário de Referência (FRE), devem divulgar, entre outros aspectos de informações ambientais, sociais e de governança (ASG), a composição da remuneração dos administradores. Nesse contexto, a resolução determina a necessidade de apontar os “principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG” (item 8.1, “c”, da referida resolução).

O termo ASG – ou, em inglês, ESG (*Environmental, Social and Governance*) – surgiu pela primeira vez em 2004, no documento *Who Cares Wins – connecting financial markets to a changing world*, publicado pelo Pacto Global da ONU, em parceria com o Banco Mundial. O relatório reuniu os *Chief Executive Officers* (CEOs) das maiores instituições financeiras mundiais, entre elas o Banco do Brasil, a fim de debater estratégias para integrar fatores ASG no mercado de capitais. Ou seja, passados quase 20 anos do início das discussões, finalmente o tema foi inserido na agenda dos órgãos reguladores brasileiros, entre os quais se incluem o Banco Central, a CVM e também o Conselho Federal da Contabilidade (CFC), com a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), formalizada mediante a Resolução CFC n.º 1.670, de 9 de junho de 2022.

Considerando a Resolução CVM n.º 59, de 2021, e ainda que o tema ASG tenha sido abordado nos estudos acadêmicos brasileiros nos últimos tempos, há escassez de pesquisas com resultados empíricos para avaliar a relação entre os indicado-

res de desempenho ASG das companhias e a remuneração de seus executivos. As pesquisas de mesmo cunho, porém sem incluir os fatores ASG na análise, apresentam resultados divergentes na relação entre a remuneração concedida aos executivos e o desempenho da empresa (Santos; Silva, 2017; Freitas; Pereira; Vasconcelos; Luca, 2020; Ermel; Do Monte, 2018; Krauter, 2013; Fernandes; Mazzioni, 2015). Mediante indicadores de desempenho econômicos e financeiros, essas pesquisas mostram que mecanismos de incentivo na remuneração de executivos buscam um alinhamento de interesses entre o principal (proprietário) e o agente (executivo), para assegurar a adequação dos contratos firmados entre eles e permitir à organização o alcance de seus objetivos de maximização de lucros. É o que determina, na literatura acadêmica, a Teoria da Agência.

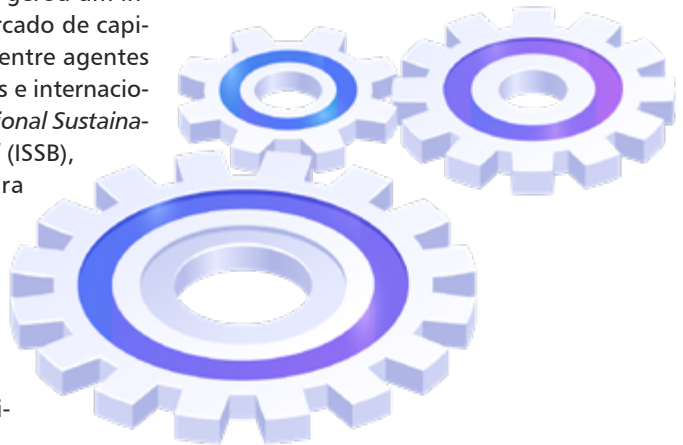
Porém, com a adoção da resolução da CVM, que entrou em vigor no início de 2023, as empresas devem considerar os fatores ASG na remuneração de seus executivos. A partir de então, portanto, o objetivo de maximização de lucros não constitui o único critério na composição da remuneração. Essa medida obriga as empresas a utilizarem novos mecanismos que possibilitem, no mínimo, avaliar o uso de indicadores ASG.

A nova resolução gerou um intenso debate no mercado de capitais (Bozza, 2022) e entre agentes reguladores nacionais e internacionais, como o *International Sustainability Standard Board* (ISSB), criado em 2021 para padronizar normas na divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Com isso, o objetivo desta pesquisa é anali-

sar a relação entre as práticas ASG, o desempenho das empresas e a remuneração dos executivos. Para tanto, foi analisado o período de dez anos antes da vigência da Resolução CVM n.º 59, de 2021, considerando as empresas do Ibovespa, índice que calcula o desempenho médio de uma carteira teórica com as ações mais representativas e negociadas na bolsa de valores – a Brasil, Bolsa e Balcão (B3).

Uma vez que o documento FRE foi instituído em 2009, a amostra deste estudo compreende um período de 10 anos (2010 a 2019). Não foram incorporados os anos afetados pela pandemia da Covid-19, uma vez que, devido à paralisação de muitas atividades econômicas, além do *circuit break* (interrupção de negociações no pregão da bolsa de valores) no início da pandemia, em 2020, muitas empresas foram afetadas de forma significativa em seus indicadores operacionais, econômicos e financeiros.

Adicionalmente, são analisadas as médias individuais dos valores da remuneração de executivos, que compreendem os membros dos conselhos de administração e fiscal, além da diretoria, comparativamente à remuneração de salários dos empregados divulgada na Demonstração de Valor Adicionado (DVA), peça integrante do conjunto de demonstrações financeiras entregues pelas empresas para a CVM.



“Considerando a Resolução CVM n.º 59, de 2021, e ainda que o tema ASG tenha sido abordado nos estudos acadêmicos brasileiros nos últimos tempos, há escassez de pesquisas com resultados empíricos para avaliar a relação entre os indicadores de desempenho ASG das companhias e a remuneração de seus executivos.”

Primeiramente, os resultados mostram uma grande discrepância entre a remuneração paga aos executivos e aos demais funcionários. A análise descritiva mostra que há uma distribuição homogênea no escore ASG entre os quartis de ROA. Finalmente, por meio de uma regressão com dados em painel, utilizando como variável dependente a remuneração executiva e, como variáveis explicativas, o escore ASG e o indicador ROA, não foi encontrada significância estatística entre as variáveis. Tais resultados podem gerar subsídios para empresas, agentes reguladores e público interessado buscarem e calibrarem as melhores medidas a fim de incorporar, na remuneração de seus executivos, o desempenho de fatores ASG das empresas. O presente estudo contribui ainda com a literatura acadêmica, ao inserir novas variáveis na análise e promover a avaliação dos mecanismos de proteção e de resolução de conflitos de interesses previstos na Teoria da Agência.

## 2 Fundamentação teórica

A Teoria da Agência fundamenta-se no pressuposto de que o principal objetivo das empresas é a maximização de seu valor. Para tanto, a

remuneração dos executivos é projetada para fornecer um mecanismo de controle que visa à superação dos conflitos de agência associados com a separação da propriedade e controle, alinhando os interesses dos gestores e acionistas (Jensen; Meckling, 1976). Com isso, a concessão de incentivos aos gestores, por meio da remuneração, passa a ser um mecanismo de controle para encorajar e motivar os executivos no atingimento dos objetivos organizacionais (Anthony; Govindarajan, 2006).

A remuneração dos executivos, particularmente a parcela variável, é um tipo de incentivo que procura alinhar os seus objetivos aos da organização e, para isso, as empresas atrelam esse valor de incentivo ao desempenho obtido (Frezatti; Rocha; Nascimento; Junqueira, 2009).

Para Anthony e Govindarajan (2006), os incentivos financeiros podem ser aumentos de salários, gratificações e outros benefícios como automóveis, viagens de férias, títulos de clubes, etc. Há também os incentivos psicológicos e sociais, que incluem promoção de cargo, aumento de responsabilidade, melhor localização do trabalho e reconhecimento, como troféus e participação em programas de executivos. Para esses autores, os pla-

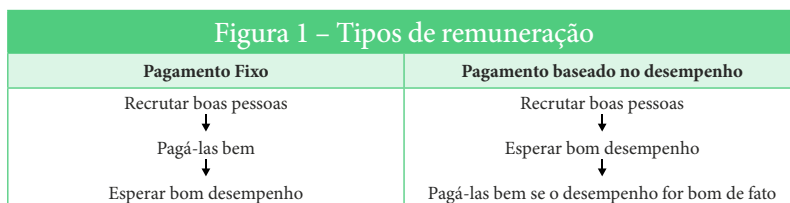
nos de remuneração por incentivos podem ser divididos em: (1) planos de incentivos a curto prazo, os quais se baseiam no desempenho da empresa do ano em curso; e (2) planos de incentivos a longo prazo, os quais se fundamentam no desempenho a longo prazo, geralmente baseado na cotação das ações da empresa nas bolsas de valores. Um executivo pode ganhar gratificação nos dois planos. As gratificações sob os planos a curto prazo são pagas, geralmente, à vista e em dinheiro. As gratificações a longo prazo são concedidas, geralmente, na modalidade de *stock options* (pagamento baseado em ações).

A opção por ações consiste em fornecer ações da empresa a longo prazo para os executivos, no intuito de contribuir para que os seus atos maximizem o valor de longo prazo da empresa. A operação consiste em conceder aos executivos o direito de comprar um número de ações em, ou após, uma certa data no futuro, no preço acordado na época em que a opção for concedida. O executivo ganha se vender posteriormente as ações a um preço que exceda aquele pago por elas.



Para Frezzatti *et al.* (2009), esse modelo, apesar de ter uma lógica interna aparentemente coerente, não tem se mostrado eficiente para obtenção de congruência, ao citar o caso dos problemas ocorridos, no ano de 2001, com a Enron, empresa norte-americana de energia elétrica. Mediante o uso de sofisticados produtos financeiros como derivativos, a empresa criou uma série de operações financeiras, visando reduzir suas obrigações tributárias, melhorar o fluxo de caixa, criar demonstrações financeiras aprimoradas e, conseqüentemente, incrementar a remuneração de seus executivos.

Já no plano de incentivos em curto prazo, o caso da empresa Enron também serve para ilustrar como um modelo coerente de remuneração tornou-se um modelo de incentivo inadequado. Isso porque a remuneração de executivos era realizada de maneira agressiva e atrelada ao fechamento de novos negócios, em detrimento dos resultados a serem gerados ao longo da implementação do negócio em questão (Silveira, 2015). Como resultado, os executivos se preocupavam muito mais com as receitas do que com o gerenciamento dos negócios, o que



Fonte: adaptado de Anthony e Govindarajan (2006).

os permitia embolsar bônus milionários no curto prazo por investimentos que muitas vezes viriam a se mostrar deficitários a longo prazo. Como exemplo, um ano antes da sua falência, o comitê de remuneração da Enron aprovou bônus totais de US\$ 750 milhões para os 65 mais altos executivos em 2000 (US\$ 253 milhões apenas para os cinco principais executivos), ano em que a empresa havia reportado um lucro líquido de US\$ 975 milhões (Silveira, 2015).

Anthony e Govindarajan (2006) afirmam que há duas escolas de pensamento sobre como combinar as recompensas fixas (salário e benefícios) e variáveis (bônus por incentivo) na remuneração total dos executivos, conforme apresenta a Figura 1.

Para os autores, uma escola afirma que, ao recrutar bons profissionais e pagá-los bem, espera-se o bom desempenho. As empresas que aderem a essa escola enfatizam o salário e, não, o bônus por incentivo. Nesse caso, a remuneração não está ligada ao desempenho e, então, surge a questão sobre o que acontece se o executivo não apresentar bons resultados.

A outra escola afirma que, ao recrutar um bom quadro funcional, espera-se que se desempenhe bem e, assim, é feito um bom pagamento apenas nesse caso. A diferença fundamental entre as duas filosofias é o fato de que a remuneração vem primeiro e o desempenho vem depois, sob um paga-

mento fixo. Para Anthony e Govindarajan (2006), as duas filosofias têm implicações motivacionais diferentes. No primeiro caso, em razão de o salário ser uma renda assegurada, enfatizar o salário pode encorajar o conservadorismo e a complacência do executivo. Por outro lado, enfatizar o bônus por incentivo tende a motivar os gerentes a despender um esforço máximo.

Entretanto, um dos desafios ao adotar o modelo de pagamento da remuneração baseado no desempenho é decidir qual critério deverá ser usado para determinar o bônus. Além dos indicadores financeiros, como lucro, margem de contribuição e outros indicadores que podem ser utilizados para selecionar os critérios financeiros, as empresas podem adotar critérios não financeiros, tais como participação no mercado (*market share*) e satisfação do cliente. Porém, o mais desafiante são ajustes para determinar os fatores incontrolláveis, como definido por Anthony e Govindarajan (2006). Exemplo disso seria calcular os efeitos das perdas causadas por ações da natureza (incêndios, terremotos e enchentes) e acidentes não causados pela negligência do executivo.

Ainda assim, isso gera um debate exaustivo, não somente sobre o estabelecimento desses critérios, mas também sobre o viés nas decisões de negócios pelos executivos. Um exemplo de empresa brasileira, em função da tragédia ambiental e social gerada, foi o caso do rompimento da barragem de dejetos de mineração da empresa Samarco, em 2016, e da empresa Vale, em 2019,





“Já no plano de incentivos em curto prazo, o caso da empresa Enron também serve para ilustrar como um modelo coerente de remuneração tornou-se um modelo de incentivo inadequado. Isso porque a remuneração de executivos era realizada de maneira agressiva e atrelada ao fechamento de novos negócios.”

ambas no Estado de Minas Gerais. Os principais executivos deixaram de investir na manutenção de barragens, o que beneficiaria as operações da companhia em longo prazo, para tomar decisões que beneficiavam retornos financeiros de curto prazo – ou até mesmo o desempenho por um período maior, de três a cinco anos –, com base somente em critérios financeiros (Kiernan, 2016). Segundo o documento FRE, entregue à CVM pela empresa Vale, a remuneração paga aos executivos passou de R\$ 65 milhões em 2016 para R\$ 170 milhões em 2017, ou seja, mais de 2,6 vezes. Em 2018, a empresa pagou R\$ 175 milhões, mesmo tendo reduzido a quantidade de executivos na diretoria e nos conselhos fiscal e de administração, de 27 para 23 gestores.

### 2.1 Estudos anteriores

Como já esperado, devido à regulação recente da CVM, que entrou em vigor em 2023, há escassez de pesquisas nacionais que avaliam a relação entre indicadores de desempenho dos fatores ASG das empresas e a remuneração de seus executivos. Com a Resolução CVM n.º 59, de 2021, as empresas devem divulgar, no documento FRE, os aspectos de informações ASG na composição da

remuneração dos administradores.

Essa situação é diferente nos estudos que analisam a relação do desempenho financeiro com a remuneração executiva. Em uma amostra bibliométrica composta de 54 artigos, nacionais e internacionais, no período de 2006 a 2016, Santos e Silva (2017) identificaram que a maioria dos estudos está relacionada com a remuneração dos executivos *versus* desempenho desses executivos ou desempenho das organizações nas quais eles estão inseridos.

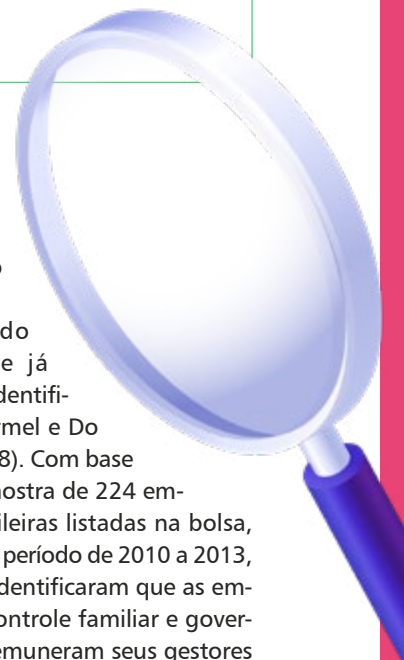
Outro estudo desses mesmos autores, realizado em 2020 com empresas brasileiras, aponta que características da companhia, como controle, propriedade e gestão das empresas familiares, têm influência negativa na remuneração concedida aos executivos da diretoria que compõem o conselho estatutário da empresa e também no desempenho econômico e financeiro para a remuneração dos executivos, quando comparadas às empresas não familiares (Santos e Silva, 2020).

Freitas *et al.* (2020) também identificaram diferenças na remuneração de executivos entre empresas familiares e não familiares no contexto brasileiro. Com uma amostra de 232 empresas listadas na B3, no período de 2014 a 2016, constatou-se que a concentração acionária influencia

negativamente o nível de remuneração executiva.

Resultado semelhante já havia sido identificado por Ermel e Do Monte (2018). Com base em uma amostra de 224 empresas brasileiras listadas na bolsa, ao longo do período de 2010 a 2013, os autores identificaram que as empresas de controle familiar e governamental remuneraram seus gestores com um valor menor em relação a outros tipos de controle acionário.

No estudo de Krauter (2013), o resultado foi diferente. Com uma amostra de 82 empresas não financeiras, a autora identificou que, utilizando indicadores contábeis (crescimento das vendas, retorno sobre patrimônio líquido e retorno sobre ativos), dos exercícios sociais de 2008 e de 2009, os resultados apontaram a existência de relação significativa entre remuneração financeira e desempenho financeiro. Possivelmente, tal disparidade é motivada pelo fato de se não segregar, na análise econométrica, as empresas por tipo de controle, familiar e não familiar, como nos estudos de Freitas *et al.* (2020) e de Santos e Silva (2020).



Parcialmente diferente foi o resultado do estudo de Fernandes e Mazzioni (2015), no qual os autores investigaram a existência de correlação entre as medidas de desempenho em empresas financeiras brasileiras de capital aberto e a remuneração dos seus executivos, assim considerados os membros do conselho de administração, da diretoria executiva e do conselho fiscal. Com uma amostra de 41 empresas listadas na B3, nos anos de 2009, 2010 e 2011, as análises apontaram resultados mistos, que não permitem uma indicação consistente sobre a existência de correlação significativa entre a remuneração total dos executivos e o desempenho das empresas investigadas. As amostras envolvendo empresas que utilizam a remuneração variável tendem a apresentar correlações positivamente significativas com as variáveis de desempenho utilizadas.

Realizou-se análise para indicar se existe diferença na remuneração total de executivos entre empresas familiares e não familiares que efetuaram aquisições corporativas no período de 2009 a 2016, com uma amostra de 96 empresas, 39 familiares e 57 não familiares. Com a participação de 281 aquisições como adquirentes, os resultados apontaram que o aumento na remuneração total de executivos das empresas não familiares é superior em relação às empresas familiares no período pós-aquisição (de Oliveira *et al.*, 2022).



Uma única pesquisa encontrada investigou a relação da remuneração dos executivos com o desempenho econômico-financeiro, os fatores ASG e a política de investimentos em empresas brasileiras familiares e não familiares listadas na B3 (Degenhart; Piccinin; Grodt, 2022). A análise compreendeu o período de 2015 a 2020, em uma amostra de 97 empresas, 37 familiares e 60 não familiares. Os resultados revelaram que a remuneração variável de curto e longo prazo dos executivos apresenta relação com o desempenho e ASG. Por outro lado, esta remuneração não apresentou efeitos na política de investimentos das empresas analisadas, e a remuneração variável de longo prazo se relacionou negativamente com o desempenho (retorno sobre ativo) e ASG; contudo, esse efeito é revertido (positivo) para as empresas não familiares. Tais resultados sugerem que, nas empresas não familiares, quanto maior a remuneração variável de longo prazo dos diretores executivos, maior tende a ser o retorno sobre os ativos, o desempenho geral ASG e, de forma individual, os aspectos ambientais e sociais.

Com a Resolução CVM n.º 59, de 2021, que, desde 2023, pede às empresas para divulgarem indicadores de ASG contemplados na remuneração dos executivos, criou-se a expectativa de como serão os resultados na comparação do desempenho das empresas e a remuneração dos executivos. O estudo de Prates, Porto, de Freitas e dos Anjos (2021) já indicava que a regulação pode modificar os contratos de compensação dos executivos (o pacote de remuneração). Com uma amostra de 25 instituições financeiras com registro ativo na CVM entre os anos de 2007 e 2016, os resultados mostram que houve quebra estrutural da média de retorno acionário, assim como da taxa de crescimento da remuneração

média dos executivos. Assim, houve impacto negativo no período posterior à regulação pela Instrução Normativa CVM n.º 480, de 2009.

Diante dos resultados divergentes na pesquisa da relação entre o desempenho financeiro da empresa e a remuneração dos executivos e com a mais recente regulação da CVM, que inclui os desempenhos ASG das empresas, a hipótese desta pesquisa é:

**H1:** Há uma relação positiva entre a remuneração dos executivos e o desempenho ASG de empresas brasileiras.

### 3 Metodologia

Os indicadores contábeis e de mercado foram coletados na base de dados Refinitiv®. Os dados da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foram coletados de Perlin (2020), que compila as informações extraídas da CVM. As informações de ASG foram coletadas na base de dados Eikon (também de propriedade da empresa internacional Refinitiv®) e aquelas relativas à remuneração dos executivos foram extraídas do sítio eletrônico da CVM, correspondentes aos anos de 2010 a 2019. Não foram utilizados os anos a partir de 2020, devido ao impacto, nos resultados das demonstrações financeiras das empresas, das implicações causadas pela pandemia da Covid-19, como a paralisação ou diminuição das atividades empresariais de alguns setores econômicos.

Para a seleção das empresas da amostra, foram consideradas as empresas que integravam a carteira de ações do Ibovespa em 4 de maio de 2022. Com isso, a amostra inicial era composta de 87 empresas (92 ações no índice). Ao considerar os indicadores ASG disponíveis na base de dados Eikon, a amostra foi reduzida para 74 empresas, já que não havia dados ESG para 13 empresas da amostra inicial.

“Devido às características e à dimensão da amostra (diversas empresas analisadas ao longo de um período de tempo), considera-se adequada a metodologia de análise de dados em painel, a qual possui dimensões de séries temporais e cross-section, permitindo analisar relações dinâmicas no tempo e no espaço (Wooldridge, 2009).”

Para a regressão de dados em painel, foi utilizado o modelo econométrico:

$$REM_{it} = \beta_0 + \beta_1 ESG_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 MCAP_{it} + \beta_4 SIZE_{it} + \varepsilon_{it}$$

em que REM é a variável de remuneração total dos executivos, ESG é a variável do desempenho ASG, ROA é a variável contábil que mede o retorno sobre o ativo, MCAP é a variável que mede o valor de mercado da empresa (quantidade de ações vezes o valor da ação no último dia de encerramento das demonstrações financeiras), SIZE é a variável que indica o porte da empresa a partir das receitas líquidas de vendas,  $i$  representa a  $i$ -ésima empresa;  $t$  representa o ano e,  $\varepsilon$  é o termo de erro. Foram logaritimizadas as variáveis numéricas de valor financeiro: REM, MCAP e SIZE.

Devido às características e à dimensão da amostra (diversas empresas analisadas ao longo de um período de tempo), considera-se adequada a metodologia de análise de dados em painel, a qual possui dimensões de séries temporais e *cross-section*, permitindo analisar relações dinâmicas no tempo e no espaço (Wooldridge, 2009).

Dois métodos comuns para estimar modelos de dados em pai-

nel são: métodos de efeitos fixos e efeitos aleatórios. Visando controlar as estimações por características das empresas não observáveis mas constantes no tempo, a regressão foi estimada com efeitos fixos de empresa. Os erros-padrão são robustos à heterocedasticidade e à autocorrelação.

## 4 Resultados

Antes de apresentar os resultados das estatísticas descritivas das variáveis do modelo econométrico, apresentamos uma análise exploratória dos dados sob diferentes perspectivas.

### 4.1 Análise exploratória de dados: desempenho econômico e tipo de remuneração

As Tabelas 1, 2, 3 e 4 demonstram o percentual de representatividade por tipo de remuneração (pagamento em ações, bônus, remuneração fixa e outros, que inclui outras remunerações variáveis) paga aos diretores executivos. Optou-se por apresentar somente as dez empresas com o maior percentual de representatividade por tipo de remuneração. Também é apresentado o indica-



dor ROA médio anual do período da análise e, considerando a amostra de 87 empresas, qual é a posição da empresa em um *ranking* pelo indicador ROA. Há ainda uma coluna que destaca o segmento de listagem de governança na B3.

Os resultados da Tabela 1 mostram que três empresas (Ambev, Gerdaul e B3) remuneraram seus diretores com mais de 50% em forma de ações. Das dez empresas listadas na Tabela 1, apenas duas (Ambev e Lojas Renner) apresentaram o melhor desempenho econômico, medido pelo ROA, dentro de um primeiro quartil do ranking ROA (na posição de número 4 e 11, respectivamente) de toda a amostra. Destaca-se o fato de a empresa Ambev, que paga 60% aos seus diretores com ações, pertencer ao nível tradicional de governança da B3 – isto é, não possui as maiores exigências em governança requisitadas nos Níveis 1, 2 e no Novo Mercado. A maior parte do rendimento do executivo é pago na forma de ações, o que mostra que há um incentivo para o executivo se esforçar em obter o máximo desempenho econômico e financeiro da empresa junto ao mercado de capitais, de forma que as ações da empresa estejam sempre valorizadas.

A Tabela 2 apresenta as dez empresas que mais pagaram a remuneração a seus diretores na forma de bônus. Mais de 50% dos salários dos executivos dessas dez empresas foram pagas por meio de bônus. Contudo, apenas quatro empresas (Hapvida, Itausa, IRB e CCR) apresentaram desempenho econômico (medido pelo ROA) dentro de um primeiro quartil do ranking ROA (na posição de número 2, 10, 14 e 19, respectivamente) de toda a amostra. Decerto, outros indicadores de desempenho econômico garantiram aos executivos um pagamento preponderantemente na forma de bônus.

Além de ações e bônus, há outras explicações para pagamentos aos executivos em forma de remuneração variável, como comissões, benefícios diretos e indiretos, participação em comitês e reuniões (informações obtidas no documento FRE das empresas).

**Tabela 1 – Representatividade percentual da forma de remuneração baseada em ações**

Representação	Empresa	Nível de governança	ROA médio anual	Ranking ROA
60%	AMBEV S.A.	Tradicional	16,8%	4
58%	GERDAUL AS	Nível 1	3,3%	69
51%	B3 S.A.	Novo Mercado	5,7%	52
47%	ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	Nível 1	3,1%	70
46%	LOJAS RENNER S.A.	Novo Mercado	12,6%	11
46%	CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.	Novo Mercado	8,5%	23
41%	AZUL S.A.	Nível 2	1,2%	82
40%	AMERICANAS S.A.	Novo Mercado	2,8%	74
40%	ENEVA S.A.	Novo Mercado	0,6%	84
36%	QUALICORP S.A.	Novo Mercado	7,1%	39

**Tabela 2 – Representatividade percentual da remuneração paga na forma de bônus**

Representação	Empresa	Nível de governança	ROA médio anual	Ranking ROA
65%	CIA SIDERURGICA NACIONAL	Tradicional	7,3%	36
62%	BRASKEM S.A.	Nível 1	4,8%	58
59%	HAPVIDA	Novo Mercado	23,0%	2
59%	CCR S.A.	Novo Mercado	10,0%	19
58%	EQUATORIAL ENERGIA S/A	Novo Mercado	7,6%	32
54%	BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	Novo Mercado	5,1%	55
54%	ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOG. S.A.	Novo Mercado	8,3%	24
54%	ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.	Nível 1	12,9%	10
52%	IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Novo Mercado	12,1%	14
51%	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Tradicional	2,6%	75

**Tabela 3 – Representatividade percentual da forma de outras remunerações variáveis**

Representação	Empresa	Nível de governança	ROA médio anual	Ranking ROA
53%	BANCO BRADESCO S.A.	Nível 1	2,4%	78
42%	BRADSPAR S/A	Nível 1	6,1%	49
41%	CIA ENERG MINAS GERAIS – CEMIG	Nível 1	9,1%	21
38%	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.	Nível 1	1,8%	80
37%	VALE S.A.	Novo Mercado	4,9%	56
29%	BRF S.A.	Novo Mercado	4,0%	65
26%	VIBRA ENERGIA S.A.	Novo Mercado	8,1%	26
25%	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	Tradicional	7,6%	33
25%	3R PETROLEUM OLEO E GAS S.A.	Novo Mercado	-5,2%	86
25%	PETRO RIO S.A.	Novo Mercado	-8,6%	87

“Os resultados da Tabela 1 mostram que três empresas (Ambev, Gerdau e B3) remuneraram seus diretores com mais de 50% em forma de ações. Das dez empresas listadas na Tabela 1, apenas duas (Ambev e Lojas Renner) apresentaram o melhor desempenho econômico.”

A Tabela 3 consolida essas outras remunerações variáveis das dez empresas da amostra que mais se utilizaram desse recurso.

Observa-se, na Tabela 3, que apenas a empresa Bradesco pagou, nos últimos dez anos, a maior parte da forma de remuneração aos executivos (53%) devido a outros fatores variáveis (comissões, benefícios, etc). Apenas uma empresa, a Cemig, destaca-se pelo fato de pertencer ao primeiro quartil do ranking ROA (na posição de número 21) de toda a amostra.

Por fim, a Tabela 4 apresenta as empresas que mais pagam seus executivos preponderantemente na forma de remuneração fixa.

A empresa Meliuz possui dados somente dos últimos três anos do período da amostra (2017, 2018 e 2019) e pagou seus diretores apenas na forma de remuneração fixa. Observa-se também que a Meliuz e a empresa Grupo de Moda Soma são as únicas entre as dez da lista que integram o primeiro quartil do ranking ROA (na posição de número 5 e 12, respectivamente) de toda a amostra. Isso evidencia que, mesmo trazendo bom desempenho econômico para a empresa, os respectivos diretores foram prevalentemente pagos na forma de remuneração fixa.

Representação	Empresa	Nível de governança	ROA médio anual	Ranking ROA
100%	MÉLIUZ S.A.	Novo Mercado	15,1%	5
98%	BANCO PAN S.A.	Nível 1	5,8%	51
84%	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	Nível 2	6,1%	48
83%	GRUPO DE MODA SOMA S.A.	Novo Mercado	12,3%	12
82%	BANCO BTG PACTUAL S.A.	Nível 2	6,0%	50
80%	BANCO INTER S.A.	Nível 2	1,2%	81
77%	MINERVA S/A	Novo Mercado	4,4%	62
75%	3R PETROLEUM OLEO E GAS S.A.	Novo Mercado	-5,2%	86
72%	COMPANHIA DE LOCACAO DAS AMERICAS S.A.	Novo Mercado	8,1%	25
70%	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	Novo Mercado	2,9%	73

#### 4.2 Análise exploratória de dados: remuneração executiva e salários de funcionários

Com base na DVA das empresas e as informações de quantidade de funcionários divulgados em seus relatórios anuais ou de sustentabilidade, é possível comparar a remuneração média dos funcionários com a remuneração média paga aos executivos, aqui considerados os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Considerando apenas o último ano da amostra desta pesquisa (2019), a Tabela 5 apresenta o quanto, percentualmente, representou a remuneração total dos seus executivos sobre o salário total pago aos funcionários da empresa.





A Tabela 5 lista apenas as empresas cujo percentual da remuneração paga aos executivos no ano de 2019 foi superior à média (6,4%). Assim, analisaram-se 15 empresas do total de 80, uma vez que não havia dados completos para 7 empresas da amostra inicial. Observa-se que há muitas empresas de investimentos (geralmente com a palavra “Participações” na razão social), as quais, por características dessa atividade, não possuem quantidade elevada de funcionários, quando comparadas a outros setores. A mediana das empresas da amostra da pesquisa indica que a relação percentual da remuneração dos executivos sobre os salários dos funcionários é 2,9%.

Já a Tabela 6 utiliza a remuneração total (fixa, variável, bônus e em ações) paga somente aos diretores executivos em 2019, último ano da amostra da pesquisa, e mostra a equivalência entre a remuneração *per capita* de diretores e o salário *per capita* de funcionários (usando o valor divulgado na DVA – linha salários e a quantidade de funcionários da empresa).

Vale ressaltar que a Tabela 6 apresenta somente as empresas da amostra que pagaram aos diretores acima de 100 vezes o salário *per capita* de funcionários no ano de 2019. A primeira empresa da lista é a Multiplan Empreendimentos Imobiliários, do setor de construção civil, com mais de 8.500 funcionários e cujos diretores receberam uma remuneração 700 vezes maior que o salário per capita da empresa.

Reportagem publicada em fevereiro de 2023 em veículo de grande circulação (Marques; Bertão, 2023) argumenta que a disparidade muito expressiva entre o topo e a base pode gerar problemas às empresas. A justificativa é que tal desigualdade pode resultar em uma gestão que se volta apenas para o curto prazo; ademais, a discrepância de salários desmotiva e pode aumentar a rotatividade dos funcionários.

Tabela 5 – Relação percentual da remuneração executiva versus salário dos funcionários

Empresa acima da média entre remunerações	% da Remuneração executiva/ DVA-linha Pessoal	Quantidade de funcionários
Bradespar S.A.	98,9%	350
Petro Rio S.A.	39,4%	82
Multiplan Empreendimentos Imobiliarios S.A.	32,1%	8.675
EZTEC Empreendimentos e Participacoes S.A.	21,1%	255
BR Malls Participacoes S.A.	17,6%	516
B3 S.A. Brasil Bolsa Balcao	16,1%	2.162
Eneva S.A.	15,5%	2.562
IRB Brasil Resseguros S.A.	11,5%	385
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	10,0%	1.988
Transmissora Alianca de Energia Eletrica S.A.	9,9%	550
3R Petroleum Oleo e Gas S.A.	9,8%	407
BB Seguridade Participacoes S.A.	8,8%	161
Americanas S.A.	7,6%	18.772
Localiza Rent a Car S.A.	7,4%	9.319
Locaweb Servicos De Internet S.A.	6,6%	3.001
Média da amostra	6,4%	
Mediana da amostra	2,9%	

Tabela 6 – Diferença entre a remuneração da diretoria executiva e o salário dos funcionários

Empresa	Diferença entre remuneração	Quantidade de diretores	Quantidade de funcionários
Multiplan Empreendimentos Imobiliarios S.A.	700	5,67	8.675
Itausa S.A.	509	5	120.500
Magazine Luiza S.A.	325	5	38.614
Companhia Brasileira de Distribuicao S.A.	290	4,67	105.000
Cosan S.A.	251	3	27.846
Hapvida Participacoes e Investimentos S.A.	191	5	37.000
Sendas Distribuidora S.A.	187	4	40.712
BRF S.A.	174	8	94.719
Suzano S.A.	169	8	36.000
Atacadao S.A.	168	4	86.592
Americanas S.A.	166	9	18.772
Alpargatas S.A.	126	4,58	12.850
Raia Drogasil S.A.	112	7	38.980
Vale S.A.	108	6,91	70.710
Rumo S.A.	104	5	11.700
Cogna Educacao S.A.	101	5	28.812

### 4.3 Análise exploratória de dados: remuneração executiva e escore ASG

Ao considerar os fatores ASG obtidos da base de dados *Eikon*, da empresa *Refinitiv*®, a amostra foi reduzida para 73 empresas, já que não havia dados ASG para 16 empresas da inicialmente selecionadas. Também reduzimos o período da análise para três anos, utilizando os escores de ASG (medidas de 0 a 100) dos anos de 2017 a 2019, devido a dados faltantes em empresas antes desse período. Considerando a divisão de quartis do indicador ROA das empresas da amostra, a Tabela 7 demonstra a média da nota ASG dentro desses quartis.

Os resultados da Tabela 7 mostram que as notas de ASG estão bem distribuídas, ao considerar o indicador ROA. Esse dado indica que tanto as empresas do 1º quartil (maiores índices do ROA) quanto aquelas do 4º quartil (empresas com menores índices ROA) possuem notas ASG acima de 50% (escores de 55,02 e 56,42, respectivamente).

Já ao comparar a distribuição das empresas entre o escore ASG do período em análise (2017-2019) com as faixas de remuneração na forma de bônus e ações, não se observa uniformidade, como demonstrado na Tabela 8.

Embora a maioria das empresas (39 de 74) utilize, preponderantemente, a forma de remuneração executiva em bônus e ações, os resultados indicam que a maioria das empresas com melhores pontuações de ASG não paga na forma de bônus e ações (apenas 7 no 1º quartil), prevalecendo o tipo de remuneração fixa. Ainda na Tabela 8, observa-se que os dois primeiros quartis de ASG (escores acima de 56%) têm 16 empresas (40% das 39) que pagam a maior parte da remuneração na forma de bônus e ações. Diferentemente, os dois últimos quartis de ASG (escores entre 13% e 55%) pos-



Tabela 7 – Escore ASG médio das empresas nos quartis da amostra

	1º quartil do ROA	2º quartil do ROA	3º quartil do ROA	4º quartil do ROA
Escore ASG médio das empresas	55,02	51,14	51,15	56,42

Tabela 8 – Quantidade de empresas distribuídas por tipo de remuneração e % de ASG(\*)

ASG:	1º quartil	2º quartil	3º quartil	4º quartil	Total
Remuneração (Bônus + Ações)					
Acima de 90%	1	0	0	0	1
Entre 80 e 89%	0	0	1	0	1
Entre 70 e 79%	2	1	3	4	10
Entre 60 e 69%	2	3	5	0	10
Entre 50 e 59%	2	5	6	4	17
Subtotal	7	9	15	8	39
Abaixo de 49%	11	10	4	10	35
Total	18	19	19	18	74

(\*) Escore do ASG anual médio das empresas de três anos da análise (2017-2019)

Tabela 9 – Estatística descritiva

Variável	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
ASG	55,864	59,38	5,220	92,270	20,351
ROA	7,1955	6,98	-30,41	60,660	7,0697
MCAP	22,901	23,445	13,732	26,699	2,6322
SIZE	22,740	22,971	16,428	26,581	1,8818
REM	16,925	17,017	12,612	20,838	1,1693

suem 23 empresas (60%) que pagam a maior parte da remuneração na forma de bônus e ações.

Isso demonstra que empresas com melhores escores ASG não são aquelas cuja forma de remuneração executiva seja em bônus e ações.

### 4.4 Estatísticas descritivas

São apresentados, na Tabela 9, os resultados das estatísticas descritivas das variáveis selecionadas para a regressão do modelo econométrico da pesquisa. Ressalta-

-se que a amostra foi reduzida de 89 para 73 empresas, uma vez que não havia dados ASG para 16 delas e que a análise compreende somente os três últimos anos examinados (2017, 2018 e 2019), devido à ausência de dados ASG dessas empresas no período anterior. O trabalho de Degenhart *et al.* (2022), embora tenha utilizado seis anos na amostra, também ficou reduzido para 73 empresas quando executado o modelo de regressão (436 observações ao longo de 6 anos, resultando em 73 empresas por ano).

A Tabela 10 mostra a matriz de correlação entre as variáveis do modelo econométrico. Observa-se que, embora a correlação entre as variáveis ASG e de remuneração executiva (REM) seja positiva, o mesmo não ocorre entre as variáveis ASG e ROA (negativo nesse caso).

#### 4.5 Regressão com dados em painel

A Tabela 11 apresenta o resultado da regressão do modelo econométrico proposto para a pesquisa. Observa-se que nenhuma das variáveis do modelo apresentou significância estatística.

Outros quatro modelos de regressão foram utilizados. Cada um deles identifica, como variável dependente, as quatro formas de remuneração aos executivos: ações, bônus, fixa e outras. Todos mantiveram resultados semelhantes ao da Tabela 11, sem significância estatística entre a variável dependente e a variável ASG analisada, razão pela qual não foram disponibilizados neste estudo. Assim sendo, embora todos os modelos tenham demonstrado a associação positiva entre as variáveis, não houve significância estatística entre elas. Com isso, não foi possível encontrar evidências que suportam a hipótese da pesquisa.

Esse resultado corrobora em parte o estudo de Degenhart *et al.* (2022) com empresas brasileiras. Isso porque, quando os autores utilizaram, no modelo econométrico, o teste de diferenciação entre empresas familiares e não familiares, no que tange ao escore ASG, também não houve significância estatística. Porém, ao utilizar somente a variável de remuneração a curto prazo, identificou-se uma relação com o ASG, negativa e estatisticamente significativa. Conclui-se, portanto, que os CEOs podem estar se envolvendo em atividades que priorizem interesses próprios, em detrimento do principal, e negligenciando atividades sustentáveis.

Tabela 10 – Matriz de correlação

	ASG	ROA	MCAP	SIZE	REM
ASG	1				
ROA	-0,2580***	1			
MCAP	0,2611***	0,1246	1		
SIZE	0,5236***	-0,0753**	0,5692***	1	
REM	0,3604***	-0,1161*	0,2766***	0,5405***	1

Nota: \*\*\* p < 0.01; \*\* p < 0.05; \* p < 0.1

Tabela 11 – Resultado da regressão com dados em painel

Variável Dependente: REMUNERAÇÃO	
Const	16,4396*** (3,5051)
ASG	0,00698 (0,00710)
ROA	0,01712 (0,01191)
MCAP	0,18536 (0,11457)
SIZE	-0,17782 (0,123436)
N[#Firmas]	73
N[#Obs]	201
R2	5,70%
F test	1,87691***
Durbin-Watson	2,365866

Nota: \*\*\* p < 0.01; \*\* p < 0.05; \* p < 0.1

No mercado internacional, há várias iniciativas que pressionam a inclusão do desempenho ASG das empresas na remuneração dos executivos. A empresa alemã de investimentos AllianzGI divulgou, em fevereiro de 2022, que votaria contra os diretores de empresas europeias de grande porte que não integrassem as métricas de desempenho ASG nas políticas de remuneração dos executivos (Klasa, 2022).

O relatório "2022 ESG + Incentives Report Open in a new tab", elaborado pela firma de consultoria Semler Brossy, mostrou que 70% das empresas do índice S&P 500 já possuem métricas ASG e de gerenciamento do capital humano em seu programa de incentivos à remuneração executiva. Identifi-

cou-se um aumento de 23% em relação ao ano de 2021.

Esse fenômeno é comprovado nos estudos acadêmicos internacionais. Flammer *et al.* (2019), utilizando na amostra as empresas do S&P 500 durante um período de 10 anos, de 2004 a 2013, encontrou evidências empíricas de que o compromisso com métricas de responsabilidade social corporativa (RSC) dos executivos tem um efeito positivo no valor da empresa e no desempenho social. Da mesma forma, fundamentados em uma amostra das empresas do mesmo índice S&P 500 em 2013, Hong *et al.* (2016) também identificaram que conectar a remuneração dos executivos com a RSC tem um efeito positivo no desempenho social da empresa.



Em análise a uma amostra composta de 77 empresas canadenses, Mahoney *et al.* (2006) concluíram que a importância da estrutura de remuneração dos executivos no incentivo a ações socialmente responsáveis pode ser uma ferramenta eficaz para alinhar o bem-estar dos executivos com o “bem comum”, o que resulta em empresas mais socialmente responsáveis.

Os resultados do presente estudo contrariam pesquisas que utilizam empresas internacionais na amostra, evidenciando que empresas brasileiras estão distantes desse assunto, quando se refere à incorporação do desempenho ASG na remuneração dos executivos.

## 5 Considerações Finais

A Resolução CVM n.º 59, de 2021, que obriga as empresas a divulgar, no documento FRE, aspectos de informações ASG na composição da remuneração dos administradores. Nesse contexto, o presente estudo objetivou identificar se, antes dessa resolução, as práticas ASG das empresas brasileiras têm relação com a remuneração dos seus executivos. Para tanto, analisaram-se informações de 2010 a 2019, sobre a remuneração executiva e o desempenho econômico e ASG das empresas integrantes do Ibovespa na B3.

Adicionalmente, realizou-se uma análise da composição da remuneração executiva nas suas quatro formas de pagamento: ações, bônus, salário fixo e outras formas variáveis de remuneração. Também se comparou a remuneração executiva com os valores pagos aos funcionários, utilizando os valores divulgados na DVA.

Os resultados apontam que, nos dez anos analisados, três empresas (Ambev, Gerdau e B3) remuneraram seus diretores com mais de 50% em forma de ações. Todavia, não necessariamente as empresas do Iboves-

pa tiveram melhor desempenho econômico medido pelo indicador ROA – à exceção da empresa Ambev, que ocupa a quarta posição nesse indicador, no ranking formado pelas 87 empresas da amostra. Desse total, dez empresas utilizaram como principal forma de remuneração (acima de 50%) o valor em bônus aos executivos. Apenas o Banco Bradesco utilizou-se de outras formas de remuneração variável como preponderante (acima de 50%) na remuneração de seus executivos no período da análise.

Também foi identificada a disparidade entre a remuneração paga aos executivos e aos funcionários. Considerando apenas o último ano da amostra (2019), constatou-se que dezesseis empresas (18%) da amostra remuneram acima de 100 vezes mais os seus executivos (diretoria) em relação ao funcionários.

No que se refere ao desempenho ASG e ao desempenho econômico medido pelo indicador ROA, observou-se uma distribuição homogênea no score ASG entre os quartis do indicador ROA das empresas. O score médio ASG das empresas, considerando os três últimos anos da análise, foi de 55,86 (em uma escala de 0 a 100).

Por meio de uma regressão com dados em painel, utilizando como variável dependente a remuneração executiva e, entre as variáveis explicativas, o score ASG da firma e o indicador ROA, não foi encontrada significância estatística no modelo econométrico proposto, diferentemente do que apontam estudos internacionais.

Os resultados deste estudo, que analisa as empresas que integram o Ibovespa, sugerem que as empresas brasileiras não incorporam o desempenho ASG na remuneração executiva. Com base nos

resultados desta pesquisa, conclui-se que, desde 2004, quando surgiu pela primeira vez o conceito ESG no mercado financeiro mundial, no documento *Who Cares Win*, do Pacto Global da ONU, as empresas brasileiras estão distantes desse assunto, quando se refere à incorporação do desempenho ASG na remuneração dos executivos. Logo, a resolução da CVM poderá acelerar esse processo, ao impelir as empresas brasileiras a corrigirem essa lacuna identificada empiricamente.

Este estudo possui limitações, visto que, apesar do uso de uma amostra desbalanceada, o número de empresas brasileiras com pontuações ASG ainda é restrito. Para pesquisas futuras, sugere-se o uso de outras métricas de desempenho, tanto pela contabilidade quanto pelo desempenho de mercado, mensuradas pelo Q de Tobin e lucro por ação, por exemplo. Ademais, é necessário analisar se, após a Resolução CVM n.º 59, de 2021, com a inclusão de informações ASG na composição da remuneração executiva, houve mudança no desempenho das empresas.

Como contribuição, os achados desta pesquisa, principalmente os que tangem às formas de remuneração executiva, reforçam a literatura sobre mecanismos de controle que tendem a minimizar os conflitos de agência nas organizações. O presente estudo contribui, ainda, para o incentivo, por meio de remuneração executiva, da incorporação de métricas ASG, beneficiando não somente executivos, mas também, consequentemente, outros *stakeholders*, como sociedade e meio ambiente.



## Referências

- ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. Sistemas de controle gerencial. AMGH Editora, 2008.
- 
- BOZZA, R. Desafios de implantar ESG na remuneração dos executivos. Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Revista RI, 265, outubro/2022.
- 
- DE OLIVEIRA, R. M.; PIMENTA, D. P.; FERREIRA, M. P.; RIBEIRO, A. M. Análise da aquisição corporativa na remuneração de executivos: um estudo entre empresas brasileiras familiares e não familiares. Enfoque: Reflexão Contábil, 41(1), 131-146, 2022.
- 
- DEGENHART, L., PICCININ, Y. G.; GRODT, J. A. D. S. Remuneração dos Executivos, ESG (Environmental, Social and Governance) e Desempenho de Empresas brasileiras Familiares e não Familiares. 22º USP International Conference in Accounting, 27-29/jul/2022.
- 
- ERMEL, M.; DO MONTE, P. A. Controle Acionário, Remuneração de Executivos e Desempenho Empresarial: evidências para o mercado brasileiro (Shareholder Control, Firm Performance and Executive Compensation: Evidence from Brazilian Market). Brazilian Review of Finance, 16(3), 455-491, 2018.
- 
- FERNANDES, F. C.; MAZZIONI, S. A correlação entre a remuneração dos executivos e o desempenho de empresas brasileiras do setor financeiro. Contabilidade Vista & Revista, 26(2), 41-64, 2015.
- 
- FLAMMER, C.; HONG, B.; MINOR, D. Corporate governance and the rise of integrating corporate social responsibility criteria in executive compensation: Effectiveness and implications for firm outcomes. Strategic Management Journal, 40(7), 1097-1122, 2019.
- 
- FREITAS, M. R. D. O.; PEREIRA, G.; VASCONCELOS, A. C. D.; LUCA, M. Concentração acionária, conselho de administração e remuneração de executivos. Revista de Administração de Empresas, 60, 322-335, 2020.
- 
- FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R. D.; JUNQUEIRA, E. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. Atlas, 2009.
- 
- HONG, B., LI, Z.; MINOR, D. Corporate governance and executive compensation for corporate social responsibility. Journal of Business Ethics, 136(1), 199-213, 2016.
- 
- KIERNAN, P. (2016). Samarco warned of problems at dam, engineer says. Wall Str. J. Jan. 17, 2016. Disponível em: <http://on.wsj.com/1Q7D2AK>.
- 
- KLASSA, A. AllianzGI to vote against European companies that fail to link pay to ESG. Financial Times, 22/fevereiro/2022.
- 
- KRAUTER, E. Remuneração de executivos e desempenho financeiro: um estudo com empresas brasileiras. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 7(3), 2013.
- 
- MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Política de remuneração de executivos: um estudo em empresas industriais brasileiras, estadunidenses e inglesas. Gestão & Regionalidade, 31, (92), 2015.
- 
- MAHONEY, L. S.; THORN, L. An examination of the structure of executive compensation and corporate social responsibility: A Canadian investigation. Journal of Business Ethics, 69, 149-162, 2006.
- 
- MARQUES, C.; BERTÃO, N. Remuneração muito desigual entre topo e a base pode gerar problemas para empresas. Valor – Práticas ESG. São Paulo, 15/fevereiro/2023.
- 
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of Financial Economics, 3(4), 305-360, 1976".
- 
- PERLIN, M. Annual Financial Reports from the DFP System. Harvard Dataverse, 2020. <https://doi.org/10.7910/DVN/7VVX4J>

PRATES, J. C. R.; PORTO, W. S.; DE FREITAS, M. A. L.; DOS ANJOS, L. C. M. Reações do mercado acionário frente à regulação da remuneração dos executivos: Uma investigação sobre o setor bancário nacional e internacional listado na B3. Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext, 16(3), 252-270, 2021.

SANTOS, T. R.; SILVA, J. O. Remuneração de executivos: uma análise dos artigos nacionais e internacionais na última década. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, 7(2), 265-283, 2017.

SANTOS, T. R.; SILVA, J. O. Desempenho econômico e financeiro e remuneração de executivos em empresas brasileiras familiares e não familiares dos segmentos cíclico e não cíclico. Revista Universo Contábil, 15(4), 07-30, 2020.

SILVEIRA, A. D. M. D. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. 2ª ed. Campus, 2015.

WOOLDRIDGE, J. Introductory econometrics: a modern approach. South-Western, Cengage Learning, 2009.





# A evidenciação ambiental como instrumento de legitimação social das empresas do setor de papel e celulose listadas na B3

**E**ste estudo examinou de que forma as empresas do segmento de papel e celulose listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) utilizam a evidenciação ambiental como instrumento de legitimação social. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se um estudo descritivo, documental e qualitativo. A partir da análise de relatórios de sustentabilidade de empresas do setor de papel e celulose, concluiu-se que o compartilhamento de informações ambientais esteve associado, sobretudo, ao objetivo de ganhar legitimidade, o que pode indicar que as empresas do setor analisado consideram importante o reconhecimento e a aceitação social em decorrência dos impactos ambientais causados. Entre as ações mais comuns para ganhar a legitimidade, destacam-se: (i) demonstrar sucesso; (ii) responder às necessidades; (iii) popularizar novos modelos; (iv) definir metas; e (v) produzir resultados adequados. A presente pesquisa contribui tanto para a teoria quanto para a prática contábil, ao examinar o uso de relatórios de sustentabilidade como mecanismos de promoção da legitimidade. Além disso, ela oferece *insights* para *stakeholders*, pesquisadores e sociedade em geral, ao identificar estratégias e mecanismos utilizados pelas empresas de papel e celulose na divulgação ambiental para legitimar os impactos ambientais de suas atuações.

## Nathalia Ferreira de Oliveira

É bacharela de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
E-mail: nathaliaferreira366@hotmail.com

## Samuel de Oliveira Durso

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é mestre em Controladoria e Contabilidade pela UFMG, doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Educação pela UFMG.  
E-mail: sodurso@gmail.com

## Leonardo Augusto Silva Oliveira

Bacharel em Ciências Contábeis pela Associação Nacional Dom Bosco, é mestre em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Controladoria e Contabilidade na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
E-mail: leosilvaoliveira@hotmail.com

## Ana Clara Fonseca Amaral

Bacharela em Administração pela Faculdades Integradas Pitágoras e em Ciências Contábeis pela Faculdade Nova Serrana, é mestra em Ciências Contábeis pela Fucape e doutoranda em Controladoria e Contabilidade na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
E-mail: anaclara86fonseca@gmail.com

## 1 Introdução

A divulgação de informações pelas organizações tem como objetivo auxiliar na tomada de decisão de seus usuários (Oliveira *et al.*, 2014), sejam eles internos ou externos. Em conjunto, esses grupos são denominados de *stakeholders* (Silva; Francisco, 2023). Entre as informações divulgadas pelas organizações, existem aquelas de caráter ambiental. De acordo com Bomfim, Teixeira e Monte (2015), a sociedade em geral se interessa cada vez mais por questões ambientais e pelo impacto que as grandes organizações geram no meio ambiente, mediante suas atividades. Diante dessa conjuntura, as empresas se preocupam com as práticas ambientais e buscam legitimar suas ações diante de seus *stakeholders*.

Nesse contexto, a habilidade das organizações em aderir aos valores predominantes no ambiente em que operam é fundamental para o seu sucesso e a sua continuidade (Dias Filho, 2007). Assim sendo, espera-se que as organizações se esforcem para serem vistas como entidades que operam em conformidade com as expectativas dos diversos agentes com quem se relacionam. No cenário internacional, diante da ampla necessidade de se estabelecer padrões globais de divulgação relacionada à sustentabilidade, em decorrência de uma demanda crescente dessas informações pelos investidores e credores, anunciou-se a criação do International Sustainability Standards Board (ISSB), com o intuito de criar uma referência global abrangente de divulgações de sustentabilidade para os mercados financeiros (IFRS Foundation, 2023).

No Brasil, de modo geral, a divulgação de informações ambientais ainda não é obrigatória. Apesar disso, alguns marcos têm transformado o mercado financeiro, ao adicionar tratativas sobre o tema. Em 2020,

por exemplo, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou o Comunicado Técnico Geral (CTG) 09 – Relato Integrado, que busca padronizar a divulgação de informações financeiras e não financeiras, estabelecendo uma referência de metodologia para a integração dos relatórios organizacionais (CFC, 2020). Adicionalmente, em 2023, por meio da Resolução n.º 193, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) torna obrigatório, a partir de 2026, às empresas de capital aberto no país o uso do padrão de sustentabilidade emitido pelo recém-criado ISSB (CVM, 2023).

A falta de padronização e obrigatoriedade de divulgação de informações ambientais pode fazer com que as entidades adotem estratégias para legitimar a sua atuação no mercado (Silva; Francisco, 2023; Suchman, 1995). Nesse contexto, um segmento relevante para o estudo da divulgação de informações ambientais é o de papel e celulose, tendo em vista que a fabricação desses produtos, de acordo com Cruz Filho (2017), afeta o meio ambiente consideravelmente. Isso ocorre devido às descargas de poluentes na atmosfera e em corpos líquidos, como dióxido e trióxido de enxofre, que geram poluentes líquidos tóxicos que aceleram a corrosão e modificam a vida biológica. O processo também gera resíduos de reagentes químicos auxiliares. Além disso, os efluentes utilizados nas indústrias de papel e celulose contêm sólidos suspensos que, ao sedimentarem-se em áreas de descarte, trazem inúmeros danos ao ecossistema. Para empresas com essa natureza poluidora, as ações de legitimidade podem ser utilizadas como um mecanismo de redução das pressões sociais (Machado; Murcia; Machado, 2009).

Assim, tendo em vista a crescente necessidade informacional sobre as questões ambientais e as políticas adotadas pelas organizações,



bem como o interesse das empresas brasileiras em fornecer essas informações para assegurar a legitimidade social, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: **Como as empresas do segmento de papel e celulose listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) utilizam a evidência ambiental como instrumento de legitimação social?** O objetivo deste estudo é, portanto, examinar como as empresas do segmento de papel e celulose listadas na B3 utilizam a evidência ambiental como instrumento de legitimação social.

A justificativa para o estudo baseia-se no interesse em saber como as empresas do setor de papel e celulose listadas na B3 utilizam a evidência ambiental como forma de legitimação social, na perspectiva adotada por Suchman (1995). Dessa forma, esta investigação poderá auxiliar os pesquisadores e a sociedade a identificar e compreender quais são as estratégias utilizadas por empresas do setor de papel e celulose para ganhar, manter ou recuperar a legitimidade, e por analogia, reconhecê-la em outros setores. Além disso, a demanda crescente da sociedade para as organizações quanto à prestação de contas (*accountability*) relacionada a informações ambientais também motiva a divulgação dessas informações voluntariamente, tendo em vista as exigências existentes, até o presente momento, no mercado nacional. Assim, a pesquisa do tema no cenário brasileiro se justifica diante do caráter voluntário da divulgação nesse mercado, ao complementar os estudos realizados anteriormente sobre o tema e servir de comparativo com os resultados obtidos.

“Suchman (1995) define legitimidade como uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições.”

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Teoria da Legitimidade

Suchman (1995) define legitimidade como uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições. Em concordância com essa definição, Dias Filho (2007) elucida que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, o qual representa um conjunto de expectativas de seus membros, sejam elas implícitas (expectativas não contempladas por lei) ou explícitas (exigências ou restrições impostas pelos mecanismos legais) a respeito da forma como as empresas devem operar.

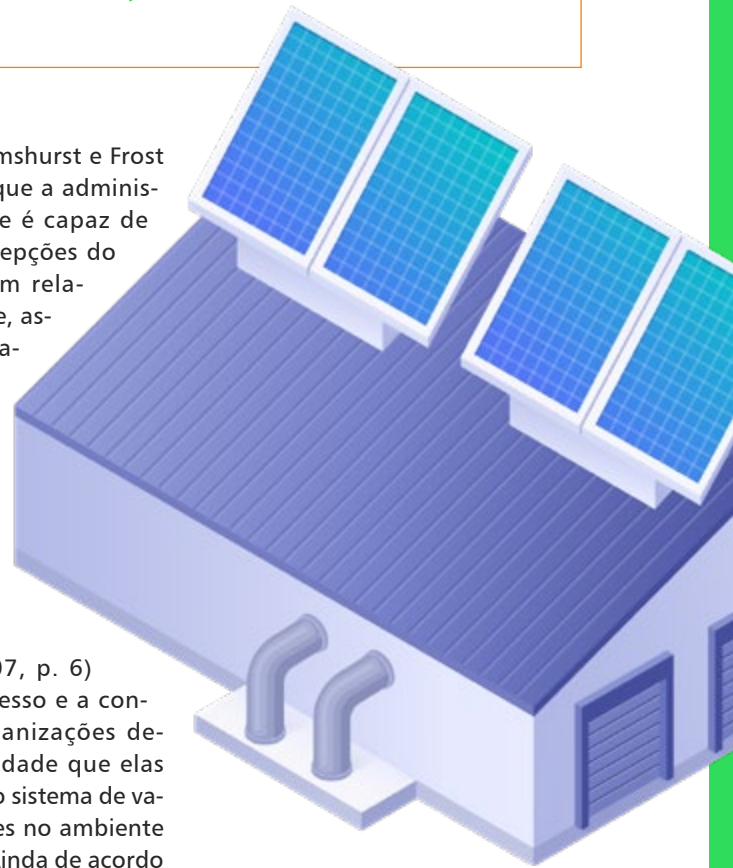
Nessa perspectiva, a Teoria da Legitimidade considera que as partes interessadas (*stakeholders*) dentro da comunidade na qual as empresas estão inseridas deliberam sobre as atividades aceitáveis; por conseguinte, espera-se que essas empresas, como membros dessa comunidade, conduzam suas atividades em observância aos limites do que é considerado aceitável (Czinkota; Kaufmman; Basile, 2014; Wilmshurst; Frost, 2000).

Nesse sentido, Wilmshurst e Frost (2000) entendem que a administração da entidade é capaz de influenciar as percepções do público externo em relação à organização e, assim, satisfazer os valores sociais da comunidade em que atua e, pelo menos, atender às normas de comportamento consideradas aceitáveis nesse contexto social.

Dias Filho (2007, p. 6) explica que “o sucesso e a continuidade das organizações dependem da capacidade que elas tenham de aderir ao sistema de valores predominantes no ambiente em que operam”. Ainda de acordo com o autor, espera-se que as entidades estejam inclinadas a se esforçar para que sejam percebidas como organizações que operam de acordo com as expectativas dos diversos agentes com os quais elas interagem, tais como: clientes, empregados, fornecedores, acionistas e órgãos de controle ambiental.

Sendo assim, a gestão da legitimidade pelas entidades, para que as atividades organizacionais sejam percebidas como desejáveis,

adequadas ou apropriadas dentro de qualquer contexto cultural, requer estratégias bem definidas, a partir das quais a organização determina as respostas a serem adotadas para certas situações (Silva; Francisco, 2023; Suchman, 1995). Assim, Suchman (1995) elenca três desafios gerais de legitimação enfrentados pelas firmas, a saber: (i) ganhar; (ii) manter; e (iii) reparar a legitimidade.



O processo de ganhar legitimidade é aplicável principalmente às entidades pioneiras que constroem novos setores e aos entrantes em setores já consolidados (Machado; Ott, 2015; Suchman, 1995). Organizações que iniciam uma nova linha de atividades, com poucos precedentes, buscam tanto aceitação para a atividade em geral quanto sua própria aceitação no mercado. Entrantes em setores já consolidados visam se adequar aos pressupostos preexistentes. Os desafios são: (a) conquistar novos consumidores e entidades leais; e (b) convencer entidades legítimas preexistentes a dar apoio (Machado, 2014).

Para ganhar legitimidade, as empresas precisam ser persuasivas e manipular suas aparências super-

ficiais, para que a organização pareça mais desejável, adequada e apropriada. Outros autores, como Mendonça e Andrade (2003), compartilham da ideia de que, mediante o gerenciamento de impressões, as empresas adotam ações para aquisição e manutenção de uma imagem organizacional legitimada. Sendo assim, no processo de gerenciamento, as organizações podem tentar controlar a impressão que os demais têm delas em relação a seus comportamentos, motivações, principalmente voltados para a criação de impressões “positivas”. Suchman (1995) afirma que a empresa deve, por meio do marketing, responder aos gostos dos clientes, investir em sua reputação em atividades relacionadas, para associar a organização a entidades respeitadas em seu ambiente e estar em conformidade com os princípios aceitos no contexto social de suas atividades.

Suchman (1995) também destaca que, mesmo após adquirir legitimidade, as organizações podem ignorar sua manutenção. Existem muitas ameaças à legitimidade, mesmo nas organizações mais seguras, como anomalias, inovações e choques externos, principalmente se ocorrem de forma rápida ou se forem deixadas sem solução por um período significativo. Para Czinkota, Kaufman e Basile (2014), desenvolver e manter a legitimidade em novos mercados é crucial para construir competências únicas que permitam a manutenção da competitividade pelas organizações.

Para Suchman (1995), a legitimidade é uma relação com o público, e não uma posse da organização. Projetos de legitimação, particularmente tentativas proativas de publicidade e popularização por parte das organizações, apesar de atraírem a aten-

ção, podem acabar prejudicando as próprias entidades. Ainda de acordo com o autor, durante os estágios iniciais de um determinado projeto de legitimação, por exemplo, os gerentes proativos já terão recrutado a maioria do público potencialmente apoiador. Alguns dos novos críticos podem tentar deslegitimar todo o setor, atacando seu membro menos institucionalizado; outros podem simplesmente se opor, devido a motivos ideológicos ou na tentativa de atrair audiência para si – e, a cada rodada vencida, mais oponentes poderão surgir. Nessa perspectiva, os gerentes raramente podem se dar ao luxo de tratar a legitimação como uma tarefa concluída (Suchman, 1995).

Quanto às estratégias para manter a legitimidade, Suchman (1995) destaca dois estágios, a saber: (a) perceber mudanças futuras; e (b) proteger conquistas passadas. Para o autor, o primeiro grupo abrange ações organizacionais que geram melhoria da capacidade de reconhecer as reações do público e prever os desafios emergentes. Isso ocorre à medida que se percebe, com antecedência, que os gerentes podem se engajar em conformidade, seleção ou manipulação preventiva, o que ajuda a manter a organização e seu ambiente em estreito alinhamento. Porém, ao ignorarem os problemas de legitimação eminentes, as entidades se encontrarão constantemente lutando para recuperar o terreno perdido.

O estágio de proteção de conquistas passadas, por sua vez, inclui reforçar a legitimidade já adquirida, por exemplo, policiando as operações internas para evitar erros e restringir os esforços de legitimação altamente visíveis em favor de técnicas mais sutis (Suchman, 1995). Sancovski e Silva (2006) defendem que os gestores corporativos divulgam informações sociais com o intuito de fortalecer





“Para Suchman (1995), a legitimidade é uma relação com o público, e não uma posse da organização. Projetos de legitimação, particularmente tentativas proativas de publicidade e popularização por parte das organizações, apesar de atraírem a atenção, podem acabar prejudicando as próprias entidades.”

sua legitimidade, ampliando-a, de forma a reduzir os riscos de uma intervenção política. O aumento da divulgação de informações sociais e ambientais ocorre, especialmente, quando há pressão pública sobre as empresas para serem ou parecerem mais responsáveis em âmbito social e ambiental.

Por fim, Suchman (1995) fala sobre a reparação ou recuperação da legitimidade – que, de certa forma, é uma tarefa parecida com a de adquirir legitimidade. Porém, o reparo da legitimidade geralmente representa uma resposta reativa a uma crise imprevista (Voltarelli, 2018). São situações em que os gerentes não perceberam o declínio no suporte cultural, até que algo acione os alarmes. Ainda na visão do autor, quando os gerentes começam a responder aos problemas, as estratégias de legitimação e as reivindicações de legitimidade familiares à organização já podem estar desacreditadas no mercado, restringindo a capacidade de resposta da administração. Sancovschi e Silva (2006) sustentam que, diante de uma ameaça real ou potencial à credibilidade de uma instituição devido a um evento negativo, os gestores podem buscar alterar a percepção daqueles externos à organização,

visando aumentar a harmonia entre as atividades da instituição e as expectativas da sociedade.

Para Beuren, Hein e Boff (2011), quando a legitimidade da entidade é comprometida devido à ocorrência de eventos ou situações indesejadas, surge a necessidade de recuperá-la. Para Suchman (1995), a crise de legitimidade pode afastar aliados de longa data, uma vez que estes podem tentar evitar o “contágio negativo” e proteger a sua própria legitimidade, ao se desassociar da organização problemática. Embora as crises de legitimidade possam abranger questões de desempenho, muitas vezes, são baseadas em falhas de significado. Ainda de acordo com o autor, o público começa a suspeitar de que resultados supostamente desejáveis indicam perigos, de que procedimentos ditos eficazes são truques, ou que estruturas verdadeiramente genuínas são de fachada. Por isso, as organizações precisam se dedicar à tarefa de consertar essa brecha na legitimidade.



## 2.2 Evidenciação ambiental voluntária

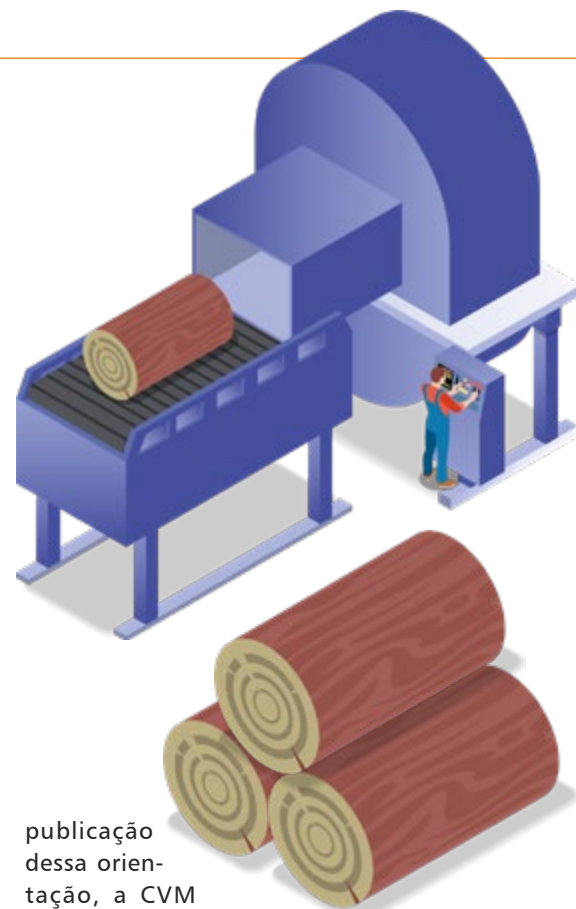
O termo *disclosure* é utilizado na contabilidade como sinônimo para divulgação e/ou evidenciação de informações, quantitativas e qualitativas, que sejam úteis aos usuários das demonstrações financeiras (Lins; Silva, 2009). De acordo com Avelino, Colauto e Cunha (2010), o principal objetivo da divulgação de informações é apoiar os usuários internos e externos da contabilidade na tomada de decisões. Os *stakeholders* têm se interessado cada vez mais pela forma como as organizações se relacionam com o ambiente no qual estão inseridas, no intuito de identificar de que forma elas consomem seus recursos e como contribuem para o seu desenvolvimento. Assim, as informações normalmente divulgadas nos demonstrativos contábeis de caráter econômico-financeiro já não são suficientes para atender a todas as necessidades dos usuários (Pires; Silveira, 2008).

Nesse contexto, tem ganhado cada vez mais importância o *disclosure* voluntário, realizado quando não há a obrigatoriedade legal de disponibilizar determinadas in-

formações, mas a empresa realiza mesmo assim, como uma forma de cumprimento ético e moral (Beuren; Hein; Boff, 2011; Silva; Francisco, 2023).

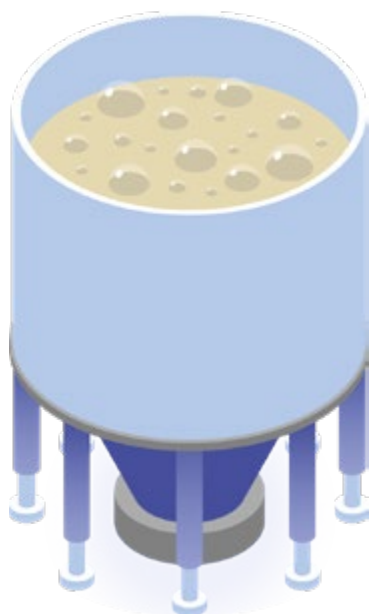
De acordo com a literatura, são diversos os fatores que influenciam as decisões das empresas quanto à divulgação voluntária de informações ambientais. Skillius e Wennberg (1998) concordam que a maioria das iniciativas voluntárias em relatórios ambientais é suscitada pela pressão de vários grupos que têm interesse direto no desempenho das empresas, tais como acionistas, bancos, comunidades, clientes corporativos, funcionários e analistas de negócios. Ao descobrir que seus concorrentes emitem relatórios ambientais, porém, a empresa pode decidir que é necessário seguir o exemplo e, então, passar a divulgá-los também, para não ficar em desvantagem competitiva (Skillius; Wennberg, 1998). Outro fator que influencia a divulgação voluntária de informações ambientais são iniciativas que despertam atenção da mídia e promovem um incentivo maior de adoção pelas empresas (Nossa, 2002). Sobre o tema, Skillius e Wennberg (1998) citam que diversos prêmios e *rankings* de relatórios ambientais instituídos por vários órgãos ambientais incentivam um maior *disclosure* da temática.

No contexto brasileiro, entre as divulgações normalmente realizadas de forma voluntária, estão as informações de cunho ambiental, visto que não há obrigatoriedade de evidenciação desse tipo de informação até o presente momento (Machado, 2014; Silva; Francisco, 2023). Alguns marcos, contudo, foram introduzidos no mercado nacional nos últimos anos. O CFC (2020), por exemplo, emitiu a OCPC 09 – Relato Integrado, que busca padronizar a divulgação de informações financeiras e não financeiras para as organizações. Após a



publicação dessa orientação, a CVM publicou a Resolução n.º 14, que obriga a entidade e s que reportam o Relato Integrado a seguirem as orientações existentes na OCPC 09 (CVM, 2020). Além disso, a partir de 2026, as empresas abertas que atuam no país deverão, obrigatoriamente, divulgar as informações de sustentabilidade, conforme padrão determinado pelo ISSB (CVM, 2023).

Ainda que, na atualidade, não recaia sobre grande parte das organizações uma exigência legal quanto à divulgação de informações de caráter ambiental, Sancovschi e Silva (2006) acreditam que a evidenciação voluntária de informações sociais e ambientais auxilia o administrador a transmitir a ideia de que sua empresa age de forma socialmente responsável e, desse modo, defende suas ideias, seus valores, suas decisões e ações. Portanto, os relatórios de sustentabilidade tornam-se uma ferramenta essencial para as organizações estabelecerem e manterem sua legitimidade (Santos *et al.*, 2024).



“Com relação à abordagem do problema, trata-se de um estudo qualitativo. De acordo com Proetti (2017, p. 2), a pesquisa qualitativa ‘não visa à quantificação, mas, sim, ao direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos.’”



Nesse contexto, a Global Reporting Initiative (GRI) representa uma organização independente que desenvolve e promove padrões de relatórios de sustentabilidade para empresas e organizações em todo o mundo. Essas diretrizes ajudam as organizações a medir, monitorar e comunicar seus impactos no meio ambiente e demonstrar sua responsabilidade, permitindo maior transparência e prestação de contas (GRI, 2023). A GRI é amplamente utilizada como referência internacional para relatórios de sustentabilidade corporativa atualmente (Roth; Durso, 2022).

Criada em 1997, a GRI estabeleceu diretrizes globalmente reconhecidas que permitem às organizações comunicarem seus impactos sociais, ambientais e econômicos de forma transparente e comparável (GRI, 2023; Silva; Francisco, 2023). Sua estrutura flexível permite adaptação a diferentes setores e contextos, bem como promove a sustentabilidade na prestação de contas e na tomada de decisões, o que a torna essencial para empresas comprometidas com a responsabilidade corporativa (GRI, 2023). É a partir da análise desses relatórios, portanto, que o objetivo desta pesquisa, de examinar como as empresas do

segmento de papel e celulose listadas na B3 utilizam a evidenciação ambiental como instrumento de legitimação social, será concretizado, indo ao encontro do que foi realizado por estudos anteriores sobre a temática (Ascari *et al.*, 2023).

### 3 Metodologia

#### 3.1 Tipo de pesquisa

Quanto aos objetivos, este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva. Na concepção de Martins e Theóphilo (2007), a pesquisa descritiva busca descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ao mesmo tempo em que busca estabelecer relações entre as variáveis e os fatos observados. Descrever, neste contexto, significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. Andrade (2002) afirma que a pesquisa descritiva se preocupa com a observação, o registro, a análise, a classificação e a interpretação dos fatos, de forma que o pesquisador não interfira neles.

Os procedimentos da pesquisa se referem à maneira pela qual o estudo é conduzido e, portanto, à forma como se obtêm os dados (Beuren, 2006). Nesse contexto, foi utilizada a coleta documental. A pesquisa documental é baseada

em materiais que ainda não receberam análise aprofundada, visando selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, de forma a extrair dela algum sentido e atribuir-lhe valor (Silva; Grigolo, 2002). A notabilidade da pesquisa documental é justificada quando se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta (Beuren, 2006).

Com relação à abordagem do problema, trata-se de um estudo qualitativo. De acordo com Proetti (2017, p. 2), a pesquisa qualitativa “não visa à quantificação, mas, sim, ao direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos”.



### 3.2 Amostra, fonte e análise dos dados

Para a realização da análise da evidenciação ambiental voluntária como instrumento de legitimação social, foram selecionadas empresas do setor de papel e celulose, devido ao seu *status* de setor potencialmente poluidor e, portanto, seu interesse em utilizar a evidenciação ambiental voluntária como forma de se apresentar legítima perante a sociedade (Cruz Filho, 2017; Murcia; Machado, 2009). As empresas do setor de papel e celulose listadas na B3, em 2022, compreendiam as seguintes entidades: Cia Melhoramentos de São Paulo (MSPA4); Klabin S.A. (KLBN4); Suzano Holding S.A. (NEMO5) e Suzano S.A. (SUZB3).

A coleta de dados teve como fonte os relatórios de sustentabilidade de 2021 de cada uma das empresas da amostra. A empresa Suzano Holding S.A. não divulgou, em seu site institucional, o relatório de sustentabilidade de 2021, o que impossibilitou a sua análise e motivou sua exclusão da pesquisa. Dessa forma, a amostra utilizada na realização deste estudo se resume às empresas: Cia Melhoramentos de São Paulo (MSPA4), Klabin S.A. (KLBN4) e Suzano S.A. (SUZB3). Em todos esses casos, as empresas declararam seguir o padrão GRI na produção de seus respectivos relatórios de sustentabilidade.

Na análise de dados, foram identificadas e extraídas manualmente as sentenças dos relatórios de sustentabilidade de 2021 que continham informações de caráter ambiental para cada uma das empresas, gerando um banco de dados em Excel. O conteúdo referente à evidenciação ambiental foi, posteriormente, sintetizado e categorizado conforme os desafios gerais de legitimação enfrentados pelas firmas de acordo com Suchman (1995), considerando as categorias relacionadas com ganhar, manter e

Tabela 1 – Proporção de cada objetivo de legitimação por empresa

Categoria de Legitimidade	Cia Melhoramentos de São Paulo		Klabin S.A.		Suzano S.A.	
	N.º de Sentenças	%	N.º de Sentenças	%	N.º de Sentenças	%
Ganhar	43	69	133	81	139	74
Manter	19	31	30	18	46	24
Recuperar	0	0	2	1	3	2
Total	62	100	165	100	188	100

Fonte: elaborado pelos autores.

recuperar a legitimidade. Para enquadrar os dados obtidos pela coleta em cada uma dessas categorias, utilizou-se como referência o Quadro 1, que descreve as principais ações que as empresas tomam para cumprir sua estratégia de legitimação e qual a ideia central dessa ação, por categoria de análise.

Após análise do relatório de sustentabilidade de cada uma das empresas, categorizaram-se, nos grupos indicados, os parágrafos que continham informações de caráter ambiental associáveis às ações descritas no Quadro 1. É importante esclarecer que esse processo de categorização foi realizado por um pesquisador e, posteriormente, validado por um segundo investigador, a fim de corrigir possíveis equívocos no processo.

## 4 Apresentação e análise dos dados

Esta seção evidencia os resultados da análise realizada nos relatórios de sustentabilidade das companhias de capital aberto no Brasil do setor de papel e celulose, no que concerne às informações ambientais divulgadas voluntariamente. Tal análise objetiva identificar quais estratégias de legitimação a empresa utilizou no relatório de 2021 e em qual categoria essas iniciativas se encaixam, em relação aos objetivos de ganhar, manter ou recuperar a legitimidade. Sendo assim, a Tabela 1 apresenta as pro-

porções de cada objetivo de legitimação, por empresa.

Como é possível notar, de uma forma geral, as empresas do setor de papel e celulose listadas na B3 compartilharam mais informações ambientais visando ganhar legitimidade. No caso da Cia de Melhoramentos de São Paulo, 69% das 62 sentenças categorizadas tiveram esse objetivo. Para a Klabin S.A., 81% das 165 sentenças analisadas tiveram o intuito de ganhar legitimidade. Por fim, para a Suzano, foi possível constatar que 74% das 188 sentenças categorizadas visaram ao ganho de legitimidade por parte da empresa. Esse resultado corrobora os achados de Machado e Ott (2015), que concluíram que as empresas tendem a utilizar evidenciação ambiental, preferencialmente, com intuito de ganhar legitimidade.



Quadro 1 – Parâmetros adotados na classificação da evidência ambiental

Categories	Ação	Ideia central da descrição no relatório
Ganhar legitimidade	Responder às necessidades	Relata o cumprimento de exigências legais ou acordos realizados, assim como a realização de ações ambientais obedecendo às necessidades sociais. Relato de investimentos em pesquisas.
	Cooptar integrantes	Associa-se a parceiros para o desenvolvimento de ações sustentáveis, como, por exemplo, empresas de reciclagem, universidades, comunidade, etc.
	Construir reputação	Relata sua forte reputação em atividades correlatas, assim como a declaração de valores investidos em projetos ambientais; realiza ações de sensibilização social às questões relacionadas à preservação do meio ambiente.
	Localizar público amigável	Identifica locais/regiões para receber ações ambientais.
	Recrutar cooperadores amigáveis	Seleciona parceiros para desenvolver ações sustentáveis.
	Anunciar produto	Relata que o produto é sustentável.
	Anunciar imagem	Relata que a empresa é sustentável, preocupada com questões ambientais.
	Produzir resultados adequados	Relata os resultados de ações que buscam a redução dos impactos ambientais, contribuindo para a preservação do meio ambiente. Ex.: redução no consumo de água.
	Incorporar-se a instituições	Relata a participação em grupos de pesquisa, fundações, conselhos junto a outras instituições.
	Oferecer demonstrações simbólicas	Relata “buscar” aprimorar processos, melhorar a eficiência sustentável, realizar diversas ações ambientais, porém sem especificá-las.
	Definir metas	Relato de metas sustentáveis.
	Demonstrar sucesso	Relata o sucesso no alcance de resultados das ações ambientais, como, por exemplo, o plantio de grande quantidade de mudas de plantas.
	Fazer adeptos	Destaca as vantagens de ações ambientais, programas/projetos.
	Reproduzir normas	Relata que observa os padrões legais e normativos do setor no desenvolvimento de suas operações.
	Formalizar operações	Relata a adoção de modelos/projetos/ações sustentáveis já legitimados.
	Profissionalizar operações	Relato de treinamentos, cursos, seminários para capacitação de seus agentes em busca da realização de ações sustentáveis ou para adoção de sistemas já legitimados.
	Buscar certificação	Relata certificações obtidas ou intenção de ações para essa finalidade.
	Persistir	Relata melhorias em processos adotados, evidenciando, com isso, a permanência desses processos.
	Popularizar novos modelos	Populariza os modelos/programas/projetos sustentáveis adotados.
	Padronizar novos modelos	Relata o estabelecimento de normas/regulamentos que visem à padronização de ações ambientais.
Manter a legitimidade	Consultar opinião de líderes	Relata a participação do público externo e interno na definição de metas/ações sustentáveis.
	Monitorar a confiabilidade	Relata o monitoramento de operações para evitar impactos ambientais, mantendo a confiabilidade nas operações.
	Comunicar-se honestamente	Relata situações negativas, como, por exemplo, metas não alcançadas e impactos ambientais ocorridos.
	Estocar confiança	Relata a participação da empresa frente à elaboração de normas e padrões ambientais a serem seguidos pelo setor.
	Consultar a categorias profissionais	Relata consultorias realizadas junto a órgãos ligados ao meio ambiente.
	Monitorar a responsabilidade	Reconhece algum tipo de impacto ambiental ocorrido e indica as ações desenvolvidas para minimizar esse impacto.
	Comunicar-se oficialmente	Relata a comunicação de seus impactos ambientais em eventos, jornais, entre outros meios de comunicação em massa.
	Estocar opiniões favoráveis	Relata alguma opinião favorável de autoridade ou instituição legitimada.
	Consultar aqueles que têm dúvidas	Relata a realização de visitas abertas à sociedade em suas unidades, para sanar possíveis dúvidas.
	Visar clareza	Explica o funcionamento de programas/processos ambientais.
Estocar conexões	Faz conexão entre políticas ambientais e resultados financeiros.	
Recuperar a legitimidade	Rejeitar	Negar a participação ou responsabilidade na ocorrência de algum evento negativo.
	Criar monitores	Relata a criação de comissão/setores para apurar algum evento negativo.
	Desculpar/justificar	A empresa lamenta algum fato negativo e justifica o acontecido.
	Substituir pessoal	Relata a substituição de pessoal responsável por algum evento negativo.
	Rever práticas	Relata a renúncia de utilizar determinados processos devido aos impactos negativos ao meio ambiente.
	Reconfigurar	Relata a readequação em processos para melhorá-los ou para minimizar impactos ambientais.
	Explicar	Explica os motivos que levaram ao acontecimento de algum evento negativo.

Fonte: adaptado de Machado (2014, p. 52-54).

Tabela 2 – Frequência das ações tomadas pelas empresas por categoria

Categoria	Ações	Cia Melhoramentos de São Paulo		Klabin S.A.		Suzano S.A.	
		Número de Sentenças	%	Número de Sentenças	%	Número de Sentenças	%
GANHAR	Responder às necessidades	5	11	6	5	2	1
	Cooptar integrantes	2	5	15	11	10	7
	Construir reputação	2	5	2	2	3	2
	Localizar público amigável	0	0	0	0	2	1
	Recrutar cooperadores amigáveis	0	0	0	0	0	0
	Anunciar produto	0	0	9	7	5	4
	Anunciar imagem	3	7	7	5	9	7
	Produzir resultados adequados	3	7	18	14	18	13
	Incorporar-se a instituições	1	2	1	0	1	1
	Oferecer demonstrações simbólicas	3	7	0	0	8	6
	Definir metas	3	7	26	20	26	19
	Demonstrar sucesso	6	14	24	18	6	4
	Fazer adeptos	1	2	3	2	7	5
	Reproduzir normas	2	5	4	3	4	3
	Formalizar operações	0	0	3	2	2	1
	Profissionalizar operações	3	7	3	2	2	1
	Buscar certificação	2	5	7	5	3	2
	Persistir	0	0	2	2	9	7
	Popularizar novos modelos	4	9	2	2	19	14
	Padronizar novos modelos	3	7	1	0	3	2
<b>Total da categoria</b>		<b>43</b>	<b>100</b>	<b>133</b>	<b>100</b>	<b>139</b>	<b>100</b>
MANTER	Consultar opinião de líderes	3	16	0	0	5	11
	Monitorar a confiabilidade	6	32	8	27	6	13
	Comunicar-se honestamente	2	10	2	7	3	7
	Estocar confiança	0	0	0	0	1	2
	Consultar a categorias profissionais	0	0	0	0	1	2
	Monitorar a responsabilidade	0	0	0	0	0	0
	Comunicar-se oficialmente	3	16	4	13	11	24
	Estocar opiniões favoráveis	0	0	4	13	7	15
	Consultar aqueles que têm dúvidas	0	0	0	0	0	0
	Visar clareza	5	26	5	17	5	11
	Estocar conexões	0	0	7	23	7	15
	<b>Total da categoria</b>		<b>19</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>46</b>
RECUPERAR	Rejeitar	0	0	0	0	0	0
	Criar monitores	0	0	0	0	1	33
	Desculpar/justificar	0	0	0	0	0	0
	Substituir pessoal	0	0	0	0	0	0
	Rever práticas	0	0	0	0	0	0
	Reconfigurar	0	0	2	100	2	67
	Explicar	0	0	0	0	0	0
<b>Total da categoria</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>3</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pelos autores.

“Como é possível notar, metade das ações não utilizadas dizem respeito às ações possíveis para a recuperação da legitimidade. Segundo Voltarelli (2018), os gestores das empresas buscam recuperar a legitimidade quando sua aceitação pela sociedade é prejudicada devido a comportamentos considerados inaceitáveis.”

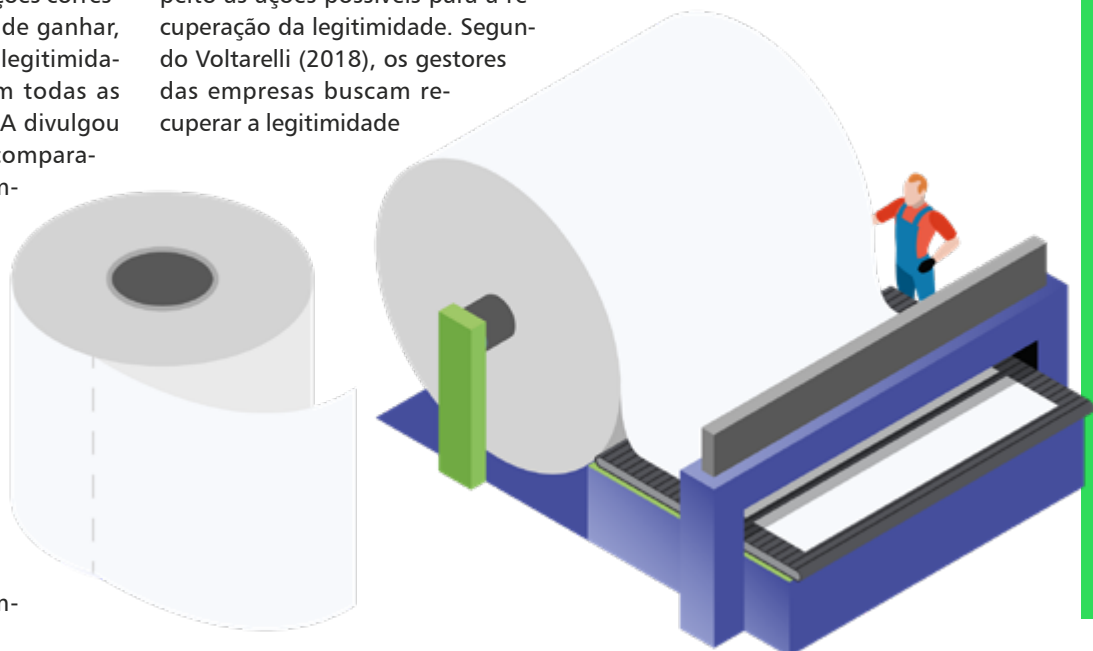
A Tabela 2 apresenta, de forma mais detalhada, a frequência com que as sentenças de caráter ambiental, que descrevem ações tomadas para cumprir uma determinada estratégia de legitimação, aparecem nos relatórios de sustentabilidade de cada empresa analisada. A referida tabela destaca, ainda, a porcentagem que cada ação representa em relação ao total de sentenças encontradas na categoria.

Uma observação a ser feita quanto aos resultados diz respeito à quantidade de sentenças de cada empresa que puderam ser classificadas em alguma das ações correspondentes à categoria de ganhar, manter ou recuperar a legitimidade. Percebe-se que, em todas as categorias, a Suzano S.A divulgou mais informações em comparação com as demais empresas. Em seguida, tem-se a Klabin S.A, que divulgou uma quantidade menor de informações ambientais, porém com um nível próximo ao da Suzano S.A. Por fim, a Cia de Melhoramentos de São Paulo foi a empresa que menos divulgou informações de caráter am-

biental em seus relatórios de sustentabilidade. Esse resultado é condizente com Nossa (2002), que concluiu que o tamanho da empresa influencia a evidenciação das informações ambientais do setor de papel e celulose.

Entre as ações que nenhuma das empresas optou por adotar, estão: recrutar cooperadores amigáveis, monitorar a responsabilidade, consultar aqueles que têm dúvidas, rejeitar, desculpar/justificar, substituir pessoal, rever práticas e explicar. Como é possível notar, metade das ações não utilizadas dizem respeito às ações possíveis para a recuperação da legitimidade. Segundo Voltarelli (2018), os gestores das empresas buscam recuperar a legitimidade

quando sua aceitação pela sociedade é prejudicada devido a comportamentos considerados inaceitáveis. No ano em que os relatórios de sustentabilidade das empresas em questão foram divulgados (2022), não foram encontradas notícias sobre eventos negativos que poderiam ter afetado a aceitação dessas empresas pela sociedade. Portanto, é provável que esse seja o motivo pelo qual as empresas não utilizaram muito da divulgação de informações ambientais em seus relatórios como uma forma de recuperar sua legitimidade.



As ações mais utilizadas pelas empresas analisadas para o grupo ganhar a legitimidade foram: demonstrar sucesso, responder às necessidades, popularizar novos modelos, definir metas e produzir resultados adequados. Conforme destacado na Tabela 2, para a Cia Melhoramentos de São Paulo, 69% das sentenças de caráter ambiental classificadas em alguma das três categorias referem-se às que demonstravam intenção de ganhar legitimidade. Essa porcentagem foi ainda maior na Klabin S.A, com 81%, e na Suzano S.A, com 74%. Isso pode indicar o quanto as empresas do setor de papel e celulose no Brasil consideram importante o reconhecimento e a aceitação social. De acordo com Machado, Murcia e Machado (2009), empresas que têm maior potencial de causar poluição e que utilizam mais recursos ambientais em suas operações enfrentam maior pressão do ambiente externo no qual atuam, o que as levam, conseqüentemente, à tentativa de ganhar legitimidade para compensar os impactos de sua atuação.

A estratégia de manter a legitimidade não foi tão utilizada pelas empresas quanto a de ganhar. Para demonstrar sua intenção de man-

ter a legitimidade, as ações mais utilizadas pelas empresas analisadas foram: monitorar a confiabilidade, visar clareza, consultar opinião de líderes, estocar conexões, comunicar-se oficialmente e estocar opiniões favoráveis. Ainda com base nos dados divulgados na Tabela 2, a empresa que menos divulgou informações com objetivo de manter a legitimidade foi a Klabin S.A., com 18% das sentenças voltadas para essa estratégia. A Suzano teve a porcentagem de 24%, e a Cia Melhoramentos de São Paulo, 31% das sentenças relacionadas à evidência ambiental.

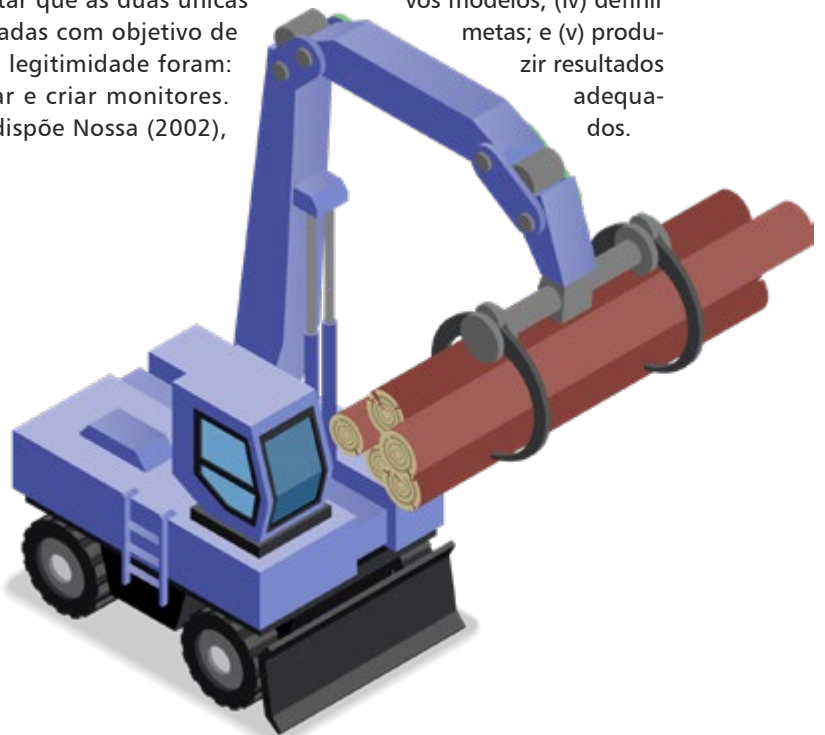
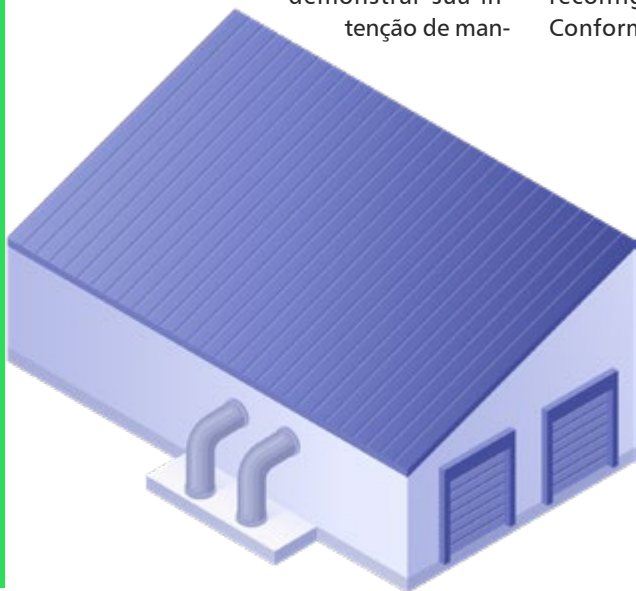
A estratégia de recuperar a legitimidade foi a menos utilizada entre os três grupos propostos por Suchman (1995). A Cia Melhoramentos de São Paulo não utilizou essa estratégia, enquanto a Klabin S.A e a Suzano S.A apresentaram poucas sentenças com esse intuito. Para essas duas entidades, foi possível notar apenas 1% e 2% das sentenças, respectivamente, destinadas à estratégia de recuperação da legitimidade. Adicionalmente, por meio dos dados da Tabela 2, é possível notar que as duas únicas ações utilizadas com objetivo de recuperar a legitimidade foram: reconfigurar e criar monitores. Conforme dispõe Nossa (2002),

as organizações mostram relutância em divulgar informações sobre o impacto ambiental de suas operações, o que limita uma visão abrangente e objetiva do desempenho ambiental da empresa e frustra a obtenção de uma compreensão completa da situação.

## 5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo examinar de que forma as empresas do segmento de papel e celulose listadas na B3 utilizam a evidência ambiental como instrumento de legitimação social. Para tanto, esta investigação contou com a análise dos relatórios de sustentabilidade no modelo GRI publicados em 2022 pelas empresas Cia Melhoramentos de São Paulo (MSPA4), Klabin S.A. (KLBN4) e Suzano S.A. (SUZB3).

A análise dos dados revelou que as ações mais comumente utilizadas pelas empresas analisadas para ganhar a legitimidade foram: (i) demonstrar sucesso; (ii) responder às necessidades; (iii) popularizar novos modelos; (iv) definir metas; e (v) produzir resultados adequados.





Para demonstrar sua intenção de manter a legitimidade, as ações mais utilizadas pelas empresas analisadas foram: (i) monitorar a confiabilidade; (ii) visar clareza; (iii) consultar opinião de líderes; (iv) estocar conexões; (v) comunicar-se oficialmente; e (vi) estocar opiniões favoráveis. Adicionalmente, as duas únicas ações utilizadas com objetivo de recuperar a legitimidade pelas entidades analisadas foram: (i) reconfigurar; e (ii) criar monitores.

Adicionalmente, foi possível constatar que, embora as empresas do setor de papel e celulose tenham adotado estratégias de ação distintas, de forma geral, elas compartilharam mais informações ambientais com o objetivo de ganhar legitimidade. Esse resultado pode estar associado ao fato de que a indústria de papel e celulose é considerada uma categoria de atividade potencialmente poluidora e uma das atividades com alto impacto ambiental. Isso porque as suas atividades impactam o meio ambiente mediante o desmatamento de florestas para monocultura, o que ocasiona perda de biodiversidade, consumo de grandes quantidades de água e energia, consequências relacionadas aos recursos naturais, emissão de poluentes atmosféricos, degradação da qualidade

do ar, entre diversos outros efeitos. Devido à pressão exercida pelos *stakeholders*, essas empresas precisam ser persuasivas e cuidadosas com sua imagem, a fim de parecerem mais atrativas, adequadas e apropriadas, visando criar impressões positivas e obter o reconhecimento de suas ações como socialmente legítimas.

É importante ressaltar, no entanto, que esta pesquisa apresenta algumas limitações. Por se tratar de uma abordagem qualitativa, há subjetividade na interpretação e classificação das sentenças que contêm informações ambientais nos relatórios analisados. A falta de padronização nos relatórios também dificultou o processo de análise dos dados, uma vez que as sentenças podem gerar múltiplas interpretações, o que torna árdua a classificação precisa do sentido e da intenção subjacentes às frases dos relatórios analisados.

Apesar dos avanços alcançados por esta pesquisa, é importante destacar que o campo da evidência ambiental voluntária e da legitimação social está em constante evolução. Novas demandas e desafios surgem à medida que as preocu-

pações ambientais se intensificam e as expectativas da sociedade se transformam. Portanto, é fundamental que pesquisadores e profissionais continuem a investigar as estratégias de divulgação ambiental, para fortalecer ainda mais a transparência e a confiabilidade dos dados apresentados pelas empresas. Além disso, estudos futuros podem explorar outros setores e contextos geográficos, bem como analisar a eficácia das estratégias de legitimação adotadas pelas empresas ao longo do tempo. Essas investigações aprofundadas são cruciais para uma compreensão mais abrangente e atualizada da relação entre evidência ambiental voluntária e legitimação social.



## Referências

ANDRADE, M. M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASCARI, C.; KRUGER, S. D.; VOGT, M.; TRINDADE, L. L. Teoria da legitimidade: contribuições e tendências na Contabilidade a partir da literatura recente. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 15, n. 3, p. 127-142, 2023. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v15i3.89242>

AVELINO, B. C.; COLAUTO, R. D.; CUNHA, J. V. A. da. Evidenciação, teoria da legitimidade e hipótese dos custos políticos: estudo no governo estadual e municípios de Minas Gerais. In: 10º Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 2010. *Anais...* São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <https://congressusp.fipecafi.org/anais/artigos102010/196.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2024.

BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, I. M.; HEIN, N.; BOFF, M. L. Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidência ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares. *RIGC*, v. 9, n. 17, p. 1-20, 2011.

BOMFIM, E. T.; TEIXEIRA, W. S.; MONTE, P. A. Relação entre o *disclosure* da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2015. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v10i1.13341](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v10i1.13341)

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. *CFC aprova norma sobre Relato Integrado: CTG 09*. CFC, 2020. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/cfc-aprova-norma-sobre-relato-integrado-ctg-09/>. Acesso em: 6 jun. 2023

CRUZ FILHO, P. B. Controle ambiental em fábricas de papel celulose. *Revista do Serviço Público*, v. 40, n. 4, p. 141-146, 2017. <https://doi.org/10.21874/rsp.v40i4.2157>

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. *Resolução CVM n.º 14*. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol014.html>. Acesso em: 2 maio 2024.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. *Resolução CVM n.º 193*. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>. Acesso em: 2 maio 2024.

CZINKOTA, M.; KAUFMMAN, H. R.; BASILE, G. The relationship between legitimacy, reputation, sustainability and branding for companies and their supply chains. *Industrial Marketing Management*, v. 43, n. 1, p. 91-101, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2013.10.005>

DIAS FILHO, J. M. Políticas de evidência contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração–EnANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

GRI - Global Reporting Initiative. *The global leader for impact reporting*. Global Reporting Initiative (GRI), 2023. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

IFRS Foundation - International Financial Reporting Standards Foundation. *Global sustainability disclosure standards for the financial markets*. IFRS, 2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2021/11/global-sustainability-disclosure-standards-for-the-financial-markets/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

LINS, L. dos S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade sócio-ambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 4, n. 1, p. 91-105, 2009. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v4i1.13170](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v4i1.13170)

MACHADO, D. P. *A evidência ambiental como instrumento de gestão da legitimidade social em empresas brasileiras de capital aberto*. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4039>. Acesso em: 2 maio 2024.

MACHADO, D. P.; OTT, E. Estratégias de legitimação social empregadas na evidência ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, v. 11, n. 1, p. 136-156, 2015. <https://doi.org/10.4270/ruc.2015107>

MACHADO, M. R.; MURCIA, F. D.; MACHADO, M. A. V. Em busca da legitimidade social: relação entre o impacto ambiental da atividade econômica das empresas brasileiras e os investimentos no meio ambiente. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC*, 2009. [S. l.], Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1014>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDONÇA, J. R.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Gerenciamento de impressões: em busca de legitimidade organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, p. 36-48, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902003000100005>

NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

OLIVEIRA, F. D. C.; BATISTA, F. F.; ALBUQUERQUE, L. S.; CIRNE, G. M. P. Características Qualitativas da Informação Contábil: Um Estudo da Percepção dos Concludentes do Curso de Ciências Contábeis da UFCG. *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, p. 96-113, 2014. <https://doi.org/10.18696/reunir.v4i2.216>

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. S. A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. *ConTexto*, v. 8, n. 13, p. 1-32, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11104/6591>. Acesso em: 02 mai. 2024.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2017. <https://doi.org/10.32459/revistalumen.v2i4.60>

ROTH, F.; DURSO, S. O. Evidenciação das ações de diversidade pelas empresas brasileiras e argentinas nos relatórios de sustentabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. L, p. 55-70, 2022. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/01/RBC258\\_nov\\_dez.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/01/RBC258_nov_dez.pdf). Acesso em: 2 maio 2024.

SANCOVSCHI, M.; SILVA, A. H. C. Evidenciação social corporativa: estudo de caso da empresa Petróleo Brasileiro SA. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 1, n. 1, p. 42-57, 2006. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v1i1.13112](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v1i1.13112)

SANTOS, J. A.; AZEVEDO, D. B.; OLIVEIRA, F. F.; OLIVEIRA, V. S. O uso de estratégias de legitimidade: um estudo nos três maiores frigoríficos brasileiros. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 30, n. 1, p. 912-935, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/135231>. Acesso em: 2 maio 2024.

SILVA, B. S.; FRANCISCO, J. R. F. Evidenciação Socioambiental: uma análise dos relatórios de sustentabilidade. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 13, n. 1, p. 215-233, 2023. <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i1.1357>

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. *Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II*. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SKILLIUS, A.; WENNERBERG, U. Continuity, credibility and comparability: key challenges for corporate environmental performance measurement and communication. IIIIEE, 1998. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/publications/ESS09>. Acesso em: 2 maio 2024.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995. <https://doi.org/10.2307/258788>

VOLTARELLI, F. R. Usinas hidrelétricas: a percepção dos gestores sobre as contribuições da divulgação voluntária para legitimidade organizacional. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2018. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4302/5/Francielle\\_Freitas\\_2018.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4302/5/Francielle_Freitas_2018.pdf) Acesso em: 22 jun. 2023.

WILMSHURST, T. D.; FROST, G. R. Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 13, n. 1, p. 10-26, 2000. <https://doi.org/10.1108/09513570010316126>



# A percepção do custo-benefício ambiental é influenciada pelas práticas de sustentabilidade da A3P?

**E**ste artigo descreve as influências das práticas organizacionais de sustentabilidade compreendidas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no custo-benefício ambiental percebido pelos indivíduos. Para tal, analisaram-se 509 respostas de servidores de uma instituição pública do setor de justiça brasileiro em questionário digital. Metodologicamente, a pesquisa é caracterizada como descritiva, com análise dos dados de forma quantitativa a partir de equações estruturais. Os principais resultados evidenciaram que as ações dos seis eixos temáticos da A3P influenciam positivamente a percepção dos indivíduos sobre o custo-benefício ambiental das políticas da A3P, com exceção de gerenciamento de resíduos sólidos e licitações sustentáveis que não foram confirmadas. Também se observou que o gênero é uma variável moderadora mais forte comparativamente à variável de cargo de gestor, mostrando que, ao implementar práticas da A3P, a organização deve considerar a diversidade de públicos-alvo, incluindo as perspectivas de gênero, para garantir que as estratégias de conscientização e engajamento sejam eficazes. Ademais, quando uma entidade implementa a A3P, é recomendável o envolvimento dos gestores em discussões sobre custo-benefício, reforçando os aspectos estratégicos e financeiros relacionados às práticas organizacionais sustentáveis.

## Jonatas Dutra Sallaberry

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com dupla titulação pela Universidad de Murcia, é mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Auditoria Governamental e Direito Comercial, bacharel em Ciências Contábeis. Atua como professor do Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Contestado (UNC).

*E-mail:* jonatas.sallaberry@hotmail.com

## Silvana Dalmutt Kruger

Doutora e mestra em Contabilidade pela UFSC, especialista em Contabilidade Gerencial Estratégica, é graduada em Ciências Contábeis. Atua como professora da UFMS na graduação de Ciências Contábeis e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC/UFMS), e no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão (PPGOLD/UFPR).

*E-mail:* silvana.d@ufms.br

## Edicreia Andrade dos Santos

Doutora em Contabilidade pela UFSC, é mestra pela UFPR e graduada em Ciências Contábeis. Atua como professora da UFPR, na graduação de Ciências Contábeis e no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCONT/UFPR).

*E-mail:* edicreiaandrade@yahoo.com.br

## 1 Introdução

Os diversos desafios estabelecidos a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (Nações Unidas, 2023) remetem às preocupações com o desenvolvimento sustentável das nações e do planeta, especialmente diante dos problemas climáticos e da escassez dos recursos naturais, que podem comprometer as gerações futuras (Dalla Porta *et al.*, 2023). No ambiente organizacional, é preciso incorporar práticas e iniciativas voltadas para a sustentabilidade, ponderando a gestão eficaz de aspectos sociais, ambientais e econômico-financeiros (Kuzma *et al.*, 2017). Os ODS evidenciados pela Agenda 2030 devem ser institucionalizados pelas organizações, como mecanismo para viabilizar práticas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável (Olsson; Kruger, 2021).

Nesse sentido, torna-se necessário que as organizações públicas e privadas busquem mitigar os impactos das atividades econômicas sobre os recursos naturais, conforme estabelecido nas metas da

Agenda 2030 (Zemanová; Druláková, 2020). Isso pode ser alcançado pelo reforço na consciência ambiental que influencia o comportamento dos indivíduos na sociedade, bem como na gestão das empresas e dos governos, impactando as práticas e as ações de sustentabilidade (Severo *et al.*, 2021).

A consciência ambiental reflete diretamente nas preocupações com o uso dos recursos naturais (Wang *et al.*, 2022). Por conseguinte, a consciência ambiental e a percepção do compromisso das lideranças influenciam as crenças e os valores dos indivíduos, refletindo nas atitudes relacionadas às práticas ambientais das organizações (Ojo; Fauzi, 2020). O Brasil carece de políticas públicas e iniciativas voltadas para a preservação ambiental e para o consumo sustentável, bem como de ações conectadas para o desenvolvimento econômico com respeito e consciência sustentável (Severo *et al.*, 2021).

No contexto da administração pública, os ODS e as metas da Agenda 2030 também devem ser implementados (Souza *et al.*, 2021) em prol do desenvolvimento sustentável. Para tal, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2023), norteia as práticas socioambientais do setor público (Zanini *et al.*, 2023).

Nesse sentido, emerge a necessidade de capacitações voltadas para a conscientização de gestores e servidores públicos, visando à implementação de ações e práticas sustentáveis, estabelecidas a partir da A3P (Afonso; Pacheco; Braga, 2023).

A adoção e implementação da A3P em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal) podem subsidiar a gestão socioambiental dos recursos, servindo de exemplo para os demais setores econômicos (Oliveira; Santos; Cabral, 2021). À medida que os ODS são incorporados na cultura das organizações, novas práticas sustentáveis são estabelecidas e refletem na conscientização dos indivíduos (Olsson; Kruger, 2021; Dalla Porta *et al.*, 2023). Os gestores públicos possuem papel relevante na implementação e na disseminação de práticas socioambientais alinhadas com os objetivos da A3P (Kruger *et al.*, 2011), ou seja, a cultura da sustentabilidade depende dos esforços dos indivíduos para que os princípios da A3P sejam incorporados nos diversos segmentos da gestão pública (Souza *et al.*, 2021).

As políticas governamentais e o comprometimento do Poder Público com o consumo sustentável refletem no uso dos recursos, por conseguinte, o comportamento voltado para a sustentabilidade pode refletir nas organizações e na sociedade em geral (Severo *et al.*, 2021). Todavia, cabe aos gestores acompanhar os custos e benefícios da adoção de práticas ambientalmente corretas e justas, visando conscientizar colaboradores e estabelecer a cultura da sustentabilidade no ambiente organizacional (Araújo; Ramos, 2015; Bincy; Vasudevan, 2023). Considerando que a consciência ambiental dos servidores pode auxiliar no combate aos desperdícios dos gastos públicos (Santos *et al.*, 2017), a análise da relação custos-benefícios de práticas sustentáveis pelas organizações (Araújo; Ramos, 2015) impacta a consciência ambiental e a implementação da sustentabilidade na esfera pública (Zanini *et al.*, 2023). Todavia, os determinantes da percepção de custo-benefício ambiental são desconhecidos na literatura.



“Sob os aspectos teórico-sociais, o estudo corrobora outras discussões acerca da relevância das metas e dos ODS da Agenda 2030 (Van Der Waal; Thijssens, 2020), especialmente nas organizações públicas, que devem priorizar iniciativas voltadas para a gestão da sustentabilidade (Ferreira; Paes-de-Souza, 2019).”

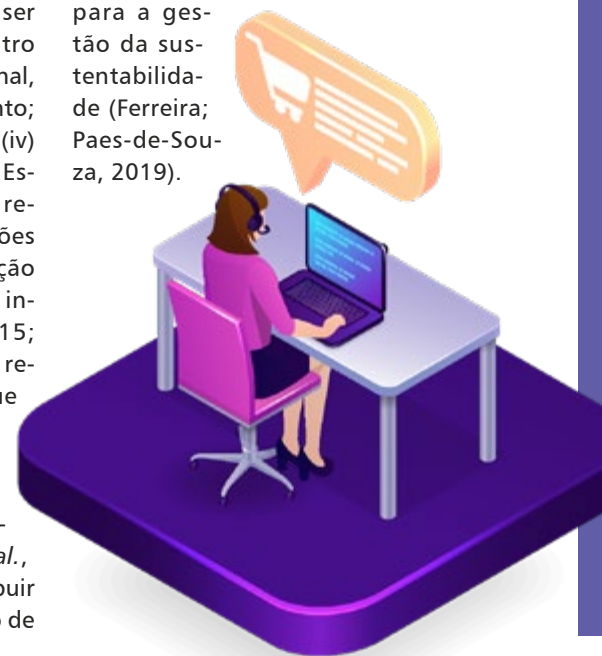
Nesse contexto, questiona-se sobre quais as influências das práticas organizacionais de sustentabilidade compreendidas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no custo-benefício ambiental percebido pelos indivíduos. Para nortear a pesquisa, o objetivo é verificar as influências das práticas organizacionais de sustentabilidade compreendidas na A3P no custo-benefício ambiental percebido pelos indivíduos.

Nessa pesquisa, fez-se uma adaptação da proposta de Peng e Liu (2016), que abordou a consciência ambiental sob os escopos de consciência do risco ambiental (na medida em que os indivíduos, especialmente gestores, estão conscientes do efeito corporativo negativo da organização sobre o meio ambiente, o que reflete a moralidade/ética ambiental gerencial), e da consciência do custo-benefício ambiental percebido (compreensão dos indivíduos sobre as potenciais poupanças de custos e/ou aumento de lucros resultantes de melhores práticas ambientais), focando apenas no segundo escopo. Essa escolha se dá pelo fato de que os servidores da instituição avaliada podem observar melhor a questão do custo-benefício ambiental devido aos reflexos da adoção dos eixos da A3P pela instituição.

Dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2023), indicam que, até o final do ano de 2022, a adesão à A3P alcançou 593 instituições públicas, sendo 311 instituições da esfera federal, 182 da esfera estadual e 200 da esfera municipal. Com isso, observou-se um crescimento de 21% na adoção da A3P após a publicação da Portaria n.º 326, de 2020, evidenciando a relevância da análise da implementação da A3P e da consciência ambiental dos servidores.

Entende-se que essa pesquisa é relevante por considerar que a consciência ambiental pode ser compreendida a partir de quatro dimensões: (i) afetiva ou atitudinal, (ii) cognitiva ou do conhecimento; (iii) ativa ou comportamental e (iv) disposicional (Espinoza, 2018; Estrada, 2018), e tais aspectos refletem nas atitudes e percepções de riscos e benefícios da adoção de práticas sustentáveis pelos indivíduos (Araújo; Ramos, 2015; Wang *et al.*, 2022). Assim, os resultados podem evidenciar que a consciência ambiental reflete nas percepções e na observação dos impactos negativos das práticas humanas em relação ao meio ambiente (Ojo *et al.*, 2019). Também se busca contribuir com estudos anteriores, como o de

Santos *et al.* (2017), observando as dificuldades na implementação da A3P no ambiente público, bem como de Ojo e Fauzi (2020), evidenciando a importância da conscientização ambiental das equipes e instituições, visando reduzir impactos e riscos na gestão socioambiental. Sob os aspectos teórico-sociais, o estudo corrobora outras discussões acerca da relevância das metas e dos ODS da Agenda 2030 (Van Der Waal; Thijssens, 2020), especialmente nas organizações públicas, que devem priorizar iniciativas voltadas para a gestão da sustentabilidade (Ferreira; Paes-de-Souza, 2019).



## 2 Referencial teórico e hipóteses de pesquisa

### 2.1 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A A3P surgiu em 1999 a partir de uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de “promover a responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público” (MMA, 2020, p. 1). Em 2020 a partir da Portaria n.º 326, de 2020, o MMA instituiu as diretrizes e formalizou a relevância da adoção da A3P pelos órgãos das esferas públicas (federal, estadual e municipal) (MMA, 2020). Destaca-se a importância da A3P como norteadora das práticas socioambientais para a gestão pública, visando promover a sustentabilidade e o uso adequado dos recursos em prol dos ODS (Pacheco; Silva, 2021; Zanini *et al.*, 2023). A partir do seu surgimento, a implementação da A3P passou por diversos departamentos governamentais, bem como recebeu regulamentação e normativas específicas, conforme destacado na Tabela 1.

A demanda pela redução de gastos e desperdícios dos recursos públicos torna a A3P um instrumento de apoio aos gestores públicos, inclusive como norteadora para boas práticas de gestão, visando minimizar problemas administrativos relacionados aos processos de contratações, reformas, uso e descarte dos resíduos, etc. (Santos *et al.*, 2017). Oliveira, Santos e Cabral (2021) indicam a A3P como mecanismo de apoio aos processos de gestão pública, servindo de subsídio para a implementação de ações socioambientais, voltadas para a sustentabilidade de longo prazo.

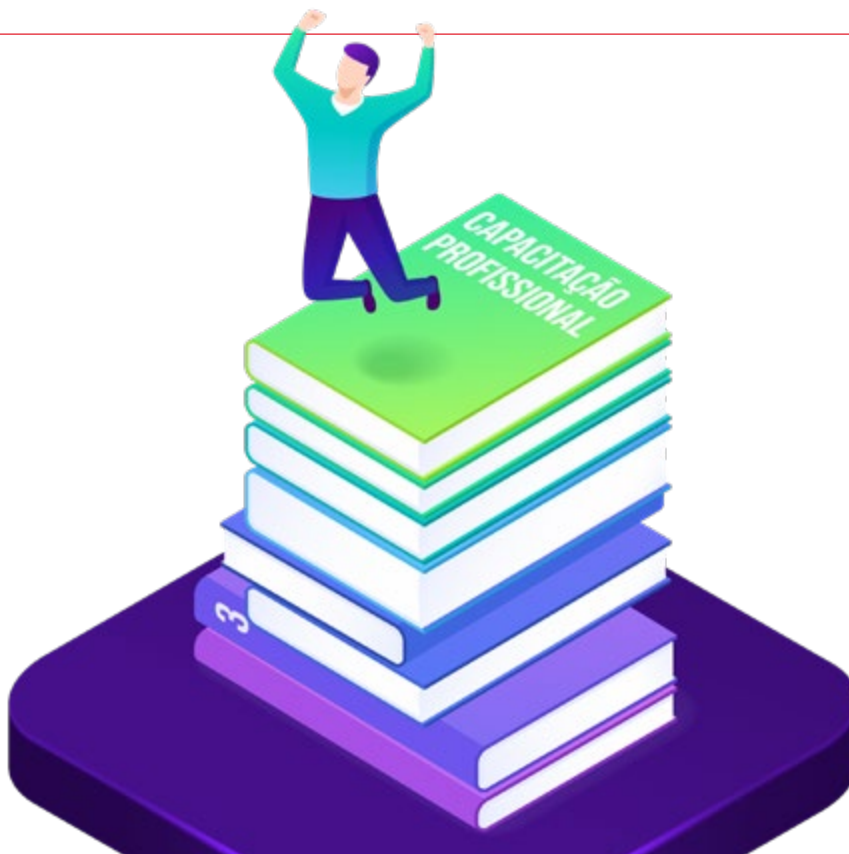


Tabela 1 - Histórico dos fatos relacionados a A3P

Período	Histórico dos fatos relacionados à evolução da A3P
1999-2001	Concepção da A3P e instituição do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública.
2002	Reconhecimento pela relevância da A3P, com premiação pela ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente.
2004-2007	Incluída como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Essa medida garantiu recursos que viabilizaram a implantação da A3P. Em 2007 a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.
2008	O Ministério do Meio Ambiente publicou a Portaria n.º 61, de 2008, que “estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas” e a Portaria n.º 217, de 2008, que institui o “Comitê de Implementação da A3P no Ministério do Meio Ambiente”.
2009-2011	Lei n.º 12.187, de 2009 – instituiu a Política Nacional de Mudanças Climáticas; Lei n.º 12.305, de 2010 – instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); Lei n.º 12.462, de 2011 – estabelece o regime diferenciado de contratações públicas; Instrução Normativa n.º 1, de 2010 – estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal; ISO 26000 – estabelece diretrizes sobre responsabilidade social.
2012	Em 2012 foi lançado o Projeto Esplanada Sustentável, composto pela A3P. O Decreto n.º 7.746, de 2012, determinou a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade por órgãos e entidades federais, bem como suas vinculadas.
2015	A A3P passou a integrar o Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS).
2019	A coordenação da A3P passou ao Departamento de Documentação (DPRO) da Secretaria de Ecoturismo (SEEC).
2020	A A3P começou a integrar o Departamento de Educação e Cidadania Ambiental (DEC), da Secretaria de Biodiversidade (SBio). Publicada a Portaria MMA n.º 326, de 2020, que institui o programa A3P e estabelece suas diretrizes.

Fonte: adaptado de Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020); A3P (2020).

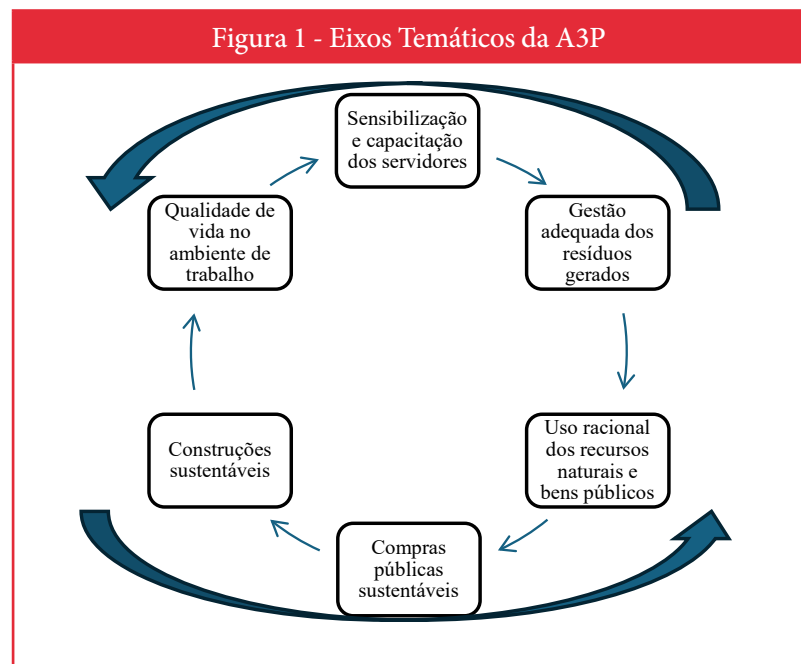


“A adoção da A3P pelas diversas esferas da gestão pública reflete diretamente na sociedade, considerando que as exigências da esfera pública implicarão adequações das empresas que participam de licitações, contratos, projetos, etc., bem como em produtos, obras e planos em conformidade com critérios de sustentabilidade.”

Entre as diretrizes do Programa A3P (MMA 2020; 2023), evidenciam-se como objetivos o apoio aos órgãos públicos na criação e implementação de ações socioambientais; a sensibilização dos servidores para a preservação dos bens naturais; o estímulo para a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos voltados à responsabilidade socioambiental e à promoção do consumo sustentável. A A3P pode ser observada a partir de seis eixos temáticos, sob as perspectivas socioambientais (Figura 1).

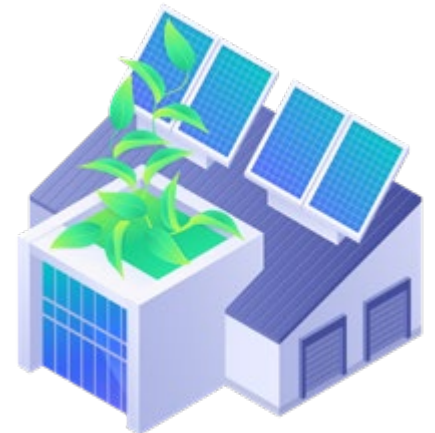
A adoção da A3P pelas diversas esferas da gestão pública reflete diretamente na sociedade, considerando que as exigências da esfera pública implicarão adequações das empresas que participam de licitações, contratos, projetos, etc., bem como em produtos, obras e planos em conformidade com critérios de sustentabilidade (Ferreira; Paes-de-Souza, 2019; Kruger *et al.*, 2011). Ademais, as metas da Agenda 2030 e os objetivos da A3P são relevantes para a implementação dos ODS na esfera pública (Afonso; Pacheco; Braga, 2023).

A implementação da A3P requer a sensibilização e a conscientização ambiental dos servidores públicos, especialmente acerca da sua relevância para práticas socioambientais sustentáveis (Afonso; Pacheco;



Fonte: adaptado de Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020) e A3P (2020).

co; Braga, 2023), e a consciência ambiental dos servidores em prol de práticas voltadas ao uso racional dos recursos, que pode combater desperdícios e reduzir gastos públicos (Santos *et al.*, 2017). Nesse sentido, a parceria entre órgãos públicos e as empresas privadas pode favorecer a conscientização socioambiental, especialmente para trazer avanços nas práticas de sustentabilidade e na implementação da A3P (Almeida *et al.*, 2022).



## 2.2 Conscientização de riscos e de custo-benefício ambiental e características individuais

As preocupações com os riscos ambientais e de custo-benefício ambiental refletem na consciência ambiental, a qual pode ser entendida como uma filosofia de vida, ou seja, o estilo de vida dos indivíduos e as práticas sustentáveis adotadas dependem dessa conscientização (Carreño; Pacheco, 2023). A conscientização dos indivíduos deve envolver as preocupações com a sustentabilidade, especialmente para viabilizar condições de preservar os recursos do meio ambiente em longo prazo (Bincy; Vasudevan, 2023). Considerando que os indivíduos são parte integrante da sociedade e seus valores culturais são moldados pela compreensão das normas sociais e culturais, a consciência ambiental decorre desse conjunto de valores pessoais e organizacionais (Ojo; Fauzi, 2020).

A conscientização ambiental pode emanar da compreensão e das preocupações com o efeito adverso das práticas não sustentáveis ao meio ambiente, bem como dos riscos ambientais (Ojo; Fauzi, 2020). Logo, as informações e o conhecimento dos indivíduos acerca das preocupações e riscos ambientais impactam as suas escolhas e decisões (Severo; Guimarães; Dellarmelin, 2021).

Pode-se identificar que a consciência ambiental envolve três princípios gerais, (i) proteção do meio ambiente, (ii) preservação da biodiversidade e (iii) atitudes responsáveis e sustentáveis (Carreño; Pacheco, 2023). As pessoas



Tabela 2 - Dimensões da consciência ambiental

Dimensão	Descrição
Afetiva ou atitudinal	Reflete em sentimentos voltados aos valores culturais favoráveis à proteção da natureza.
Cognitiva (ou conhecimento)	Contempla o conhecimento dos indivíduos sobre os problemas e os riscos ambientais.
Ativa ou comportamental	Comportamento individual ou coletivo que agregue o consumo ecológico, economia de energia, reciclagem de lixo, etc.
Disposicional	Engloba a disposição de agir em prol dos critérios de sustentabilidade, disposição para aceitar mudanças e avaliar os custos-benefícios associados.

Fonte: adaptado de Espinoza (2018) e Estrada (2018).

que possuem maior consciência ambiental participam ativamente da defesa do meio ambiente e pensam na qualidade de vida das gerações futuras (Severo *et al.*, 2021). Conforme a Tabela 2, a consciência ambiental pode ser percebida sob diferentes perspectivas ou dimensões.

Wang *et al.* (2022) indicam que a consciência ambiental e a percepção de riscos e benefícios ambientais podem afetar direta ou indiretamente as intenções de compra dos indivíduos, ou seja, consumidores com maior nível de preocupação ambiental consideram aspectos sustentáveis como forma de proteger o meio ambiente.

A consciência ambiental pode alterar a cognição e a motivação dos indivíduos sobre as práticas sustentáveis (Ojo *et al.*, 2019). Se um determinado comportamento afeta desfavoravelmente o meio ambiente, os indivíduos tendem a evitá-lo, como resultado da consciência ambiental construída, portanto, pode influenciar as atitudes

ambientais (Ojo; Fauzi, 2020). Du *et al.* (2019) evidenciam que a consciência ambiental é influenciada pela obtenção de benefícios econômicos.

No contexto organizacional, os líderes moldam o interesse e a consciência ambiental dos colaboradores ao demonstrarem comprometimento com boas práticas ambientais, conforme demonstram Ojo *et al.* (2019), em seu estudo com empresas da Malásia. Outrossim, cabe destacar que a forma como os gestores interpretam o ambiente reflete na forma como as organizações atuam e se comunicam (Peng; Liu, 2016). Wang *et al.* (2022) indicam que o nível de escolaridade é uma variável sociodemográfica que pode influenciar e explicar o comportamento ambiental e as decisões dos consumidores, em amostra chinesa.

Destaca-se, nesse contexto, que as atitudes ambientais e o comprometimento dos indivíduos em ações pró-ambientais é influenciada pelas iniciativas das lideranças (Ojo *et al.*, 2019). O reconhecimento e evidência de gastos e dos custos sociais e ambientais devem ser avaliados, permitindo a análise da relação entre custos e benefícios da adoção de práticas sustentáveis pelas organizações (Araújo; Ramos, 2015), incluindo o ambiente das entidades governamentais que devem promover a sustentabilidade no uso dos recursos públicos (Zanini *et al.*, 2023). Com isso, considerando que consciência do custo-benefício ambiental é a compreensão dos indivíduos

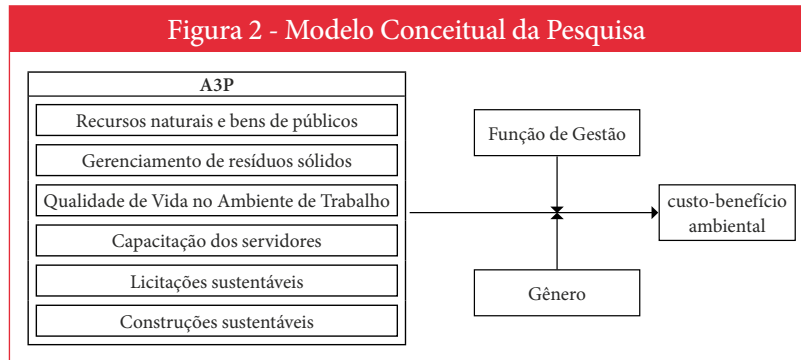
“Wang *et al.* (2022) indicam que a consciência ambiental e a percepção de riscos e benefícios ambientais podem afetar direta ou indiretamente as intenções de compra dos indivíduos, ou seja, consumidores com maior nível de preocupação ambiental consideram aspectos sustentáveis como forma de proteger o meio ambiente.”

sobre potenciais poupanças de custos e/ou aumento de lucros resultantes de melhores práticas ambientais propõe-se a hipótese:

H<sub>1</sub>: As ações dos eixos temáticos da A3P (recursos naturais e bens públicos, gerenciamento de resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, capacitação dos servidores, licitações sustentáveis, e construções sustentáveis) influenciam positivamente o custo-benefício ambiental percebido pelos indivíduos.

Os gestores públicos devem se preocupar com a conscientização das metas e dos ODS da Agenda 2030 (Souza *et al.*, 2021), conforme preconizado na pauta da A3P (MMA, 2023). Por isso, considerando que a consciência ambiental envolve o conhecimento teórico-prático de proteção e preservação do meio ambiente (Carreño; Pacheco, 2023), bem como percepções da relação de custo-benefício incluindo atitudes responsáveis e sustentáveis (Ojo *et al.*, 2019; Wang *et al.*, 2022), propõe-se a seguinte hipótese:

H<sub>2</sub>: As características de (a) gênero do servidor e (b) função de gestão moderam os efeitos das ações dos eixos temáticos da A3P (recursos naturais e bens públicos, gerenciamento de re-



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

síduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, capacitação dos servidores, licitações sustentáveis, e construções sustentáveis) no custo-benefício ambiental percebido pelos indivíduos.

Na sequência, apresenta-se o modelo conceitual da pesquisa.

### 3 Procedimentos metodológicos

#### 3.1 Construtos e instrumento da pesquisa

Esta pesquisa descritiva e quantitativa foi realizada por meio de uma *survey*, tendo como construtos da pesquisa os eixos da A3P, custo-benefício percebido e as ca-

racterísticas de perfil, entre elas o gênero e se exerce cargo de gestão. Para as questões dos eixos da A3P, tomou-se como base a cartilha de recomendação para sua implementação. As questões de custo-benefício foram inicialmente traduzidas para a língua portuguesa e, posteriormente, convertidas para a língua inglesa (procedimento de *back-translation*), para correta tradução. Destaca-se que, antes da coleta de dados, o instrumento de pesquisa foi submetido para pré-teste com dois pesquisadores da área de Contabilidade Gerencial, que são servidores públicos e que pesquisam também a área de Sustentabilidade Ambiental. A partir desse procedimento, observou-se a necessidade de ajustes de alguns itens que foram devidamente revisados.

Para a aplicação do instrumento, atentou-se para que as questões do questionário fossem respondidas pelos mesmos respondentes. Assim, para mitigar possíveis riscos de viés do método comum (Podsakoff *et al.*, 2003), buscou-se assegurar o anonimato dos respondentes; indicou-se orientar que não havia respostas certas ou erradas; e usar semânticas dessemelhantes nas questões. Nesse contexto, o instrumento de pesquisa aplicado constitui-se de dois blocos, devidamente fundamentados conforme disposto na Tabela 3.

Para as questões do bloco I, utilizou-se de uma escala tipo Likert de 5 pontos (Discordo Totalmente a Concordo Totalmente). As atividades da A3P decorrem das medidas indicadas pelo MMA (2020), enquanto a percepção do custo-benefício ambiental é sustentado em Peng e Liu (2016), com indicadores de “A alta administração acredita que a adoção de iniciativas ambientais pode trazer muitos benefícios para nossa organização”, “A alta administração acredita que a adoção de iniciativas ambientais pode melhorar o desempenho organizacional”, “A alta administração acredita que a adoção de iniciativas ambientais pode reduzir custos”, e “A alta administração acredita que a adoção de iniciativas ambientais pode melhorar a eficiência da produção do serviço prestado”.

### 3.2 Amostra e procedimentos de análise

A *survey* foi realizada com servidores de uma instituição pública do setor da justiça. A escolha de amostra foi intencional devido a disponibilidade da instituição, entre aqueles órgãos aderentes às ações da A3P, mas que, devido a sua capilaridade, nem todas as unidades desenvolvem as ações relacionadas, o que permite maior variabilidade das percepções e consequentemente a mensuração das relações entre variáveis.

Bloco	Construtos	Variáveis	Questões	Referência
I	A3P	Recursos naturais e bens públicos	13	A3P
		Gerenciamento de resíduos sólidos	4	
		Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	5	
		Capacitação dos servidores	3	
		Licitações sustentáveis	2	
		Construções sustentáveis	8	
	Custo-benefício ambiental percebido	Custo-benefício ambiental	4	Peng e Liu (2016)
II	Perfil	Perfil Geral	8	Elaboração própria

Fonte: elaborado pelos autores.

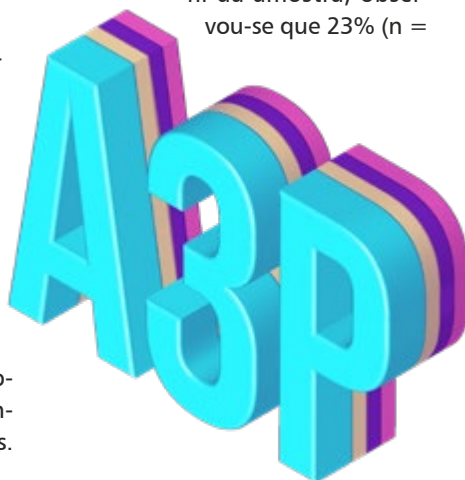
A amostra mínima necessária para o modelo conforme recomendações de Ringle *et al.* (2014) com apoio do *software G\*Power* era de 160 respondentes. Considerando que se obtiveram 509 respostas finais, foi possível considerar a amostra como representativa do conjunto de servidores da instituição, possibilitando a aplicação de testes estatísticos para validação dos dados.

Para a coleta de dados, o instrumento de pesquisa foi desenvolvido e suportado na plataforma *survey-monkey* e encaminhado aos e-mails institucionais dos respondentes, cujas respostas foram coletadas no decorrer do período de 23 de novembro a 20 de janeiro de 2023.

Entre as especificidades do perfil da amostra, observou-se que 23% (n =

117) são gestores. Entre os respondentes, houve predomínio do gênero feminino, com 58% (n = 293). A maior concentração (n = 102) dos respondentes está na faixa etária entre 41 e 45 anos, seguida (n = 100) pela faixa entre 36 e 40 anos. Ademais, 249 respondentes atuam na atividade finalística do órgão, 256 atuam na atividade meio ou administrativa e 4 deles atuam em ambas. Os respondentes possuem em média 41 anos e 2 meses e atuam na instituição há uma média de 9 anos e 4 meses, denotando conhecimento das práticas na entidade, bem como do seu planejamento estratégico e funções constitucionais.

Para testar e analisar os dados, foi utilizado o software SmartPLS para aplicação da Modelagem de Equações Estruturais (*Structural Equation Modeling – SEM*), por Mínimos Quadrados Parciais (*Partial Least Square – PLS*). Para testar o modelo proposto, o PLS-SEM é a técnica estatística recomendada, pois auxilia para modelar relações multivariáveis complexas entre variáveis latentes, que permite a estimação de uma rede teórica causal de relações que liga conceitos complexos latentes, cada um mensurado por itens observáveis (Hair Jr. *et al.*, 2017).



“A escolha de amostra foi intencional devido à disponibilidade da instituição, entre aqueles órgãos aderentes às ações da A3P, mas que, devido à sua capilaridade, nem todas as unidades desenvolvem as ações relacionadas, o que permite maior variabilidade das percepções e consequentemente a mensuração das relações entre variáveis.”

#### 4 Resultados

##### 4.1 Testes dos dados e das hipóteses de pesquisa

Para realizar a aplicação da técnica de equações estruturais, iniciou-se com os testes do modelo de mensuração, os quais foram delimitados conforme valores recomendados por Hair Jr. *et al.* (2017), sendo: (i) para validade convergente, cargas fatoriais externas  $\geq 0,7$ , e variância média extraída (AVE)  $\geq 0,5$ ; (ii) para confiabilidade da consistência interna, confiabilidade composta  $\geq 0,7$  e alfa de Cronbach  $\geq 0,7$ ; (iii) para validade discriminante, usou-se a matriz de Fornell e Larcker. Todos os coeficientes das validades atenderam ao recomendado pela literatura mediante a eliminação de indicadores de construções sustentáveis (CS7 e CS8), de recursos naturais (RN3, RN4, RN9, RN10, RN13) e de qualidade de vida (QV5).

O coeficiente R<sup>2</sup> ajustado, apresentado na Tabela 4, revela que, no âmbito desta pesquisa, o modelo demonstrou a capacidade de explicar 52% da percepção de custo-benefício ambiental, considerado como alta capacidade de explicação.

Tabela 4 - Validades do modelo

Painel A - Validades do Modelo Geral						
Construtos	AC	CC	AVE	F2	R2	Q2
Custo-Benefício Ambiental	0,9379	0,9557	0,8436		0,52	0,44
Capacitação de Servidores	0,8731	0,9221	0,7979	0,03; 0,03		
Construções Sustentáveis	0,8167	0,8675	0,5222	0,05; 0,01		
Gerenciamento de Resíduos	0,824	0,8827	0,6537	0,01; 0,01		
Licitações Sustentáveis	0,8548	0,9304	0,87	0,01; 0,01		
Qualidade de Vida	0,7386	0,8352	0,5596	0,01; 0,01		
Recursos Naturais	0,8766	0,903	0,5423	0,07; 0,03		
Gênero	1	1	1	0,06		
Gestor	1	1	1	0,02	0,05	0,05

Painel B - validade discriminante									
Variáveis	AD	CP	CS	GR	LS	QV	RN	GN	GS
Custo-Benefício Ambiental - CB	0,918								
Capacitação de Servidores - CP	0,519	0,893							
Construções Sustentáveis - CS	0,428	0,388	0,723						
Gerenciamento de Resíduos - GR	0,400	0,488	0,570	0,809					
Licitações Sustentáveis - LS	0,435	0,592	0,535	0,707	0,933				
Qualidade de Vida - QV	0,450	0,557	0,345	0,448	0,523	0,748			
Recursos Naturais - RN	0,547	0,655	0,500	0,552	0,652	0,512	0,736		
Gênero - GN	0,067	-0,118	-0,112	-0,080	-0,211	-0,071	-0,138	1	
Gestor - GS	0,126	0,143	0,008	0,115	0,077	0,097	-0,027	-0,032	1

Fonte: dados da pesquisa (2024).



Na sequência, procedeu-se com os testes do modelo estrutural para verificar a força e direção das variáveis ao examinar a colinearidade (VIF), as relações do modelo estrutural (teste de hipóteses), o coeficiente de determinação ( $R^2$ ), o tamanho do efeito ( $f^2$ ) e a relevância preditiva ( $Q^2$ ) (Hair Jr. *et al.*, 2017). Os resultados das análises são apresentados na Tabela 5.

A  $H_1$  propõe que as ações dos eixos temáticos da A3P (recursos naturais e bens públicos, gerenciamento de resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, capacitação dos servidores, licitações sustentáveis, e construções sustentáveis) influenciam, positivamente, o custo-benefício ambiental percebido pelos indivíduos, e verificou-se que apenas gerenciamento de resíduos e licitações sustentáveis não são confirmados. O primeiro eixo tem uma relação estatisticamente significativa, porém, negativa ( $\beta$ : -0,076; p-valor: 0,061), ou seja, contrário ao que era esperado. O segundo não foi estatisticamente significativo ( $\beta$ : 0,024; p-valor: 0,330).

A percepção do custo-benefício das ações da A3P pode ser diferente para os indivíduos com base em diversos fatores, entre eles o gênero, e se exerce cargo de gestão ou não. Assim, a segunda hipótese propõe que as características de (a) gênero do servidor e (b) função de gestão moderam os efeitos das ações dos eixos temáticos da A3P na percepção do



**Tabela 5: Efeitos Entre Construtos**

Relação Estrutural		$\beta$	Valor t	valor p	Hip	
<b>Relações Diretas</b>	->	0,182	3,412	<b>0,000***</b>		
Capacitação de Servidores (CP)	->	0,207	4,642	<b>0,000***</b>		
Construções Sustentáveis (CS)	->	Custo-Benefício Ambiental	-0,076	1,550	<b>0,061*</b>	$H_1$
Gerenciamento de Resíduos (GR)	->	0,024	0,440	0,330		
Licitações Sustentáveis (LS)	->	0,094	2,072	<b>0,019**</b>		
Qualidade de Vida (QV)	->	0,294	4,965	<b>0,000***</b>		
Recursos Naturais (RN)	->					
Gestor - GS	->	Custo-Benefício Ambiental	0,171	4,832	<b>0,000***</b>	
Gênero - GN	->	Custo-Benefício Ambiental	0,108	2,852	<b>0,002***</b>	
<b>Moderação</b> GN X CP GN X CS GN X GR GN X LS GN X QV GN X RN	->		0,032	0,618	0,268	
	->		0,145	1,365	<b>0,086*</b>	
	->	Custo-Benefício Ambiental	-0,039	0,602	0,274	$H_{2a}$
	->		-0,169	2,606	<b>0,005***</b>	
	->		0,177	2,061	<b>0,020**</b>	
	->		-0,059	0,475	0,318	
	->		-0,070	1,092	0,138	
GS X CP GS X CS GS X GR GS X LS GS X QV GS X RN	->		0,017	0,331	0,370	
	->	Custo-Benefício Ambiental	-0,167	1,052	0,147	$H_{2b}$
	->		0,093	1,149	0,125	
	->		-0,022	0,546	0,293	
	->		-0,215	4,366	<b>0,000***</b>	

Nota: \*\*\* sig. a 1%; \*\* sig. a 5%; \* sig. a 10%.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

custo-benefício ambiental dos indivíduos.

Para a  $H_{2a}$ , destaca-se que o gênero é um elemento moderador positivo entre o eixo de construções sustentáveis ( $\beta$ : 0,145; p-valor: 0,086), e o de qualidade de vida ( $\beta$ : 0,177; p-valor: 0,02) com o custo-benefício ambiental. Ademais, é um moderador negativo entre licitações sustentáveis e custo-benefício ambiental percebido ( $\beta$ : -0,169; p-valor: 0,005). Já para a  $H_{2b}$ , exercer um cargo de gestão, pode influenciar negativamente na forma como se percebe os efeitos do eixo de recursos naturais e bens públicos no custo-benefício ambiental ( $\beta$ : -0,215; p-valor: 0,000).

## 4.2 Discussão dos resultados

O custo-benefício ambiental refere-se a uma abordagem utilizada para analisar se uma determinada atividade é sustentável sob o aspecto ambiental, considerando os custos e benefícios ambientais a ela associados. Sua avaliação comumente envolve a identificação e mensuração dos impactos ambientais (exemplo: a emissão de poluentes, o uso de recursos naturais, a geração de resíduos, etc.) que então são comparados aos benefícios ambientais resultantes (exemplo: conservação de recursos naturais, redução da poluição, preservação da biodiversidade etc.) do projeto.

“A percepção do custo-benefício das ações da A3P pode ser diferente para os indivíduos com base em diversos fatores, entre eles o gênero, e se exerce cargo de gestão ou não.”

Por sua vez, a A3P é a iniciativa que visa promover práticas sustentáveis nas instituições públicas e busca integrar a gestão ambiental às atividades de rotina do setor público, promovendo a eficiência e a responsabilidade ambiental (MMA, 2023). Por meio de uma análise de custos e benefícios, podem-se obter direcionamentos de como as práticas de A3P estão sendo aplicadas. Nesta pesquisa, trata-se da percepção por parte dos servidores do custo-benefício ambiental referente às ações de práticas ambientalmente conscientes, implementadas a partir da A3P na organização em que trabalham, que, em síntese, teve seus resultados empíricos confirmados, com exceção dos eixos de gerenciamento de resíduos e licitações sustentáveis.

No contexto da A3P, a gestão de resíduos sólidos apresenta-se a partir das práticas para lidar de forma sustentável com os resíduos gerados em suas atividades e inclui, por exemplo, redução na geração de resíduos, coleta seletiva, reciclagem, destinação adequada, educação ambiental, etc. Todas essas práticas visam reduzir o impacto ambiental relacionado à geração e destinação de resíduos para promover a eficiência no uso de recursos, minimizar o desperdício e contribuir para a preservação do meio ambiente

(MMA, 2023). A partir dos resultados negativos e significativos dessa pesquisa ( $\beta$ : -0,076; p-valor: 0,061), evidencia-se que, possivelmente, os respondentes percebem que os custos são mais acentuados do que os benefícios, ou que as ações desses eixos não estão bem calibradas.

Os resultados permitem destacar a importância de os gestores públicos se preocuparem com a conscientização ambiental dos indivíduos (Souza *et al.*, 2021), conforme proposto pela A3P, devido ao impacto do conhecimento teórico-prático na consciência ambiental de proteção e preservação do meio ambiente (Carreño; Pacheco, 2023). Consequentemente, as percepções da relação de custo-benefício da sustentabilidade dependem desse conhecimento (Ojo *et al.*, 2019; Wang *et al.*, 2022). Essa lacuna também evidencia a necessidade de ações que otimizem os esforços no gerenciamento de resíduos, para que os benefícios se sobressaíssem para o indivíduo.



No que concerne às licitações sustentáveis sob a perspectiva da A3P, entende-se como esforço ou custo os critérios ambientais adotados nos processos de aquisição de bens, serviços e obras pelas organizações públicas. O intuito é que seja considerado não apenas o preço e a qualidade dos produtos/serviços adquiridos, mas também os impactos ambientais relacionados (MMA, 2023).

Entre os aspectos adicionais que são observados nas licitações sustentáveis, estão os critérios ambientais, a compra de produtos sustentáveis, os serviços sustentáveis, a inovação sustentável, a conscientização e o treinamento, etc., os quais podem contribuir, direta e indiretamente, para o meio ambiente de distintas formas, além de estimular a adoção de práticas mais sustentáveis em diversos setores econômicos. Os resultados não significativos desta pesquisa permitem inferir que os respondentes não têm percepção amadurecida sobre os efeitos no custo-benefício das ações voltadas às licitações sustentáveis implantadas na organização a que pertencem, o que pode ser justificado pelo fato de que a avaliação do custo-benefício deve considerar não somente os benefícios em curto prazo, mas também os em longo prazo.

Ainda, possivelmente diante das dificuldades da adoção e implementação da A3P nas diferentes esferas governamentais (Oliveira; Santos; Cabral, 2021), no processo relacionado às licitações, possivelmente os indivíduos tendem a não perceber a razão custo-benefício. No entanto, à medida que os ODS forem incorporados na cultura das organizações, novas práticas sustentáveis serão estabelecidas e irão refletir na conscientização dos indivíduos, conforme destacado pelos estudos anteriores de Kruger et

al. (2011), Olsson e Kruger (2021) e Dalla Porta et al. (2023). Nesse sentido, destaca-se a relevância do conhecimento e da consciência ambiental dos servidores públicos para a implementação e disseminação de práticas socioambientais alinhadas com os objetivos da A3P (Souza et al., 2021).

No tocante às relações das ações dos outros quatro eixos (recursos naturais e bens públicos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, capacitação dos servidores e construções sustentáveis), os custos-benefícios percebidos pelos respondentes foram estatisticamente positivos e significativos, o que permite inferir que são observados como significativos para o meio ambiente, para a sociedade e para a própria instituição a que pertencem, proporcionando, assim, mais benefícios (i.e., redução de custos operacionais, economia de recursos naturais, melhoria na imagem institucional, conformidade legal, estímulo à inovação e eficiência, contribuição para os ODS, etc.) do que custos

(i.e., treinamento e conscientização, aquisição de tecnologias sustentáveis, adaptação de infraestrutura, ações de conservação de recursos naturais, atualização de políticas e regulamentações internas, campanhas de comunicação e conscientização, auditorias ambientais, investimentos em energias renováveis, etc.).

A percepção do custo-benefício das ações da A3P pode ser diferente para os indivíduos, com base em diversos fatores, entre eles o gênero. Assim, a H<sub>2</sub>a mostrou que o gênero diferencia positivamente a percepção das influências do eixo de construções sustentáveis e o de qualidade de vida no custo-benefício ambiental; e, negativamente, na relação entre licitações sustentáveis e respectivo custo-benefício ambiental percebido. Nesse contexto, o gênero feminino, ao moderar a relação com o custo-benefício das ações sustentáveis, reforça a sua percepção de que expectativas





“ Pode-se inferir, dessa forma, a importância da atuação dos gestores públicos na implementação de iniciativas e práticas socioambientais voltadas aos objetivos da A3P, sendo que as atitudes ambientais e o comprometimento dos indivíduos são influenciados pelas iniciativas das lideranças (Ojo *et al.*, 2019).”

gerais independentes de gênero tornam-se mais alinhadas e empoderadas. De outra forma, a percepção dos efeitos das licitações sustentáveis não significativo para o conjunto de indivíduos, na indicação do gênero feminino, demonstra que tende a uma percepção de aumento do esforço em relação ao benefício ambiental.

Os achados indicam que o gênero feminino influencia positivamente a percepção da implementação de práticas socioambientais, tendo em vista que a consciência ambiental dos indivíduos reflete nas ações e no apoio à adoção de iniciativas socioambientais alinhadas com as metas da A3P. Tornam-se relevante o fomento e as capacitações que favoreçam as percepções de custo-benefício e de práticas socioambientais adequadas pelos servidores que atuam nas instituições públicas (Zanini *et al.*, 2023).

Com vistas a verificar se a percepção do custo-benefício da A3P é influenciada pelo papel que o indivíduo desempenha, testou-se a moderação da variável cargo de gestor. Exercer uma posição de gestão, por vezes, possibilita uma visão mais ampla das operações e decisões organizacionais e, com isso, permite melhor percepção das práticas relacionadas à sustentabilidade e à A3P.

Nessa perspectiva, confirmou-se estatisticamente significativa apenas para a moderação da variável cargo de gestão na relação entre o eixo de recursos naturais e custo-benefício ambiental percebido. Isso permite depreender que a instituição em que os respondentes atuam deixa claro aos seus gestores que ela não apenas faz uso dos recursos naturais, mas também tem a responsabilidade de gerenciá-los de maneira sustentável.

No contexto organizacional, Ojo *et al.* (2019) indica que os líderes moldam o interesse e a consciência ambiental dos colaboradores, especialmente quando demonstram comprometimento com boas práticas ambientais. Pode-se inferir, dessa forma, a importância da atuação dos gestores públicos na implementação de iniciativas e práticas socioambientais voltadas aos objetivos da A3P, sendo que as atitudes ambientais e o comprometimento dos indivíduos são influenciados pelas iniciativas das lideranças (Ojo *et al.*, 2019). Consequentemente, no ambiente organizacional, o reconhecimento e a evidência de gastos e dos custos socioambientais, permitirá a análise da relação entre custos e benefícios

da adoção de práticas sustentáveis (Araújo; Ramos, 2015), potencializando, nesse sentido, avanços em relação ao uso dos recursos governamentais, para a promoção da sustentabilidade no ambiente das instituições públicas (Zanini *et al.*, 2023).



Nas relações não significantes que predominaram nas moderações, refletindo ausência de alinhamento dos eixos de práticas, pode ser reflexo do maior esforço ou do custo para o gestor responsável pelas diversas áreas da organização. Nesse contexto, é fundamental a atuação organizacional para demonstrar os benefícios ambientais e institucionais cujos esforços produzam, assegurando uma ponderação de custo-benefício mais vantajosa para esses gestores.

Nessa perspectiva, deve-se destacar a importância de os gestores públicos se preocuparem com a conscientização das metas e ODS da Agenda 2030 e a implementação dos ODS (Souza *et al.*, 2021), conforme proposto pela A3P, especialmente diante dos indicativos de que a consciência ambiental envolve o conhecimento teórico-prático de proteção e preservação do meio ambiente (Carreño; Pacheco, 2023) e de que as percepções da relação

de custo-benefício, incluindo atitudes responsáveis e sustentáveis (Ojo *et al.*, 2019; Wang *et al.*, 2022), dependem desse conhecimento que refletirá nas ações e na consciência ambiental dos indivíduos.

## 5 Conclusões

Este artigo objetivou descrever as influências das práticas organizacionais de sustentabilidade compreendidas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no custo-benefício ambiental percebido pelos indivíduos. Para a execução desse objetivo, aplicou-se um questionário a servidores de uma instituição pública do setor de justiça brasileiro, obtendo 509 respostas. Metodologicamente, a pesquisa é caracterizada como descritiva, com análise quantitativa a partir de equações estruturais para testar duas hipóteses e se as variáveis gênero e cargo de gestão são moderadoras significativas.

Os principais resultados evidenciaram que as ações dos seis eixos temáticos da A3P influenciam positivamente em maior consciência dos indivíduos sobre o custo-benefício ambiental das políticas da A3P, com exceção de gerenciamento de resíduos e licitações sustentáveis que não foram confirmadas. Também, observou-se que o gênero é uma variável moderadora mais forte, comparativamente à variável de cargo de gestor, mostrando que, ao implementar práticas da A3P, a organização deve considerar a diversidade de públicos-alvo, incluindo as perspectivas de gênero, para garantir que as estratégias de conscientização e engajamento sejam eficazes. Ademais, quando uma entidade implementa a A3P, é recomendável o envol-

vimento dos gestores em discussões sobre custo-benefício, reforçando os aspectos estratégicos e financeiros relacionados às práticas organizacionais sustentáveis.

Entende-se que essa pesquisa contribui com a literatura ao evoluir estudos anteriores, como os de Peng e Liu (2016), no aspecto da consciência dos determinantes do custo-benefício ambiental percebido, entendido como a compreensão dos indivíduos sobre as potenciais poupanças de custos e/ou aumento de lucros resultantes de melhores práticas ambientais, ainda que em contexto nacional distinto; também contribui com órgãos responsáveis por formular e promover políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, como o Ministério do Meio Ambiente, para entender melhor algumas especificidades na adoção das práticas da A3P pelas pessoas. Os resultados também contribuem diretamente para as estratégias de implementação de ações sustentáveis dos órgãos da administração pública e organizações que interagem nesse ambiente institucional.

Em relação às evidências observadas em relação à moderação do gênero, até então desconhecidas da literatura, é importante promover essa discussão no âmbito organizacional visto que demonstra o gênero feminino como propulsor da percepção do custo-benefício ambiental, frente a uma inversão de sentido sobre as licitações sustentáveis que pode denotar o não alcance de certas atividades pelas mulheres. Essas diferenças implicam a necessidade de ações direcionadas para a conscientização do corpo funcional sobre os benefícios de práticas sustentáveis, bem como a melhoria de processos que mitiguem esforços e custos dessas atividades, de forma que todos os colaboradores indistintamente ao gênero compreendam a relevância e os efeitos benéficos daquelas práticas sustentáveis.



“Os achados revelam a importância do conhecimento, de capacitações e da formação dos gestores e líderes voltados ao comprometimento com as práticas socioambientais da A3P, porque as atitudes ambientais e o comprometimento dos indivíduos são influenciados pelas iniciativas dos gestores.”

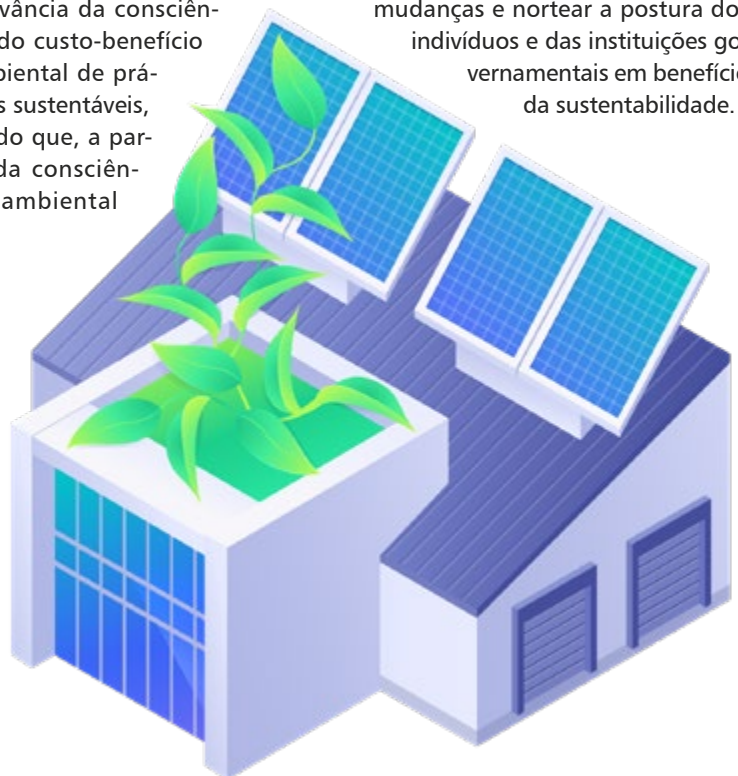
Os achados revelam a importância do conhecimento, de capacitações e da formação dos gestores e líderes voltados ao comprometimento com as práticas socioambientais da A3P, porque as atitudes ambientais e o comprometimento dos indivíduos são influenciados pelas iniciativas dos gestores. Nesse aspecto, o reconhecimento e a evidência dos gastos e custos socioambientais permitirão que os servidores públicos reconheçam os custos-benefícios da adoção de práticas sustentáveis pelas instituições públicas, o que pode potencializar novas práticas de sustentabilidade. Ademais, essa consciência ambiental também refletirá na adoção das ações e práticas de sustentabilidade pelos diferentes setores e estruturas das instituições públicas. Dessa forma, destaca-se a importância da consciência ambiental dos gestores públicos, visando aumentar as iniciativas e as ações voltadas para atender às metas da Agenda 2030 e a implementação dos ODS, conforme proposto pelas indicações da A3P.

Dentre as limitações, destaca-se que foi usada como instrumento de pesquisa apenas a dimensão do custo-benefício ambiental percebido de Peng e Liu (2016) e, assim, recomenda-se que, em futuros estudos, seja incluída a dimensão

da consciência do risco ambiental, visto que se trata de um fator nem sempre percebido, mas presente no cotidiano organizacional cujas consequências podem impactar a sociedade. Outra limitação é o fato de se considerar a variável *gênero* apenas sob as dimensões masculino/feminino, e pesquisas futuras podem ampliar para diferentes percepções ou categorias autorreferidas.

De forma geral, os resultados do estudo evidenciam a relevância da consciência do custo-benefício ambiental de práticas sustentáveis, sendo que, a partir da consciência ambiental

dos indivíduos sobre a importância do papel das instituições governamentais no fomento de melhores práticas ambientais alinhadas com as metas da A3P e com os ODS, pode-se potencializar a implementação de ações e práticas sustentáveis de longo prazo. Por fim, destaca-se que as instituições públicas têm papel fundamental no contexto das metas da Agenda 2030, de modo que a A3P se torna uma proposta urgente visando conduzir os processos de mudanças e nortear a postura dos indivíduos e das instituições governamentais em benefício da sustentabilidade.



## Referências

AFONSO, D. L. V., PACHECO, I. B. G., BRAGA, I. L. Agenda ambiental na administração pública (A3P) aliada à gestão do conhecimento: caso prático da Ecoligo-RO. *Revista Gestão Organizacional*, v. 16, n. 3, p. 216-233, 2023. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v16i3.7368>.

ALMEIDA, V. F., SIMÃO, M. O. D. A. R., LIMONT, M., SABINO, A. R., MARTINS, E. K., ALMEIDA, G. B. Agenda ambiental da administração pública: A3P como instrumento de educação ambiental no Instituto Federal do Amazonas. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 17, n. 2, p. 452-473, 2022. <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.12995>.

ARAÚJO, A. O., RAMOS, M. D. C. P. Limitações dos relatórios de sustentabilidade para análises custo-benefício de ações sociais e ambientais. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v.13, n. 1, 132-155, 2015.

BINCÝ, O. K.; VASUDEVAN, T. M. Environmental sustainability: Awareness and practices among library professionals in University of Calicut. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 49, n. 4, 102748, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2023.102748>.

CARREÑO, R. M., PACHECO, F. A. D. Modelo de consciência ambiental baseado na contextualização no ensino secundário superior. *RIDE Revista Ibero-Americana de Pesquisa e Desenvolvimento Educacional*, v. 13, n. 26, 2023. <https://doi.org/10.23913/ride.v13i26.1517>

DALLA PORTA, C., KRUGER, S. D., MAZZIONI, S. Comprometimento das empresas signatárias com os princípios do Pacto Global. *Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade - REUNIR*, v. 13, n. 1, p. 56-76, 2023. <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i1.1299>.

DU, Y., WANG, X., ZHANG, L., FEGER, K. H., POPP, J., SHARPLEY, A. Multi-stakeholders' preference for best management practices based on environmental awareness. *Journal of Cleaner Production*, v. 236, p. 117682, 2019. <http://collections.unu.edu/view/UNU:7396>.

ESPINOZA, A. S. A estratégia do debate no fortalecimento da consciência ambiental. *Revista Científica de Pesquisa Valdizana*, v. 12, n. 4, 177-183, 2018. <https://doi.org/10.33554/riv.12.4.153>.

ESTRADA, E. M. Un ensayo sobre la Laudato si' y su contribución a la conciencia ambiental. *Revista de Fomento Social*, (v. 291-292), p. 441-456, 2018.

FERREIRA, R. G., PAES-DE-SOUZA, M. Adesão das instituições públicas da Amazônia Legal à agenda ambiental da administração pública (A3P). *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 11, n. 3, p. 223-240, 2019. <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v11n3p223-240>

HAIR JR., J. F., HULT, G. T.M., RINGLE, C. M., SARSTEDT, M. *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)*. 2nd Edition, Sage Publications Inc., Thousand Oaks, CA. 2017.

KRUGER, S. D., PFITSCHER, E. D., FREITAS, C. L., PETRI, S. M. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior - Uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 4, n. 3, p. 44-62, 2011.

KUZMA, E. L., DOLIVEIRA, S. L. D., SILVA, A. Q. Competências para a sustentabilidade organizacional: uma revisão sistemática. *Cadernos EBAPÉ*, v. 15, p. 428-444, 2017. <https://doi.org/10.1590/1679-395160726>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA (2020). *Portaria N.º 326, de 23 de julho de 2020*. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição n. 141, p. 43, 24 julho 2020. [www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696). Acesso em 02 de janeiro de 2024.

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE - MMA. *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*, 2023. Disponível em <http://a3p.mma.gov.br/>. Acesso em 02 de janeiro de 2024.

NAÇÕES UNIDAS. *Agenda 2030*, 2023. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 02 de janeiro de 2024.

OJO, A. O., RAMAN, M., DOWNE, A. G. Toward green computing practices: A Malaysian study of green belief and attitude among Information Technology professionals. *Journal of Cleaner Production*, v. 224, p. 246-255, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.03.237>.

OJO, A. O., FAUZI, M. A. Environmental awareness and leadership commitment as determinants of IT professionals engagement in Green IT practices for environmental performance. *Sustainable Production and Consumption*, v. 24, p. 298-307, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2020.07.017>.

OLIVEIRA, L. M. S., SANTOS, S. M. D., CABRAL, A. C. A. Gestão Socioambiental: adesão à agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. *Gestão e Sociedade*, v. 15, n. 41, p. 3984-4012, 2021. <https://doi.org/10.21171/ges.v15i41.3535>.

OLSSON, G., KRUGER, S. D. Governança corporativa e externalidades: um olhar sobre o desenvolvimento pluridimensional na Agenda 2030. *Revista eletrônica do curso de direito da UFSM*, v. 16, n. 2, p. e39752, 2021. <https://doi.org/10.5902/1981369439752>

PACHECO, I. B. G., SILVA, R. M. P. Agenda Ambiental na Administração Pública: aplicação e contribuições socioambientais em Universidades Federais. *ID on line. Revista de Psicologia*, v. 15, n. 57, p. 297-317, 2021. <https://doi.org/10.14295/online.v15i57.3209>

PENG, X., LIU, Y. Behind eco-innovation: Managerial environmental awareness and external resource acquisition. *Journal of Cleaner Production*, v.139, p. 347-360, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.08.051>

PODSAKOFF, P. M., MACKENZIE, S. B., LEE, J. Y., PODSAKOFF, N. P. Common method biases in behavioral research: a critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, v. 88, n. 5, p. 879-903, 2003. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.88.5.879>

RINGLE, Christian M.; DA SILVA, Dirceu; DE SOUZA BIDO, Diógenes. Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. *REMark-Revista Brasileira de Marketing*, v. 13, n. 2, p. 56-73, 2014.

SEVERO, E. A., MEDEIROS, A. M. T. V., LUNA, T. B., MORAES, M. C., GUIMARÃES, J. C. F. Consciência ambiental, consumo sustentável e intenção de compra de smartphones remanufaturados: uma survey no nordeste do Brasil. *Desenvolvimento em Questão*, v. 19, n. 56, p. 301-321, 2021. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.56.11703>.

SEVERO, E. A., GUIMARÃES, J. C. F., DELLARMELIN, M. L. Impact of the COVID-19 pandemic on environmental awareness, sustainable consumption and social responsibility: Evidence from generations in Brazil and Portugal. *Journal of Cleaner Production*, v. 286, 124947, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124947>

SOUZA, L. C., LOPES, I. B. M., KOHNERT, R. F., BATISTA, P. L. Gestão pública e Agenda 2030: o impasse na ratificação do acordo Mercosul-União Europeia. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, v. 21, n. 41, p. 276-294, 2021. <https://doi.org/10.48075/csar.v21i41.28029>.

VAN DER WAAL, J. W., THIJSSSENS, T. Corporate involvement in sustainable development goals: exploring the territory. *Journal of Cleaner Production*, 252, p. 119625, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119625>.

ZANINI, P. H. F., PEREIRA, A. W., PEREIRA, R. S. Cidades sustentáveis e a agenda ambiental na administração pública brasileira. *Journal on Innovation and Sustainability RISUS*, v. 14, n. 2, p. 4-19, 2023. <https://doi.org/10.23925/2179-3565.2023v14i2p4-19>

ZEMANOVA, Š., DRULÁKOVÁ, R. Mainstreaming global sustainable development goals through the un global compact: the case of visegrad countries. *Journal of Risk and Financial Management*, v. 13, n. 3, p. 41, 2020. <https://doi.org/10.3390/jrfm13030041>.

WANG, C., YAO, X., SINHA, P. N., SU, H., LEE, Y. K. Why do government policy and environmental awareness matter in predicting NEVs purchase intention? Moderating role of education level. *Cities*, 131, 103904, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103904>.



# Iniciativas ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa) na Contabilidade e Relato Integrado: um estudo da comparabilidade no setor elétrico brasileiro

O objetivo deste trabalho foi verificar o grau de comparabilidade de iniciativas ASG praticadas pelas empresas, de acordo com a estrutura proporcionada pelo *framework* do Relato Integrado, especificamente para o setor elétrico. Para tanto, foram selecionadas seis companhias abertas do setor elétrico brasileiro. Ato contínuo, analisaram-se os Relatos Integrados e as informações a respeito de iniciativas ASG em relatórios anuais divulgados por essas seis empresas em 2021. Como resultado, é possível concluir que a estrutura do Relato Integrado proporciona um grau médio de comparabilidade das iniciativas ASG. Em outras palavras, a partir da métrica utilizada pelo trabalho, de 36% a 70% das iniciativas ASG divulgadas pelas empresas selecionadas no estudo são comparáveis entre si. O trabalho reforça os achados de estudos anteriores sobre o tema e contribui na sistematização das propostas existentes sobre divulgação relacionadas ao Relato Integrado e a documentos correlatos, bem como propõe uma estrutura com métricas e indicadores universais, que possibilite, de fato, a comparabilidade de informações e iniciativas ASG entre empresas.

## Eduardo Gomes de Souza

É advogado, consultor tributário, especialista em Direito Tributário e bacharelado em Ciências Contábeis. Tem mais de 14 anos de experiência na área tributária, com foco em Planejamento Tributário e consultoria para tributos indiretos, para segmentos diversos, como indústria, comércio varejista e serviços.  
*E-mail:* eduardo\_gomes\_souza@hotmail.com

## Simone Alves da Costa

Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Tem experiência profissional de mais de 15 anos como consultora e colaboradora em empresas de médio e grande portes na área de Controladoria, Planejamento Financeiro e Gestão de Custos. Atua como docente em cursos de graduação, pós-graduação e treinamentos executivos.  
*E-mail:* simone.alves@unifesp.br

## 1 Introdução

Nos últimos anos, têm ganhado visibilidade iniciativas relacionadas a ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), versão brasileira para a sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*). O fato de ter sido incluído entre os fatores de decisão para investidores e grandes *players*, como Black Rock, XP Investimentos e setor financeiro europeu, aumenta sua relevância (Gati; Candeloro; Peppe; Lafraia, 2020).

Recentemente, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), no seu Guia ASG – Incorporação dos aspectos ASG nas análises de investimento, conclui que o mercado de investimentos deverá ter algum tipo de engajamento com questões relacionadas a ASG se quiser atrair investimentos de clientes (Anbima, 2020).

Tendo em vista que a Contabilidade tem como desafio demonstrar e entregar aos investidores registros e dados confiáveis dos resultados obtidos pelas empresas, as iniciativas ASG passam a ser relevantes, também, dentro desse contexto. Não por acaso, em novembro de 2020, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) CTG 09 – Relato Integrado, elaborada com base no OCPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Relato Integrado, muito embora já conte com OCPC e NBC, ainda não é um relatório de divulgação obrigatória para as empresas em geral, ou seja, a sua elaboração e divulgação são voluntárias. Em contrapartida, talvez seja hoje o relatório contábil que está mais próximo de adequar as iniciativas ASG na divulgação aos diferentes *stakeholders*.

A OCPC 09 não impõe indicadores de desempenho específicos, tampouco métodos de mensuração ou divulgação de temas individuais.

Portanto, é preciso que os responsáveis pela elaboração e apresentação do Relato Integrado exercitem o julgamento profissional, dadas as circunstâncias específicas da organização, para determinar quais temas são relevantes e como eles são divulgados, incluindo a aplicação de métodos de mensuração e divulgação comumente aceitos, conforme o caso. Há evidências, no entanto, de que a qualidade da informação contábil diminui sob a égide da divulgação voluntária (Barbosa *et al.*, 2015).

Como consequência da ausência de indicadores de desempenho, métodos de mensuração e de divulgação, a elaboração e a apresentação ficam a critério de cada empresa e, diante da divulgação voluntária, é possível que a qualidade das informações apresentadas seja afetada, bem como exista prejuízo para as partes interessadas no quesito comparabilidade de iniciativas ASG entre as empresas.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal verificar o grau de comparabilidade de iniciativas ASG praticadas pelas empresas, de acordo com a estrutura proporcionada pelo *framework* do Relato Integrado, especificamente para o setor elétrico.

Para atingir esse objetivo, realizou-se a análise de relatórios integrados e de informações a respeito de iniciativas ASG divulgadas em relatórios anuais e de sustentabilidade de seis empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores do Brasil, no segmento de energia elétrica. Vale ressaltar que a CTG 09/2020 possibilita que o Relato Integrado seja um relatório independente ou uma parte distinta, destacada e retirada de outro relatório ou informe, o que possibilita a integração do Relato Integrado, por exemplo, a relatórios de sustentabilidade, e vice-versa. Por esse motivo, o estudo incluiu, também, informações re-



lacionadas a iniciativas ASG divulgadas em relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade.

Espera-se que este estudo contribua para a discussão sobre o papel das Ciências Contábeis nessa empreitada junto na sociedade, no que tange à divulgação de informações com qualidade envolvendo os aspectos ASG. Desse modo, entender o grau de comparabilidade que a estrutura do Relato Integrado oferece é essencial para identificar quais passos são necessários para aprimorar a divulgação das informações relacionadas às iniciativas ASG, de modo que se obtenha comparabilidade efetiva, guardadas as peculiaridades de cada negócio.

## 2 Fundamentação Teórica

### 2.1 Iniciativas ASG e qualidade da informação na divulgação voluntária

O Relato Integrado é, provavelmente, o relatório que mais atende às expectativas dos diversos *stakeholders* em relação às iniciativas ASG. Já é possível constatar uma relação direta entre a divulgação dos Relatos Integrados ao mercado e o retorno das ações de empresas de capital aberto listadas na B3 (Santos; Miranda; Mamede, 2021). Os *stakeholders* estão cada vez mais preocupados com os posicionamentos e as políticas ambientais, para além dos aspectos econômicos de rentabilidade das empresas (Mato-vani *et al.*, 2017).



“A voluntariedade afeta ainda a disposição das empresas para utilização do próprio Relato Integrado. Em 2018, apenas 191 empresas (31%) listadas na Bolsa de Valores no Brasil declararam divulgar informações socioambientais, e 33 delas elaboram RI (Garcia; Ciasca; Marçal, 2019).”

Santos *et al.* (2021), ao tentarem identificar se existe relação entre as divulgações dos Relatos Integrados e a criação de valor, tanto para os usuários quanto para a empresa, indicam que as companhias criam valor conforme ampliam o seu nível de divulgação e, por conta disso, apresentam cada vez mais informações no decorrer dos anos analisados.

Ainda se estuda o grau de percepção do valor criado ao acionista e aos diversos *stakeholders*; a princípio, ele pode ser mais intangível do que tangível (Salgado *et al.*, 2017). Não há dúvidas de que a pressão que os *stakeholders* exercem sobre as empresas influencia a qualidade de informações divulgadas em seus Relatos Integrados (Carvalho *et al.*, 2022). Por outro lado, estudos já realizados acerca do Relato Integrado no Brasil revelam lacunas de engajamento e utilização que prejudicam a adoção do Relato Integrado com qualidade (Maria; D'Angelo; Borgerth, 2021).

Mesmo que a divulgação do Relato Integrado seja voluntária, pode-se afirmar que alguns elementos relacionados aos aspectos ASG já são de informação e divulgação obrigatória em outras demonstrações contábeis. Pode-se

citar, por exemplo, a necessidade de informar valores a respeito de passivos ambientais (Gonçalves *et al.*, 2016).

Anterior ao surgimento do Relato Integrado, encontra-se o balanço social como forma de empresas do setor energético brasileiro evidenciar, também de forma voluntária, as suas preocupações em relação à preservação do meio ambiente e à responsabilidade social. Dantas e Vieira (2015) constatam que o caráter voluntário do balanço social, na maioria das empresas analisadas, deixou em segundo plano os dados e as informações relacionados ao tema. Já Santos *et al.* (2020), ao analisarem o nível de *disclosure* voluntário no agronegócio, concluem que o nível de qualidade proporcionado é intermediário, já que existe certa negligência em comunicar ações de responsabilidade social, o que indica baixo desempenho no que tange à sustentabilidade. Nesse sentido, há um indicativo de que a voluntariedade da divulgação do Relato Integrado contribui negativamente

para a sensação de confiabilidade e consistência das informações relacionadas às iniciativas ASG.

A voluntariedade afeta ainda a disposição das empresas para utilização do próprio Relato Integrado. Em 2018, apenas 191 empresas (31%) listadas na Bolsa de Valores no Brasil declararam divulgar informações socioambientais, e 33 delas elaboram RI (Garcia; Ciasca; Marçal, 2019).



## 2.2 Estrutura do Relato Integrado e comparabilidade de iniciativas ASG

Caso haja uma relação não positiva entre divulgação voluntária e qualidade da informação contábil, como sugerido na seção anterior, um estudo a respeito da comparabilidade de indicadores de sustentabilidade afirma que a comparabilidade, bem como a confiabilidade, é necessária para atender ao *triple bottom line*, garantindo o desenvolvimento sustentável da organização (Ferreira *et al.*, 2022).

Nesse sentido, cumpre destacar que, conforme dispõe a CTG 09/2020, o Relato Integrado surge com o objetivo de melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capital financeiro, permitindo que a alocação de capital seja mais eficiente e produtiva, além de aperfeiçoar a prestação de contas e a responsabilidade pela gestão da base abrangente de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural), promovendo o entendimento de suas interdependências. A CTG 09/2020 estabelece princípios de orientação e elementos de conteúdo, a saber: geração de valor ao longo do tempo – o Relato Integrado deve explicar aos provedores de capital financeiro como a organização gera

valor ao longo do tempo, por meio de informações relevantes, sejam elas financeiras ou de outra natureza; e benefícios às partes interessadas – o Relato Integrado deve demonstrar a capacidade da organização em gerar valor ao longo do tempo, incluindo empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas.

A respeito da geração de valor ao longo do tempo, Marçal, Neumann e Sanches (2022), ao pesquisarem a semântica desse conceito fundamental do Relato Integrado, chegaram à conclusão de que a geração de valor está sempre relacionada à divulgação de ações de valores (capitais) com efeitos positivos. Entretanto, quando não há divulgação, ou não há divulgação suficiente, quando tais ações possuem efeito negativo, ou seja, destroem valor ao acionista.

Atualmente, a CTG 09/2020 reconhece que, ainda que exista uma grande variedade de circunstâncias individuais, a estrutura do Relato Integrado visa, sobretudo, permitir um grau suficiente de comparabilidade entre organizações, para que, assim, seja possível atender a importantes necessidades de informação. Ainda assim, a estrutura do Relato Integrado não impõe indicadores de desempenho específicos, métodos de

mensuração ou divulgação de temas individuais. Cada responsável pela elaboração do Relato Integrado deve exercer o seu julgamento profissional e determinar quais temas são relevantes e como eles serão divulgados, conforme a realidade e subjetividade de cada empresa.

Há evidências, no entanto, de que as empresas podem contemplar as mesmas informações de maneiras diferentes e com ênfases distintas (Silva; Santos; Santos, 2019), o que seria compreensível, dado o perfil de cada empresa e a forma como cada uma estabelece suas metas.

A CTG 09/2020 sugere que indicadores quantitativos – como, por exemplo, indicadores-chave de desempenho (*Key Performance Indicators* ou KPIs) e métricas monetizadas – são muito úteis para explicar como a organização gera valor e como ela utiliza e afeta diversos capitais. No entanto, a estrutura do Relato Integrado não indica nem dá exemplos de indicadores de desempenho, tampouco conceitua o que se deve entender por métricas monetizadas. Contudo, é possível inferir que a sugestão de tais elementos quantitativos objetiva oferecer aos *stakeholders* informações numéricas, com a possibilidade de mensurar e demonstrar o aporte de recursos em iniciativas ASG e, conseqüentemente, o retorno alcançado.

“Atualmente, a CTG 09/2020 reconhece que, ainda que exista uma grande variedade de circunstâncias individuais, a estrutura do Relato Integrado visa, sobretudo, permitir um grau suficiente de comparabilidade entre organizações, para que, assim, seja possível atender a importantes necessidades de informação.”

Diversas passagens da CTG 09/2020 reforçam que indicadores quantitativos, tais como os de desempenho, podem ajudar a aumentar a comparabilidade e são particularmente úteis para expressar e relatar informações em comparação com metas. Nesse sentido, é importante e recomendado que as empresas façam uso de tais indicadores para que consigam relatar melhor como suas estratégias e seus modelos de negócio são afetados pelo ambiente externo, como riscos e oportunidades são detectados e acompanhados, bem como a forma de se realizar a alocação de recursos para que os objetivos em iniciativas ASG sejam alcançados.

Um estudo realizado com o objetivo de propor indicadores mínimos que permitissem comparabilidade, clareza e identificação de transparência de duas empresas do setor elétrico classificadas na B3 chega à conclusão de que semelhanças e diferenças podem ser identificadas, mesmo estudando companhias de um mesmo setor (Santos *et al.*, 2020). Em outras palavras, as empresas se assemelham muito no tipo de informação que apresentam, e diferem na forma como fazem a demonstração de tais informações, o que prejudica a efetiva comparabilidade dos Relatos Integrados.

Quando se adentra nessa temática de metodologias e indicadores, estudo recente da PwC Brasil, ao analisar os

pilares ASG nos relatórios não financeiros divulgados por empresas que compõem o Índice Bovespa, detecta que 97% delas fazem uso do Global Reporting Initiative (GRI) como *framework* mais utilizado na preparação desses documentos. A mesma pesquisa aponta que 87% das empresas adotam alguma metodologia auxiliar (PwC, 2022).

A GRI é uma organização internacional independente que ajuda empresas e outras organizações a assumirem a responsabilidade por seus impactos, fornecendo-lhes a linguagem global comum para comunicar tais impactos. A organização hoje é responsável por fornecer os padrões mais utilizados no mundo para relatórios de sustentabilidade, que permitem que qualquer organização – grande ou pequena, privada ou pública – entenda e relate seus impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade, de forma comparável e confiável, aumentando, assim, a transparência em sua contribuição para o desenvolvimento sustentável (GRI, 2022).

Também como espécie de metodologia ou padronização disponível para as empresas na composição de seus relatórios integrados e no consequente aumento do grau de comparabilidade de iniciativas ASG, constam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) lista 17 objetivos relacionados a ações globais para combate e erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e garantia de paz e prosperidade para toda a população mundial.

No Brasil, os ODS fazem parte da Agenda 2030. Em 2021, a Câmara dos Deputados divulgou dados do Relatório Luz 2021, produzido por entidades da sociedade civil, que aponta que o país não apresenta progresso satisfatório em nenhuma das 169 metas dos 17 ODS da Agenda 2030.

Figura 1 – Compromissos ODS



Fonte: ONU (2022).

### 2.3 Forma do Relato Integrado

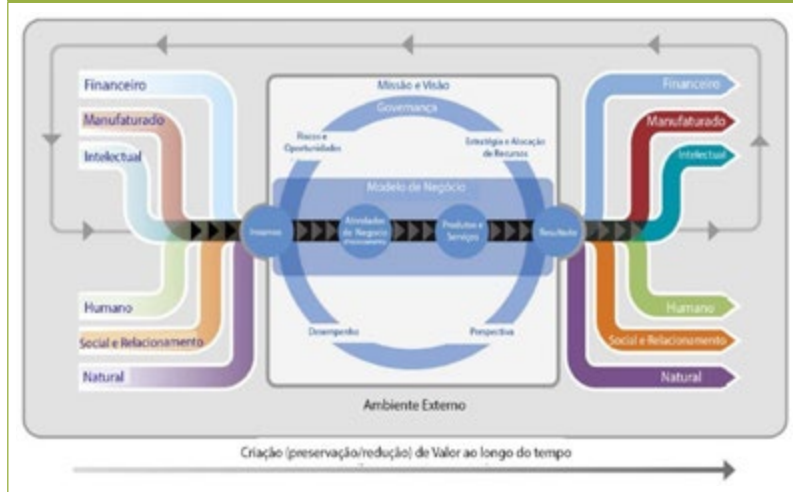
A CTG 09/2020 determina que o Relato Integrado pode ser um relatório independente ou ser uma parte distinta, destacada e retirada de outro relatório ou informe, o que possibilita a integração do Relato Integrado, por exemplo, a relatórios de sustentabilidade, e vice-versa, desde que sob essa denominação. Assim, qualquer comunicação que afirme ser Relato Integrado e que faça referências à estrutura conceitual elaborada pelo *International Integrated Reporting Council (IIRC)* ou à CTG 09/2020 deve atender às exigências contidas na própria norma.

A estrutura do Relato Integrado, prevista na CTG 09/2020, oferece aos responsáveis por sua elaboração um diagrama que evidencia a forma como a empresa pode demonstrar a geração de valor, conectando seus capitais, ambiente interno e ambiente externo, que é o processo de geração de valor. Para efeitos do Relato Integrado por geração de valor, a CTG 09/2020 indica que é o processo que resulta no valor gerado pela organização ao longo do tempo, por meio de aumentos, diminuições ou transformações de capitais causados pelas atividades e pelos produtos da organização.

Os capitais que auxiliam no processo de geração de valor, conforme dispõe a CTG 09/2020, são: (1) financeiro; (2) manufaturado; (3) intelectual; (4) humano; (5) social e de relacionamento; e (6) natural. Tal valor pode ser classificado como positivo ou negativo, bem como ser gerado para a própria organização, ou seja, como retorno financeiro a provedores de um ou mais capitais, ou para terceiros, *stakeholders* e sociedade em geral.

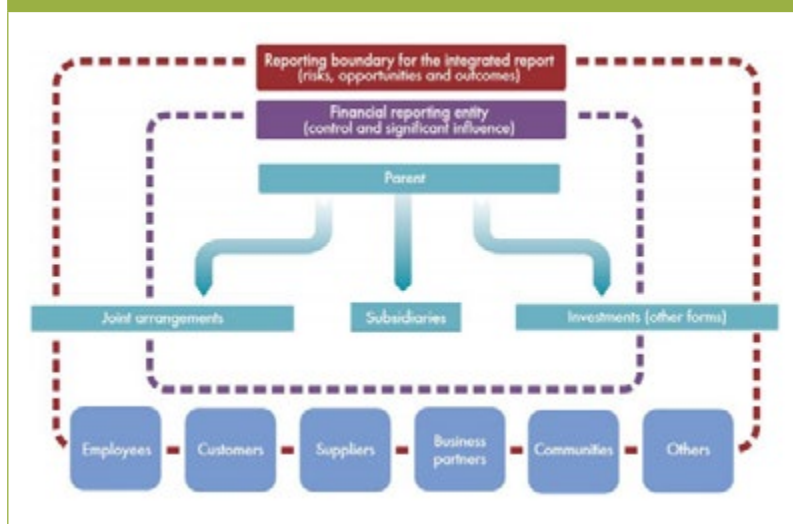
Como princípios, a elaboração e a apresentação do Relato Integrado informam: a) foco estratégico e orientação para o futuro; b)

Figura 2 – O processo de geração de valor



Fonte: CTG 09/2020, Apêndice B, Figura 2.

Figura 3 – Entidades/partes interessadas na determinação dos limites do relatório



Fonte: CTG 09/2020, Apêndice B, Figura 3.

conectividade de informações; c) relação com as partes interessadas (*stakeholders*); d) materialidade (relevância); e) concisão; f) confiabilidade e completude; e g) uniformidade e comparabilidade.

Já em relação aos elementos de conteúdo, o Relato Integrado incluirá os seguintes oito elementos de conteúdo que devem responder à pergunta feita para cada um deles: a) visão geral da organização e de seu ambiente externo; b) governan-

ça; c) modelo de negócios; d) riscos e oportunidades; e) estratégia e alocação de recursos; f) desempenho; g) perspectiva; e h) base para elaboração e apresentação.

A CTG 09/2020 destaca que os elementos de conteúdo são fundamentalmente vinculados uns aos outros, e não mutuamente excludentes. A ordem dos elementos não precisa ser a única maneira de demonstrá-los. Sendo assim, eles não servem como estrutura-padrão

Tabela 1 – Elementos de conteúdo do Relato Integrado

Item	Elemento de Conteúdo	Pergunta	Resposta incluirá
1	Visão geral da organização e de seu ambiente externo	O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?	Contextualização da cultura, ética e valores; composição acionária e estrutura operacional; principais atividades e mercados; panorama competitivo e posicionamento no mercado; fatores significativos que afetam o ambiente externo, como aspectos regulatórios, de legislação, comerciais, sociais, ambientais e políticos.
2	Governança	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazos?	Estrutura de liderança da organização, inclusive as habilidades e a diversidade, como cultura, ética e valores da organização, que se refletem nos capitais que ela utiliza e afeta, o que abrange suas relações com as principais partes interessadas ( <i>stakeholders</i> ), e se a organização implementa práticas de governança que excedem as exigências legais.
3	Modelo de negócio	Qual é o modelo de negócios da organização?	Descrição do modelo de negócios, incluindo principais insumos, atividades, produtos e resultados.
4	Riscos e oportunidades	Quais são as oportunidades e os riscos específicos que afetam a capacidade que a organização tem de gerar valor a curto, médio e longo prazos, e como a organização lida com eles?	Identificação dos principais riscos e oportunidades específicos da organização, incluindo os relacionados ao efeito que a organização exerce e a disponibilidade, a qualidade e a acessibilidade contínuas de capitais, relevantes a curto, médio e longo prazos.
5	Estratégia e alocação de recursos	Para onde a organização deseja ir, e como ela pretende chegar lá?	Objetivos estratégicos da organização a curto, médio e longo prazos; estratégias que ela estabeleceu ou pretende implementar para alcançar esses objetivos estratégicos; planos de alocação de recursos para implementar sua estratégia e como a empresa pretende medir as realizações e os resultados almejados a curto, médio e longo prazos.
6	Desempenho	Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os resultados no tocante aos efeitos sobre os capitais?	Informações qualitativas e quantitativas sobre desempenho, que podem incluir assuntos como: - indicadores quantitativos sobre metas, riscos e oportunidades, explicando sua relevância, implicações, bem como métodos e premissas utilizados na sua composição; - efeitos da organização (positivos e negativos) sobre os capitais, incluindo os efeitos relevantes sobre capitais ao longo da cadeia de valor; - estado das relações com as principais partes interessadas ( <i>stakeholders</i> ) e como a organização atende aos seus legítimos interesses e necessidades; - vínculos entre o desempenho passado e atual, e entre o desempenho atual e as perspectivas da organização.
7	Perspectiva	Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente deve enfrentar ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?	Previsão de mudanças, ao longo do tempo, em relação ao ambiente externo; como a empresa será afetada e como pretende responder e se adaptar aos momentos de desafios e incertezas.
8	Base para elaboração e apresentação	Como a organização determina os temas a serem incluídos no Relato Integrado e como esses temas são quantificados ou avaliados?	Resumo do processo da organização, para determinar a materialidade, a descrição dos limites do Relato e de como isso foi determinado, bem como resumo de estruturas e métodos significativos usados para quantificar ou avaliar temas relevantes.

Fonte: adaptação da CTG 09/2020.

do Relato Integrado, com informações dispostas em uma sequência fixa, ou como seções isoladas e autônomas. As informações no Relato Integrado devem ser apresentadas de modo a tornar aparentes as conexões entre os elementos de conteúdo. Ademais, a divulgação de cada um dos elementos levará em consideração as individualidades das empresas, mas todas devem interagir com eles em forma de pergunta e resposta.

A CTG 09/2020 possui diagrama que demonstra como deve ser considerada a limitação do Relato Integrado.

A fim de fazer um paralelo entre a estrutura do Relato Integrado e a comparabilidade, Leal (2019), ao comparar os elementos de conteúdo do Relato Integrado em estudo com empresas do setor financeiro brasileiro, conclui que todos os elementos são comparáveis.

Até aqui, esta pesquisa apresentou a estrutura do Relato Integrado, bem como relatórios adicionais e diretrizes que organizam as iniciativas ASG no âmbito contábil. E as discussões relacionadas à comparabilidade da informação, forma de divulgação e qualidade da informação voluntária auxiliam na reflexão sobre os pontos que permeiam o grau de comparabilidade das iniciativas ASG empreendidas pelas empresas.

### 3 Metodologia

Para se alcançar o objetivo principal deste trabalho, selecionaram-se relatórios com informação de iniciativas ASG divulgados por seis empresas do setor elétrico brasileiro, listadas na Bolsa de Valores (B3), no ano de 2021. A coleta dos relatórios foi realizada no site das empresas selecionadas, em seção destinada à divulgação de relatórios e investidores. Em relação à técnica de análise de conteúdo, pode-se dizer que o artigo segue o método de pesquisa documental para documentos ainda não submetidos a tratamento analítico, com abordagem qualitativa e quantitativa, por ter características de quantificação e, também, análises de cunho mais subjetivo sobre o conteúdo (Prodanov; Freitas, 2013). A Tabela 2 apresenta as empresas selecionadas.

Como fatores de comparabilidade, foram consideradas informações, presença de indicadores e iniciativas compatíveis com a estrutura do Relato Integrado e passíveis de comparação. No caso, observa-se:

- I) Se as empresas divulgam informações relativas a iniciativas ASG sob a denominação de Relato Integrado e fazem referência à Estrutura Conceitual elaborada pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) e/ou à CTG 09/2020. Nesse fator, as empresas são segregadas em dois grupos:
- Sim: com empresas que divulgam seus relatórios sob a denominação de Relato Integrado e/ou fazem referência à Estrutura Conceitual IIRC ou à CTG 09/2020.
  - Não: com empresas que divulgam seus relatórios sob outras denominações e/ou não fazem referência à Estrutura Conceitual IIRC ou à CTG 09/2020.

Empresas
Neoenergia
Copel
CPFL
EDP
Light
AES Brasil

Fonte: dados da pesquisa.

- II) Diagrama de Geração de Valor: uso do diagrama constante na CTG 09/2020.

Nesse fator, as empresas são segregadas em dois grupos:

- Sim: com empresas que divulgam, em seus relatórios, o diagrama de geração de valor contido na CTG 09/2020.
- Não: com empresas que não divulgam, em seus relatórios, o diagrama de geração de valor contido na CTG 09/2020.

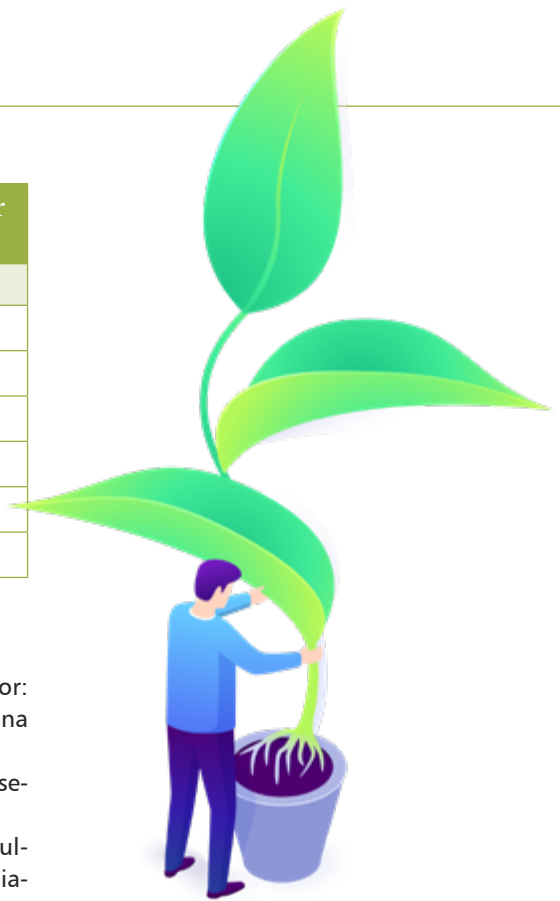
- III) Indicadores de Desempenho – Quantitativos e Qualitativos.

Nesse fator, as empresas são segregadas em dois grupos:

- Sim: com as empresas que fazem uso de indicadores qualitativos e quantitativos para divulgação de suas iniciativas ASG.
- Não: com as empresas que não fazem uso de indicadores qualitativos e quantitativos para divulgação de suas iniciativas ASG.

Ainda nesse fator, as empresas são classificadas conforme demonstração de iniciativas, dados e investimentos para cada um dos componentes ASG (Ambiental, Social, Governança Corporativa), com base nas seguintes categorias de *disclosure*:

- Nível 1 (não são evidenciados dados e iniciativas ASG) – não evidenciado (de 0% a 25%);
- Nível 2 (são evidenciados, mas



não há divulgação de informações e valores sobre os *stakeholders* impactados pelas iniciativas ASG) – básico (de 25,1% a 50%);

- Nível 3 (são evidenciados, existem informações sobre iniciativas ASG e há divulgação sobre os valores investidos e/ou o número de *stakeholders*) – intermediário (de 50,1% a 80%);
  - Nível 4 (são evidenciados, existem informações sobre iniciativas ASG já implantadas e há divulgação sobre os valores investidos e o número de *stakeholders*) – avançado (de 80,1% a 100%).
- IV) Princípios: análise geral qualitativa dos relatórios.

Nesse fator, cada empresa é classificada de 0 a 5, com base na disponibilidade dos seguintes aspectos nos seus relatórios: foco, estratégia e orientação para o futuro; conectividade de informações; demonstração da relação com as partes interessadas (*stakeholders*); materialidade (relevância), concisão, confiabilidade, completude, uniformidade e comparabilidade.

“Durante a análise, as informações elencadas como fatores de comparabilidade são avaliadas qualitativamente e comparadas às iniciativas ASG divulgadas que resultam em uma classificação. A comparação é feita com base nas informações a respeito das iniciativas em cada um dos aspectos ASG e por um aspecto geral dos relatórios.”

V) Elementos – Presença e Qualidade das Respostas.

Nesse fator, cada empresa será classificada de 0 a 8, conforme a presença de informações para cada um dos oito elementos de conteúdo que devem constar na estrutura do Relato Integrado. A escala será a seguinte:

- 1) não apresenta elemento algum;
- 2) apresenta ao menos um elemento;
- 3) apresenta ao menos dois elementos;
- 4) apresenta ao menos três elementos;
- 5) apresenta ao menos quatro elementos;
- 6) apresenta ao menos cinco elementos;
- 7) apresenta ao menos seis elementos;
- 8) apresenta ao menos sete elementos; e
- 9) apresenta os oito elementos.

Sob o enfoque qualitativo, as empresas são classificadas de 0 a 4, com base nas informações relatadas em cada um dos elementos, conforme sua presença e o nível de *disclosure* detalhado nesta seção. Empresas que divulguem 2 elementos ou menos serão automaticamente classificadas com o Nível 1 – Não evidencia-

do. Apenas empresas que divulguem os 8 elementos poderão ser classificadas com Nível 4 – Avançado. Nesse tópico, as empresas ainda são comparadas em relação ao uso do diagrama de limitação do Relato Integrado, que faz parte do elemento-base para elaboração e apresentação.

Para os elementos que, por sua natureza, não comportem divulgação de dados de investimentos em valores monetários, será levado em consideração o nível de *disclosure* em relação à qualidade dos dados quantitativos apresentados, por exemplo, para classificar uma informação relacionada à equidade de gênero em cargos de liderança, observa-se se a empresa divulga a quantidade em número ou percentual de mulheres em cargos de liderança. Durante a análise, as informações elencadas como fatores de comparabilidade são avaliadas qualitativamente e comparadas às iniciativas ASG divulgadas que resultam em uma classificação. A comparação é feita com base nas informações a respeito das iniciativas em cada um dos aspectos ASG e por um aspecto geral dos relatórios.

A escala a seguir tem como objetivo mensurar a quantidade de iniciativas ASG divulgadas pelas seis empresas selecionadas, que são comparáveis entre si, realizando uma classificação em três níveis



de comparabilidade: baixa, média e alta, conforme quantidade de informações relativas às iniciativas ASG passíveis de comparação.

- Comparabilidade baixa: é possível comparar até 35% das informações relacionadas com as iniciativas ASG entre as empresas, por meio de seus relatórios;
- Comparabilidade média: é possível comparar de 36% a 70% das informações relacionadas com as iniciativas ASG entre as empresas, por meio de seus relatórios; e
- Comparabilidade alta: é possível comparar mais de 70% das informações relacionadas com as iniciativas ASG entre as empresas, por meio de seus relatórios.

## 4 Análise de Dados

### 4.1 Fatores de Comparabilidade

A Tabela 3 faz uma síntese inicial sobre a forma de divulgação das empresas analisadas.

As empresas Neoenergia, Copel e AES Brasil divulgam suas informações por meio de relatório específico e denominam esse relatório como Relato Integrado. Já as empresas CPFL, EDP e Light divulgam suas informações por meio de Relatórios Anuais. Todas as empresas fazem referência à Estrutura Conceitual elaborada pelo IIRC, porém nenhuma delas menciona qualquer NBC sobre o tema, nem mesmo a CTG 09/2020.

A Tabela 4 apresenta o fator de comparabilidade 2, a saber, Diagrama de Geração de Valor: uso do diagrama constante na CTG 09/2020.

Entre as empresas que fazem uso do Diagrama de Geração de Valor, Copel e AES divulgam informações com maior nível de detalhe e qualidade, informando o valor gerado de forma quantificável em iniciativas e/ou valores financeiros gerados/investidos. Há um grau de comparabilidade alto entre essas duas empresas nesse sentido.

Já a empresa Neoenergia não faz uso do Diagrama de Geração de Valor, mas divulga a Gestão dos Capitais de forma semelhante, porém, sem detalhamento e qualidade da informação, por meio da divulgação de indicadores de quantidade de iniciativas e valores investidos/gerados. Em trechos isolados no relatório, há divulgação de indicadores de quantidade de iniciativas e valores investidos/gerados, por tipo de capital. Nesse sentido, há prejuízo na comparabilidade de suas informações em relação às demais empresas que utilizam o Diagrama de Geração de Valor.

A Light e a EDP, muito embora façam uso do Diagrama de Geração de Valor, informam apenas os

Empresa	SIM, como Relato Integrado	SIM, com Relatório Anual e/ou de Sustentabilidade	NÃO
Neoenergia	X		
Copel	X		
CPFL		X	
EDP		X	
Light		X	
AES Brasil	X		

Fonte: dados da pesquisa.

Empresa	SIM	NÃO
Neoenergia		X
Copel	X	
CPFL		X
EDP	X	
Light	X	
AES Brasil	X	

Fonte: dados da pesquisa.



stakeholders impactados e as iniciativas de forma genérica, sem quantificação de ações efetivas ou valores investidos/gerados. Por esse motivo, há comparabilidade dessas duas empresas com a Neoenergia. Já a CPFL não faz uso do Diagrama de Geração de Valor, mas divulga o seu valor compartilhado de forma isolada no relatório, com detalhamento e qualidade das informações por meio da quantificação de iniciativas e valores investidos/gerados.

Sendo assim, como é necessário coletar os dados em diversos trechos do relatório, há prejuízo na comparabilidade de suas informações em relação às demais empresas que utilizam o Diagrama de Geração de Valor.



“Em geral, pela amostra analisada, existe uma sugestão de que as empresas do setor elétrico brasileiro listadas na B3 possuem nível de maturidade elevado, no que tange à divulgação de iniciativas ASG, com ênfase no aspecto Ambiental, o que pode se explicar, em parte, pelo potencial ofensivo do modelo de negócio no meio ambiente.”

Quanto ao fator de comparabilidade 3, a saber, Indicadores de Desempenho ASG – Quantitativos e Qualitativos e Nível de *Disclosure*, a Tabela 5 apresenta o resultado.

Todas as empresas fazem um uso grande de indicadores de desempenho e quantitativos de iniciativas ASG, porém a Light utiliza menos esses elementos gráficos e visuais, se comparada às demais empresas. Ainda, todas as empresas conseguem demonstrar, com clareza e detalhamento, as iniciativas ASG já em andamento, em fase de implantação, assim como iniciativas futuras identificando compromissos e metas.

Em geral, pela amostra analisada, existe uma sugestão de que as empresas do setor elétrico brasileiro listadas na B3 possuem nível de maturidade elevado, no que tange à divulgação de iniciativas ASG, com ênfase no aspecto Ambiental, o que pode se explicar, em parte, pelo potencial ofensivo do modelo de negócio no meio ambiente. Por outro lado, como cada empresa pode escolher a sua matriz de materialidade, selecionando as iniciativas que julga serem relevantes para divulgação, a comparabilidade se restringe ao maior nível hierárquico das iniciativas, ou seja, é possível comparar as iniciativas que cada empresa

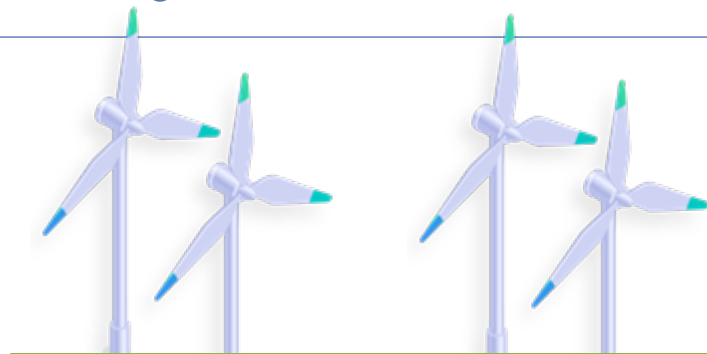


Tabela 5 – Fator de Comparabilidade 3

Empresa	SIM, utiliza indicadores	NÃO, utiliza indicadores	Disclosure
Neoenergia	X		Nível 4
Copel	X		Nível 4
CPFL	X		Nível 4
EDP	X		Nível 4
Light	X		Nível 4
AES Brasil	X		Nível 4

Fonte: dados da pesquisa.

executa em ASG. Contudo, em cada um desses aspectos, a escolha das iniciativas é específica por empresa, o que diminui o grau de comparabilidade percebido.

No aspecto Ambiental, por exemplo, todas as empresas divulgam informações sobre emissão de gases de efeito estufa e metas de redução a curto e longo prazos, bem como sobre gestão de resíduos e sobre impactos e investimentos em biodiversidade. Nesse aspecto, o grau de comparabilidade entre as empresas analisadas é alto. Como fator determinante para essa comparabilidade, des-

taca-se a divulgação das informações sobre iniciativas ASG, a partir da matriz do GRI e dos ODS.

No aspecto Social, as empresas informam o número de mulheres que fazem parte da organização e quantas delas exercem cargo de liderança. Por outro lado, apenas EDP, Light, Copel, AES Brasil e CPFL divulgam o número de colaboradores com deficiência. Assim, não é possível afirmar se a Neoenergia possui, em seus quadros, colaboradores com deficiência, ou se, em sua matriz de materialidade, não considerou o número como relevante.

Adicionalmente, nenhuma das empresas divulga o número de colaboradores LGBTQIAP+, apesar de todas elas terem divulgado quantitativo de horas em treinamento sobre o tema, assim como a criação de grupos de diversidade. Apenas EDP e CPFL destacam número de colaboradores a partir da raça e etnia, e somente a Light não divulga números de colaboradores a partir do recorte de faixa etária. Não existe obrigatoriedade de divulgação de informações a respeito de colaboradores sob todos esses aspectos, mas, à medida que a sociedade e os investidores encontram determinadas informações no relatório de uma empresa e não as identificam no relatório de outra, é difícil comparar e identificar esse aspecto.

Todas as empresas destacam investimentos sociais realizados no período do relatório. Por esses motivos, pode-se dizer que, no aspecto Social, o grau de comparabilidade entre as empresas é médio. No aspecto Governança, todas as empresas divulgam estruturas societárias, composições de conselho, bem como estruturação de Gestão de Riscos, *Compliance* e Ética. Ainda, todas as empresas divulgam a existência de canais de denúncia disponibilizados aos colaboradores e à sociedade em geral; Light, Copel e AES Brasil divulgam, inclusive, o número de denúncias recebidas. Todas as empresas também divulgam dados sobre capacitação de colaboradores a respeito de práticas anticorrupção e/ou segurança da informação. O aspecto Governança é o mais subjetivo dos três aspectos e depende muito do ecossistema de cada empresa; por esse motivo, ainda que as empresas façam uso da matriz GRI, o grau de comparabilidade nesse aspecto pode ser considerado médio.

Quanto ao fator de comparabilidade 4 – Princípios: análise geral

qualitativa dos Relatórios, a Tabela 6 sintetiza os resultados.

AES, Copel, CPFL e Light demonstram muito bem a missão, a visão e os valores da Empresa. Já a Neoenergia destaca seu propósito e seus valores de forma clara, e a EDP divulga, de forma muito sutil, a sua visão. Modelo de negócio, estratégias e compromissos com o futuro são bem detalhados por todas as empresas. Inclusive, todas pautam a divulgação de suas informações

correlacionando-as com os ODS, o que eleva à comparabilidade. Em todos os relatórios, as informações se conectam, mas o nível de concisão entre as empresas é variável.

Sobre o Fator de Comparabilidade 5: Elementos – Presença e Qualidade das Respostas, a Tabela 7 apresenta os achados.

Em síntese aos resultados da Tabela 7, todas as empresas atendem aos critérios de divulgação nesse quesito.

Tabela 6 – Fator de Comparabilidade 4

Empresa	Classificação (0 - 5)
Neoenergia	4
Copel	5
CPFL	5
EDP	4
Light	4
AES Brasil	5

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 7 – Fator de Comparabilidade 5

Empresa	Classificação (0 - 8)	Disclosure
Neoenergia	8	3
Copel	8	4
CPFL	8	4
EDP	8	3
Light	8	4
AES Brasil	8	4

Fonte: dados da pesquisa.



“Não existe obrigatoriedade de divulgação de informações a respeito de colaboradores sob todos esses aspectos, mas, à medida que a sociedade e os investidores encontram determinadas informações no relatório de uma empresa e não as identificam no relatório de outra, é difícil comparar e identificar esse aspecto.”

#### 4.2 Resposta aos elementos do Relato Integrado

Em análise a cada um dos elementos de conteúdo do *framework*, em resposta ao elemento de conteúdo 1 – Visão geral da organização e de seu ambiente externo, nota-se que todas as empresas respondem satisfatoriamente, uma vez que todos os relatórios possuem, com algum grau de detalhamento, informações a respeito de fatores como cultura, valores, missão, visão e ética.

Sobre o elemento de conteúdo 2 – Governança, a maioria das empresas respondem satisfatoriamente. Todas elas indicam a estrutura de liderança e sua diversidade de gênero, porém somente EDP e CPFL destacam o número de colaboradores pelo recorte de raça e etnia. Com exceção da Neoenergia e CPFL, que não utilizam o diagrama de Geração de Valor, todas as empresas demonstram como a missão, os valores e a visão afetam os capitais utilizados e se comprometem, em alguma medida, com metas de Governança, além das exigidas legalmente.

Sobre o elemento de conteúdo 3 – Modelo de negócio, todas as empresas respondem satisfatoriamente, uma vez que todos os relatórios detalham informações a res-

peito do modelo de negócio, incluindo os principais insu-  
mos, produtos e resultados.

Sobre o elemento de conteúdo 4 – Riscos e oportunidades, todas as empresas respondem satisfatoriamente, uma vez que todos os relatórios detalham informações a respeito dos riscos e das oportunidades decorrentes de mudanças climáticas. As empresas dedicam uma parte considerável do espaço para evidenciar a gestão de riscos e as políticas de *compliance*.

Sobre o elemento de conteúdo 5 – Estratégia e alocação de recursos, todas as empresas respondem satisfatoriamente, pois seus respectivos relatórios detalham objetivos estratégicos das organizações a curto, médio e longo prazos. A evidenciação das informações pautadas nos ODS facilita a divulgação de metas e maneiras como atingi-las.

Sobre o elemento de conteúdo 6 – Desempenho, todas as empresas respondem satisfatoriamente. Todos os Relatórios detalham indicadores quantitativos a respeito de metas, riscos e oportunidades já implantados e a implantar. Esses documentos também demonstram efeitos ao longo da cadeia de valor e evidenciam as relações com *stakeholders*.



Sobre o elemento de conteúdo 7 – Perspectiva, todas as empresas respondem satisfatoriamente. Seus respectivos relatórios detalham a preocupação na forma de lidar com as mudanças climáticas, tema que é muito relevante para o setor. As empresas são unânimes em demonstrar que as mudanças climáticas constituem-se no maior desafio e na principal incerteza enfrentada.

Em relação ao elemento de conteúdo 8 – Base para elaboração e apresentação, todas as empresas respondem satisfatoriamente 8, uma vez que relatórios detalham a matriz de materialidade utilizada para seleção e divulgação das informações a respeito das iniciativas em ASG.

### 4.3 Discussão

No que concerne aos três aspectos ASG, pode-se inferir que o grau de comparabilidade entre as seis empresas escolhidas do setor é médio, pois uma grande quantidade (mais que 50%) de iniciativas são comparáveis entre si. Tal achado é semelhante ao encontrado por Santos *et al.* (2020) em relação ao Agronegócio.

A estrutura do Relato Integrado indica princípios e elementos de conteúdo obrigatórios aos relatórios. Foi possível constatar a presença deles em todos os relatórios, porém cada empresa escolheu uma forma de demonstrar e evidenciar as suas iniciativas conforme cada aspecto – a mesma percepção do trabalho de Silva, Santos e Santos (2019).

Também é possível inferir que o aspecto Ambiental é o que proporciona maior grau de comparabilidade, ou seja, grau de comparabilidade alto. Com isso, mais de 70% das iniciativas relacionadas a esse aspecto são comparáveis entre as empresas. Isso provavelmente se deve ao fato de o aspecto Ambiental, antes mesmo de a sigla ASG ganhar relevância nos últimos tempos, já figurar como fator determinante nos Relatórios de Sustentabilidade de padrão internacional estruturado pelo GRI, bem como para o setor analisado. Empresas desse segmento afetam o capital natural de forma muito semelhante e têm em comum o desafio de superar as mudanças climáticas para manter seus negócios, tal como proposto por Mantovani *et al.* (2021).

Outro fator que aumenta consideravelmente o grau de comparabilidade no aspecto Ambiental é o fato de que todas as empresas analisadas aderiram aos ODS, o que possibilita a identificação de quais compromissos são priorizados por cada uma delas. Assim, pode-se inferir que metodologia e indicadores universais influenciam positivamente a

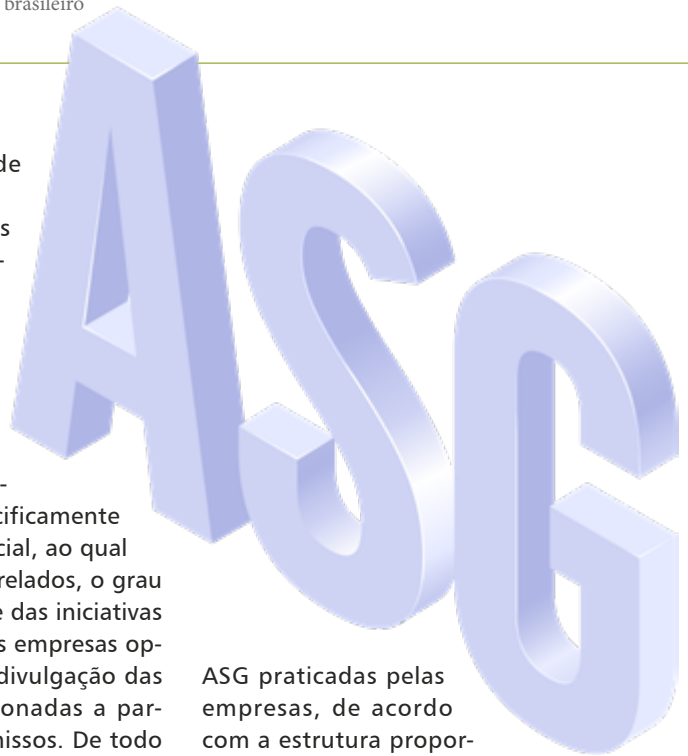
comparabilidade de iniciativas ASG.

Já os aspectos Social e de Governança possuem grau de comparabilidade médio, pois as empresas atuam de forma menos padronizada e sem metodologia universal. Especificamente sobre o aspecto Social, ao qual também há ODS atrelados, o grau de comparabilidade das iniciativas aumenta quando as empresas optam por realizar a divulgação das informações relacionadas a partir desses compromissos. De todo modo, o grau médio de comparabilidade nesses aspectos é compreensível, caso se leve em consideração que tais aspectos estão muito mais relacionados com questões internas de cada ecossistema empresarial, quando comparado ao aspecto ambiental que, em regra, é um assunto que afeta as empresas mais de fora para dentro. Tal perspectiva reforça a natureza intangível da percepção de valor das informações divulgadas, conforme posto por Salgado *et al.* (2017).

Finalmente, existem modelos de negócios que possuem barreiras muito mais resistentes à diversidade da força de trabalho do que outros. O mesmo ocorre com a Governança – há modelos de negócios muito mais regulados ou que estão sujeitos a um número muito maior de riscos de *compliance*, o que exige esforços distintos em iniciativas ASG. Isso deve ser levado em conta ao se inferir sobre a comparabilidade dos relatórios.

## 5 Considerações Finais

O presente trabalho teve como principal objetivo verificar o grau de comparabilidade de iniciativas



ASG praticadas pelas empresas, de acordo com a estrutura proporcionada pelo *framework* do Relato Integrado, especificamente para o setor elétrico.

Em análise aos Relatórios de seis empresas no setor elétrico brasileiro no ano de 2021, é possível concluir que a estrutura do Relato Integrado proporciona um grau médio de comparabilidade das iniciativas ASG. Nesse sentido, por meio da estrutura do Relato Integrado, a partir da métrica utilizada pelo trabalho, uma parcela de 36% a 70% das iniciativas ASG divulgadas pelas empresas selecionadas no estudo são comparáveis entre si. O trabalho reforça os achados de estudos anteriores sobre o tema, como apresentado na seção 4.3.

O presente trabalho contribui na sistematização das propostas existentes sobre divulgação relacionadas ao Relato Integrado e a documento correlatos, bem como propõe uma estrutura que possibilite a comparabilidade que, de fato, tais informações proporcionem entre as empresas.

Em estudos futuros, seria importante avançar na questão da qualidade das informações divulgadas. Ainda, o mesmo estudo pode ser aplicado a outros setores, a fim de adotar a sistemática aqui proposta.

## Referências

- AES BRASIL. (2021). *Relatório Integrado de Sustentabilidade 2021*. Disponível em: <[https://www.aesbrasil.com.br/sites/aesbrasil/files/2024-06/relatoriointegradosustentabilidade\\_aesbrasil\\_2021\\_0\\_1.pdf](https://www.aesbrasil.com.br/sites/aesbrasil/files/2024-06/relatoriointegradosustentabilidade_aesbrasil_2021_0_1.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- ANBIMA. (2020). *Guia ASG - Incorporação dos aspectos ASG nas análises de investimento*. São Paulo. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/1A/50/EE/31/BFDEF610CA9C4DF69B2BA2A8/ANBIMA-Guia-ASG-2019.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- BARBOSA, J. et al. (2015). Divulgação voluntária e qualidade da informação contábil: um estudo com empresas do segmento Bovespa Mais. *RIC – Revista de Informação Contábil*, 9(3).
- CARVALHO, L.; AVELINO, B.; ZARO, E.; BRUGNI, T.; FRANCISCO, J. et al. (2022). *Qualidade do Relato Integrado: uma análise à luz da Teoria dos Stakeholders*. 22º USP International Conference in Accounting.
- COPEL. (2021). *Relato Integrado 2021*. Disponível em: <https://ri.copel.com/sustentabilidade/relatorios-anuais-e-socioambientais/>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- CPFL. (2021). *Relatório Anual 2021*. Disponível em: <https://ri.cpfl.com.br/Download.aspx?Arquivo=wjWODW6HHViMfy6ESb8XeQ=&linguagem=pt>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- DANTAS, E.; VIEIRA, A. (2015). Evidenciação obrigatória e voluntária: um estudo de caso junto às empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria*, 19(2).
- EDP BRASIL. (2021). *Relatório Anual de Sustentabilidade – Caderno ESG*. Disponível em: <https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- EDP BRASIL. (2021). *Relatório Anual de Sustentabilidade – Caderno Principal*. Disponível em: <https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- FERREIRA, L.; TRÊS, L.; GARCIA, G.; JÚNIOR, F.; FERREIRA, D. (2022). *Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting Initiative GRI*. SEGET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA.
- GARCIA, A.; CIASCA, D.; MARÇAL, A. (2019). *Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das Organizações Privadas e Públicas?* 19º USP International Conference in Accounting.
- GATI, A.; CANDELORO, A.; PEPPE, F.; LAFRAIA, F. et al. (2020). *Transformação de empresas com ASG*. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/blog/artigo-transformacao-asg>.
- GONÇALVES, M.; SANCHES, S.; RIBEIRO, R.; VICENTIN, R. et al. (2016). Disclosure x sustentabilidade: um estudo das demonstrações contábeis das companhias listadas pela Brazil Stars Index. *R. TCEMG*, 34(4).
- LEAL, L. (2019). *Relato Integrado: a comparabilidade dos elementos de conteúdo entre as instituições financeiras, na ótica do CPC 00*. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em Ciências Contábeis, Unifesp.
- LIGHT. (2021). *Relatório Anual Integrado de Sustentabilidade 2021*. Disponível em: <http://ri.light.com.br/sustentabilidade/relatorios/>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- MARÇAL, A.; NEUMANN, M.; SANCHES, S. (2022). Relato Integrado e a Geração de Valor: a Semântica do Conceito Fundamental do Relato Integrado. *Revista Organizações & Sociedade*, 29(102).
- MARIA, S.; D'ANGELO, M.; BORGERTH, V. (2021). Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33(88).

NEOENERGIA. (2021). *Relatório de Sustentabilidade 2021*. Disponível em: <https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ONU (2022). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale.

SALGADO, B. et al. (2017). Como a Adoção do Relato Integrado Gera Valor para o Stakeholder Acionista. *Revista Linceu Online*, 7(2).

SANTOS, C.; MIRANDA, G.; MAMEDE, S. (2021). *Relato Integrado e Valor de Mercado: avaliação no retorno das companhias em sua primeira divulgação*. 4º Congresso UFU de Contabilidade.

SANTOS, F.; ELOY FERNANDES, M.; CRISTINA DA SILVA, R. (2020). Proposta de Indicadores para Comparabilidade nos Relatórios Integrados: Um Estudo de Caso Comparativo. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 12(2).

SANTOS, J.; MOURA-LEITE, R.; PEREIRA, M.; MARTÍNEZ, M. (2020). Comparação do Disclosure Voluntário Socioambiental das Maiores Empresas do Agronegócio Brasileiro. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 9(4).

SILVA, R.; SANTOS, F.; SANTOS, N. (2019). A atuação do Relato Integrado nas Empresas Brasileiras: Um estudo comparativo sobre a forma de divulgação do RI entre os dois maiores bancos privados nacionais. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 9(2).



## 1. APRESENTAÇÃO

Este Manual tem por objetivo orientar os autores para a submissão de artigos inéditos técnicos, tecnológicos e científicos à Revista Brasileira de Contabilidade (RBC).

## 2. REGRAS RELATIVAS À SUBMISSÃO

Os artigos podem ser submetidos com, no máximo, quatro autores, que se enquadrem em uma das seguintes categorias:

- profissionais da contabilidade (contadores e técnicos em contabilidade);
- estudantes e pesquisadores da área contábil;
- outros profissionais e pesquisadores acadêmicos.

Nota: aos integrantes do Conselho Editorial e do Sistema CFC/CRCs que submeterem artigos para avaliação na Revista Brasileira de Contabilidade, serão aplicadas as mesmas regras estabelecidas neste Manual.

Os artigos devem ser inéditos (não tendo sido submetidos e/ou publicados em outros periódicos). Não tira o ineditismo o fato de:

- a. serem oriundos de teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC);
- b. terem sido apresentados em eventos.

### 2.1 Conteúdo

Os artigos devem abordar temáticas relacionadas à área da Contabilidade, contemplando discussões teóricas ou teórico-empíricas (aplicação de teorias, soluções de problemas reais, entre outras).

### 2.2 Estrutura

O artigo deverá conter:

- elementos pré-textuais: título, resumo e palavras-chave (português e inglês);
- texto: introdução, desenvolvimento (fundamentação teórica, metodologia e resultados), considerações finais/conclusão; e
- elementos pós-textuais: referências, apêndices e anexos (quando for o caso).

O total de páginas não deverá ser inferior a 10 (dez) ou exceder a 20 (vinte), incluídos todos os elementos citados anteriormente.

O resumo deverá conter de 200 (duzentas) a 250 (duzentas e cinquenta) palavras e apresentar, pelo menos, objetivo, abordagem metodológica, principais resultados, contribuições e considerações finais/conclusão em um único parágrafo.

São esperados os seguintes elementos no texto:

- Introdução – tem a função de despertar o interesse do leitor em ler o texto. Deve conter, no mínimo, contextualização do tema, questão de pesquisa, objetivo, justificativa e contribuições;
- Fundamentação Teórica ou Revisão de Literatura – referenciar autores e estudos anteriores, demonstrando o apoio teórico ao desenvolvimento do tema objeto do artigo;
- Metodologia – técnicas e procedimentos da pesquisa, incluindo população, amostra, coleta de dados, entre outros, quando aplicáveis;
- Síntese e discussão dos resultados – apresentação e discussão dos principais resultados alcançados com a pesquisa; e
- Considerações finais e/ou conclusão – devem conter a resposta para o problema formulado na introdução, resultar de deduções lógicas fundamentadas no que foi apresentado e discutido no corpo do trabalho, além de comentários, delimitações e implicações da pesquisa. É desejável que sejam apresentadas sugestões para novas pesquisas.

## 2.3 Formato

Os artigos devem observar o seguinte formato:

- editor de textos – Word for Windows 6.0 ou posterior;
- configuração das páginas – margem superior: 3cm; margem inferior: 2cm; margem esquerda: 3cm; e margem direita: 2cm;
- tamanho do papel – A4 (largura: 21cm; altura: 29,7cm);
- fonte – Times New Roman, tamanho 12;
- formato do parágrafo – recuo especial: primeira linha: 1,25cm;
- espaçamento entre linhas: simples;
- alinhamento: justificado;
- orientação geral – Normas da APA;
- as ilustrações, tais como figuras, quadros e tabelas, devem ser sempre editáveis, contendo legendas, créditos e em fonte Times New Roman, tamanho 10;
- caso haja ilustrações importadas de outros programas, como o Excel e Power Point, é necessário enviar também o arquivo de origem.

Adicionalmente, os artigos:

- não podem conter qualquer tipo de identificação do(s) autor(es) no corpo do artigo e nas propriedades do arquivo;
- devem ser redigidos em língua portuguesa;

## 2.4 Submissão dos Artigos

Os artigos devem ser enviados, exclusivamente, para o e-mail [rbcartigos@cfc.org.br](mailto:rbcartigos@cfc.org.br), acompanhados de Folha de Identificação, apresentando os seguintes dados: título do artigo; o(s) nome(s) do(s) autor(es); e-mail; e breve currículo do(s) autor(es), limitado a 5 (cinco) linhas.

Os articulistas devem preencher a Declaração de Submissão de Trabalho disponível no site do Conselho Federal de Contabilidade ([www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)), no link <https://cfc.org.br/revista-brasileira-de-contabilidade-rbc/>, e enviá-la em arquivo suplementar no ato da submissão do artigo.

## 3. Avaliação

Os artigos submetidos serão avaliados, inicialmente, pelo coordenador do Conselho Editorial da RBC (*desk review*), que decidirá pelo envio, ou não, a dois membros do Conselho Editorial para avaliação.

Os artigos aprovados em *desk review* serão avaliados por dois membros do Conselho Editorial, em *double blind review*. Os avaliadores emitirão parecer quanto à adequação, ou não, do artigo para publicação, bem como farão sugestões de melhoria, com o objetivo de auxiliar o(s) autor(es) nos ajustes dos artigos.

Em caso de discordância entre os dois pareceres, a critério do coordenador do Conselho Editorial da RBC, os artigos serão enviados a um terceiro membro do Conselho Editorial para decisão quanto à publicação.

A avaliação considera, primordialmente, os seguintes aspectos:

- atualidade e relevância do tema;
- originalidade da pesquisa;
- relevância e consistência teórica para o desenvolvimento da área de conhecimento;
- adequação do referencial teórico utilizado;
- qualidade da redação e organização do texto;
- contribuição para o avanço do conhecimento em Contabilidade;
- consistência da análise e discussão dos dados (se for o caso);
- pertinência e alcance das considerações finais e/ou conclusão.

No caso de pareceres com solicitações de ajustes, o(s) autor(es) deverá(ão) destacá-los com marcas de revisão. A realização das alterações sugeridas não garante a aprovação do artigo.

Será recusado o artigo que fizer alusão depreciativa ao profissional da contabilidade ou à classe contábil.

## 4. Revista Temática

O Conselho Editorial poderá eleger um tema específico para publicação em uma edição especial, considerando os aspectos de relevância, atualidade, impacto ou interesse da área contábil.

## 1. ELEMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

### 1.1 Do Objetivo:

Compartilhar experiências de profissionais que atuam no ambiente contábil e na gestão das organizações, vivenciadas durante o processo de desenvolvimento e implementação de sistemas e práticas contábeis e de gestão.

### 1.2 Do Público:

Profissionais de mercado que exerçam atividades no âmbito da Contabilidade e gestão, bem como outros profissionais relacionados à área contábil em entidades públicas e privadas e profissionais de áreas correlatas.

Acadêmicos: pesquisadores, professores e alunos de graduação e pós-graduação em Contabilidade e Gestão das Organizações.

### 1.3 Do Conteúdo:

Deve ser apresentada, obrigatoriamente, uma problemática ou uma situação crítica sobre um processo de contabilização ou gestão das organizações e os seus resultados detalhados.

#### a. Objeto:

- i. Transações, processos, atividades, áreas ou unidade de negócios/entidade;
- ii. Aspectos relacionados à contabilização (reconhecimento, mensuração), e evidenciação/divulgação; e
- iii. Informações e/ou procedimentos (contábeis, financeiros e gerenciais).

Serão aceitos para avaliação, basicamente, três tipos de casos:

- a. PRÁTICO: baseado em experiência prática. Nesta modalidade, é imprescindível que os autores enviem uma declaração de que os relatos não foram publicados em outro veículo de mídia. Caso a entidade esteja identificada, há autorização para publicação.
- b. TEÓRICO: representa um estudo aprofundado sobre uma determinada situação relacionada com o cotidiano das entidades, que ofereça uma contribuição para a solução de problemas na aplicação de teorias e normas.
- c. OPINATIVO: representa uma opinião, uma réplica ou uma tréplica fundamentadas em teoria, doutrina ou normas, sobre artigos e casos apresentados na Revista Brasileira de Contabilidade.

Os trabalhos devem atender aos requisitos de atualidade, ineditismo e tempestividade do assunto apresentado.

### 1.4 Das Áreas Temáticas

Entre as áreas temáticas sugeridas, destacam-se:

- a. Contabilidade Financeira:
  - i. Aplicações de pronunciamentos técnicos contábeis;
  - ii. Métodos e formatos de divulgação;
  - iii. Metodologias e desenvolvimento de índices para a análise de demonstrações contábeis;
  - iv. Métodos e Procedimentos de auditoria e perícia;
  - v. Métodos e técnicas de avaliação "Valuation";
  - vi. Proposição de tratamento contábil para instrumentos financeiros;
  - vii. Procedimentos e arranjos de logística e gestão da cadeia suprimentos;
  - viii. Modelagens matemáticas e estatísticas para a otimização de recursos/custos das operações, atividades e processos das organizações; e
  - ix. Análises de problemas reais (casos de sucesso e insucesso) das organizações.
- b. Contabilidade Gerencial e Controladoria:
  - i. Métodos de mensuração de custos;
  - ii. Métodos de avaliação de desempenho;
  - iii. Técnicas e proposições de contabilidade de custos;
  - iv. Processos e métodos relacionados à gestão estratégica de custos;
  - v. Procedimentos e arranjos de logística e gestão da cadeia suprimentos;
  - vi. Modelagens matemáticas e estatísticas para a otimização de recursos/custos das operações, atividades e processos das organizações; e
  - vii. Análises de problemas reais (casos de sucesso e insucesso) das organizações.
- c. Contabilidade e suas Aplicações:
  - i. Métodos e técnicas aplicados no processo de contabilização;
  - ii. Transações relacionadas ao processo contábil e tributário;
  - iii. Mensuração de impactos e benefícios ao meio ambiente;
  - iv. Relatórios sociais "balanço social";
  - v. Aplicação dos métodos de valor justo; e
  - vi. Outras aplicações da contabilidade e de técnicas gerenciais em setores específicos.
- d. Métodos e técnicas voltadas ao ensino e à pesquisa em contabilidade e gestão:
  - i. Métodos e técnicas de ensino aprendizagem (presencial e a distância);
  - ii. Processos e técnicas de avaliação do ensino da contabilidade;
  - iii. Mercado profissional relacionado à educação na área de contabilidade e gestão;
  - iv. Estudos sobre a percepção de docentes e discentes sobre a qualidade dos cursos.

## 2. DOS CRITÉRIOS FORMAIS E METODOLÓGICOS

### 2.1 Do processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos devem ser inéditos e não estarem em processo de avaliação em nenhum outro periódico. Aqueles decorrentes de trabalhos já publicados em anais de encontros científicos, como congressos, seminários, simpósios, etc., são considerados inéditos, desde que devidamente comunicado no momento da submissão.

A avaliação tem como objetivo ajudar os autores a melhorarem os trabalhos apresentados, fornecendo avaliações construtivas e em tempo razoável. O processo de avaliação é composto por duas etapas:

- A primeira etapa compreende o *desk review*, em que o coordenador do Conselho Editorial da RBC analisa se o trabalho está em condições de entrar em processo de avaliação. Caso seja considerado apto, o trabalho prosseguirá no processo de avaliação; caso contrário, será considerado *desk reject*.
- A segunda etapa consiste na avaliação do trabalho por meio de um processo *double blind review* (autores e avaliadores não são identificados).

Os autores podem verificar as etapas do processo de avaliação no site da Revista. Estima-se um prazo total de 90 dias para a emissão do primeiro parecer sobre o texto.

O autor, após receber as recomendações de ajustes, terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar as devidas alterações e encaminhar o trabalho para uma nova análise do Conselho Editorial da RBC. O não cumprimento desse prazo implica a retirada do trabalho do processo de avaliação e publicação.

### 2.2 Dos Requisitos

A avaliação de Casos Práticos e/ou Tecnologias de Contabilidade e Gestão Aplicados às organizações considerará primordialmente, os seguintes aspectos:

- i. Importância do tema;
- ii. Ineditismo do trabalho;
- iii. Relevância, consistência e contribuição do relato para o desenvolvimento do conhecimento contábil e de gestão;
- iv. Qualidade da redação e organização do texto;
- v. Qualidade da exposição, análise e discussão dos dados; e
- vi. Considerações finais com fundamento e coerência.

Considera-se o processo de avaliação como uma etapa fundamental para o aperfeiçoamento dos textos. Por esse motivo, os membros do Conselho Editorial são incentivados a apresentar, além de parecer quanto à publicação, sugestões de melhoria quanto ao conteúdo.

### 2.3 Do Formato

Os trabalhos submetidos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês. O processo de submissão obedecerá às seguintes normas:

- o editor de texto aceito é o word 6.0 ou superior;
- fonte: Arial, tamanho 11;
- espaçamento entre linhas: simples;
- alinhamento justificado;
- margens superior e esquerda: 3cm; margens inferior e direita: 2cm;
- número de palavras, incluindo título, texto, referências e ilustrações: - entre 500 e 3.000 palavras (de uma a cinco páginas);
- as citações devem ser feitas no corpo do texto no sistema autor-data, incluindo os números de páginas (quando for o caso), conforme norma da ABNT em vigor;
- as referências completas das obras citadas deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, conforme norma da ABNT em vigor;
- as ilustrações, tais como figuras, quadros e tabelas, devem ser elaboradas segundo a norma da ABNT em vigor, sempre em preto e branco, juntamente com legendas, créditos e fonte;
- caso haja ilustrações importadas de outros programas, o arquivo de origem também deverá ser enviado; e
- notas de referência e de rodapé devem ser evitadas. As notas estritamente necessárias devem ser numeradas sequencialmente no corpo do texto e inseridas no final do texto.

O trabalho deverá ser submetido em um arquivo contendo o texto com as características descritas a seguir:

- na primeira página, deverá constar o título (em português, espanhol ou inglês, quando for o caso); e
- para garantir o anonimato do processo de avaliação, o arquivo não deverá conter qualquer identificação de autoria no corpo do trabalho nem nas propriedades.

Os autores deverão preencher a declaração de submissão disponível nos sites da Revista e do Conselho Federal de Contabilidade ([www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)), no ícone "RBC", e enviá-la em arquivo suplementar no ato de submissão do trabalho.



## 1. ELEMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

### 1.1 Do Objetivo:

Compartilhar vivências e situações acadêmicas do processo de ensino e de aprendizagem em Contabilidade.

### 1.2 Dos Autores:

Pesquisadores, professores e acadêmicos de graduação e pós-graduação.

### 1.3 Do Conteúdo:

Deve apresentar, obrigatoriamente, uma situação ou uma questão crítica, envolvendo os processos de ensino e aprendizagem em Contabilidade, por meio de relatos de experiências, soluções teóricas e opiniões, que devem atender aos requisitos de atualidade, solutismo e tempestividade do assunto apresentado.

### 1.4 Das Áreas Temáticas:

Entre as áreas temáticas sugeridas, destacam-se:

- elementos fundamentais do processo educacional;
- agentes envolvidos no processo educacional;
- modelos, métodos, estratégias, técnicas e instrumentos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem; e
- práticas de avaliação (docente, discente e institucional).

## 2. DOS CRITÉRIOS FORMAIS E METODOLÓGICOS

### 2.1 Do processo de Avaliação pelos Pares:

Os trabalhos devem ser inéditos e não está em processo de avaliação em nenhum outro periódico. Aqueles decorrentes de trabalhos já publicados em anais de encontros científicos, como congressos, seminários, simpósios, etc., são considerados inéditos, desde que devidamente comunicado no momento da submissão.

A avaliação tem como objetivo ajudar os autores a melhorarem os trabalhos apresentados, fornecendo avaliações construtivas e em tempo razoável. O processo de avaliação é composto por duas etapas:

- A primeira etapa compreende o *desk review*, em que o coordenador do Conselho Editorial da RBC analisa se o trabalho está em condições de entrar em processo de avaliação. Caso seja considerado apto, o trabalho prosseguirá no processo de avaliação. Caso contrário, será considerado *desk reject*.
- A segunda etapa consiste na avaliação do trabalho por meio de um processo *double blind review* (autores e avaliadores não são identificados).

Os autores podem verificar as etapas do processo de avaliação no site da Revista. Estima-se um prazo total de 90 dias para a emissão do primeiro parecer sobre o texto.

O autor, após receber as recomendações de ajustes, terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar as devidas alterações e encaminhar o trabalho para uma nova análise do Conselho Editorial da RBC. O não cumprimento desse prazo implica a retirada do trabalho do processo de avaliação e publicação.

### 2.2 Dos Requisitos:

A avaliação das Experiências de Ensino e Aprendizagem considerará, primordialmente, os seguintes aspectos:

- i. Importância do tema;
- ii. Ineditismo do trabalho;
- iii. Relevância, consistência e contribuição do relato para o desenvolvimento do conhecimento contábil e de gestão
- iv. Qualidade da redação e organização do texto;
- v. Qualidade da exposição, análise e discussão dos dados; e
- vi. Considerações finais com fundamento e coerência

Considera-se o processo de avaliação como uma etapa fundamental para o aperfeiçoamento dos textos. Por esse motivo, os membros do Conselho Editorial são incentivados a apresentar, além de parecer quanto à publicação, sugestões de melhoria quanto ao conteúdo.

Os articulistas deverão preencher declaração de submissão de artigo disponível no site do Conselho Federal de Contabilidade ([cfc.org.br](http://cfc.org.br)), no ícone "RBC", e enviá-la em arquivo complementar no ato de submissão do artigo.

### 2.3 Do Formato:

Os trabalhos submetidos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês. O processo de submissão obedecerá às seguintes normas:

- o editor de texto aceito é o Word 6.0 ou superior;
- fonte: Arial, tamanho 11;
- espaçamento entre linhas: simples;
- alinhamento justificado;
- margens superior e esquerda: 3cm; margens inferior e direita: 2cm;
- número de palavras, incluindo título, texto, referências e ilustrações: entre 500 e 3.000 palavras (de uma a cinco páginas);
- as citações devem ser feitas no corpo do texto no sistema autor-data, incluindo os números de páginas (quando for o caso), conforme norma da ABNT em vigor;
- as referências completas das obras citadas deverão ser apresentadas em ordem alfabética no fim do texto, conforme norma da ABNT em vigor;
- as ilustrações, tais como figuras, quadros e tabelas, devem ser elaboradas segundo a norma da ABNT em vigor, sempre em preto e branco, acompanhadas de legendas, créditos e fonte;
- caso haja ilustrações importadas de outros programas, o arquivo de origem também deverá ser enviado; e
- notas de referência e de rodapé devem ser evitadas. As notas estritamente necessárias devem ser numeradas, sequencialmente, no corpo do texto e inseridas no fim do texto.

O trabalho deverá ser submetido em um arquivo contendo o texto, com as características descritas a seguir:

- na primeira página, deverá constar o título (em português, espanhol ou inglês, quando for o caso); e
- para garantir o anonimato do processo de avaliação, o arquivo não deverá conter qualquer identificação de autoria no corpo do trabalho nem nas propriedades.

Os autores deverão preencher a declaração de submissão disponível nos site da Revista e do Conselho Federal de Contabilidade ([cfc.org.br](http://cfc.org.br)) no ícone RBC e enviá-la em arquivo complementar no ato de submissão do trabalho.

As Experiências de Ensino e Aprendizagem deverão ser submetidas na base SEER no site <http://rbc.cfc.org.br>, em um arquivo contendo o texto, sem identificação de autoria e obedecendo à seguinte estrutura:

- Título;
- Resumo (máximo de cinco linhas);
- Texto, destacando, no mínimo: introdução, desenvolvimento e considerações finais; e
- Referências (quando for o caso).

Título do artigo: .....

Autor(es) / Vínculo institucional: .....

**Classificação da Publicação:**

- Artigo Científico
- Caso Prático/Teórico ou Opinativo
- Experiência de Ensino e Aprendizagem

**O(s) autor(es) deve(m) marcar os itens abaixo, declarando que o trabalho atende às seguintes regras editoriais:**

- O conteúdo da publicação é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- O trabalho está de acordo com as normas editoriais e não possui plágio.
- O arquivo do trabalho não contém identificação do(s) autor(es).
- O(s) autor(es) não possui(em) mais de cinco submissões no ano. Os casos práticos não são considerados.
- Se o trabalho for aceito para publicação com ajustes, o(s) autor(es) se compromete(m) a realizar os ajustes em até 30 dias do recebimento dos pareceres.
- O(s) autor(es) assegura(m) que o trabalho não foi submetido em outro periódico.
- O(s) autor(es) cede(m) os direitos autorais da publicação à Revista Brasileira de Contabilidade e ao Conselho Federal de Contabilidade.
- O(s) autor(es) tem (têm) ciência de que serão publicados, no máximo, dois trabalhos de sua autoria, no mesmo ano.

Cidade: .....

Data: .....de..... de 20.....

.....  
Nome do autor responsável pelo preenchimento



Disponível na  
**App Store**



Disponível na  
**Google Play**



FAÇA ADESÃO AO  
DOMICÍLIO ELETRÔNICO



SVA.CFC.ORG.BR



PUBLICAÇÕES  
**CFC**



SAIBA MAIS



Vai além  
quem tem.

Siga-nos nas redes sociais: @cfcbbsb



Acesse as publicações da



Aponte a câmera do celular para o código abaixo e desfrute de uma boa leitura!



**1 QR CODE**

Para ler o código, é preciso possuir um *smartphone* com um aplicativo de leitura de QR code instalado. Caso seu aparelho não tenha, baixe, gratuitamente, nas lojas de aplicativos dos sistemas Android ou iOS. Após a instalação, basta iniciar o programa no celular e apontar a câmera para o código acima.

**2 LINK DIRETO**

Se preferir, acesse as publicações pelo link abaixo:  
<https://cfc.org.br/edicoes-antiores-revista-brasileira-de-contabilidade/>

